

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA - UAHG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

Erichsen Fernandes Sabóia Izídio

**Entre modernização, diversão e controle: As práticas dos jogos de azar
em Fortaleza na primeira metade do século XX**

Campina Grande – PB

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

I98e

Izídio, Erichsen Fernandes Sabóia.

Entre modernização, diversão e controle : as práticas dos jogos de azar em Fortaleza na primeira metade do século XX / Erichsen Fernandes Sabóia. – Campina Grande, 2016.

167 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza".

Referências.

1. Jogos de Azar - História - Fortaleza (CE). 2. Modernização.
3. Contradição. 4. Jogo do Bicho. I. Souza, Antonio Clarindo
Barbosa de. II. Título.

CDU 930.85:343.56(813.1)(043)

Erichsen Fernandes Sabóia Izídio

Entre modernização, diversão e controle: As práticas dos jogos de azar em Fortaleza na primeira metade do século XX

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, na linha de pesquisa Cultura e Cidades, sob a orientação acadêmica do Prof^o. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza, para defesa da dissertação, requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Campina Grande – PB

2016

Erichsen Fernandes Sabóia Izídio

Entre modernização, diversão e controle: As práticas dos jogos de azar em Fortaleza na primeira metade do século XX

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza - UFCG
(Orientador)

Prof. Dr. José Otávio Aguiar - UFCG

Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva - UFC

Campina Grande – PB

2016

Catrevage é uma coisa que você vai fazer.
Um troço, que vai fazer
Ou de barro, ou de madeira, ou de couro...
Ou..., entendeu? Qualquer troço.
Você vai fazer: ah! Num tô gostando.
Eu vou botar mais uma coisa.
Mas, também num tô gostando.
Eu vou botar mais uma coisa.
Vou botar mais! E sai fazendo arranjo...
E dana arranjo, e dana arranjo,
Quando chega uma hora que
Você olha assim: Agora tá boa.
A peça agora tá boa!
Ai chama-se arranjo de catrevage.
(Galdino)

“A gente pensa uma coisa, acaba escrevendo outra e o leitor entende uma terceira coisa... e, enquanto se passa tudo isso, a coisa propriamente dita começa a desconfiar que não foi propriamente dita”.

(Mário Quintana)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Joaquim Sabóia e Maria Vera, pelos princípios de vida e responsabilidade que me ensinaram, me inspiraram.

À minha esposa, Tamyris Pedroza, pela paciência, zelo, amizade, companheirismo, incentivo e amor que se renova a cada vez que estamos juntos.

Aos meus sogros, Assis Pereira e Cely Gomes, pela recepção carinhosa, o acolhimento fraternal e por terem dividido a intimidade de seu lar.

Aos camaradas do mestrado, sempre atentos em ajudar, dispostos a se sacrificarem e pelas muitas conversas sobre o ciclo acadêmico, mas principalmente pela amizade, brincadeiras e para além de momentos difíceis, com vocês tudo sempre foi júbilo.

Aos meus amigos de graduação, que participaram do início desse projeto. Foi uma época muito engraçada, que guardo com muito carinho. Ao Thiago Ursulino, José Maria Neto e Bianca Nascimento pelas leituras, excelentes críticas, conversas e todo o apoio e gentileza ao encontrarem com afinco papéis e mais papéis que muito ajudaram nessa pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, do Arquivo Público do Estado do Ceará e do Instituto Histórico do Ceará, que me ajudaram a buscar jornais, revistas, caixas contendo processos e que sempre foram bastante solícitos.

Aos professores do mestrado no qual tive a honra de ouvir, pelas constantes inquietações e aulas preciosas.

Em especial a um professor substancial que dei muita sorte de cruzar por seus trilhos: Jailson Pereira da Silva. Tive o prazer de conhecê-lo numa tarde, em 2011, na Universidade Federal do Ceará. Sua erudição e simplicidade me fez admirá-lo e respeitosamente chamá-lo de *the best*.

Ao meu orientador, Antonio Clarindo, depois que as palavras foram lançadas e revistas, fico à espera de algum dia encontrar infundáveis rabiscos e mostrar a alegria que foi poder concretizar um sonho com a sua amizade e atenção. Agradeço ainda a este professor pelo exemplo, sugestões, críticas, leituras, ética, confiança, orientações generosas e pela sede de aprendizado.

Foi um privilégio escrever essas poucas linhas trazendo vocês por tantas madrugadas em claro, focado em fazer e refazer. Sem vocês nada disso teria sido possível. Muitíssimo obrigado e minhas reverências a todos àqueles com quem fui e sou aprendiz.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a trajetória de modernização urbana de Fortaleza, principalmente entre os anos 1930 e 1940, demonstrando as tensões sociais acerca de ações de diversão e entretenimento e perceber como os jornais denunciavam e criticavam os problemas da cidade, construíam malhas a ampliar atos disciplinares, gerenciavam o redimensionamento da cidade de Fortaleza como estratégia a aprisionar os divertimentos de acordo com os grupos sociais em cena. A partir da análise de matérias em jornais, processos crimes e outros textos, procurou-se entender a situação “civilizadora” em curso da primeira metade do século XX, e a disputa que procurou delimitar e pressupor o fim de divertimentos essencialmente populares, que comumente compartilhavam do espaço destinado a práticas consideradas imorais. Dessa maneira, as preocupações daqueles meios que legaram representações de Fortaleza destinaram estratégias de disciplinamento sobre práticas populares. Entre diferentes discursos de denúncias, culminou-se a resistência de práticas cotidianas, os jogos de azar sobreviveram ao encarceramento e continuam a desdenhar de escritos que não sejam aqueles letrados pelo prazer de apostas. O que está em jogo é o próprio jogo, é o distanciamento das diversões entre diferentes categorias sociais.

Palavras-chave: modernização; contradição; jogo de azar; jogo do bicho; Fortaleza.

ABSTRACT

This work aims at analyzing the trajectory of urban modernization in Fortaleza, mainly between the 1930s and 1940s, demonstrating social tensions about fun activities and entertainment and see how newspapers denounced and criticized the city's problems, built meshes to enlarge disciplinary actions, managed the resizing of the city of Fortaleza as a strategy to imprison the entertainment according to the social groups on the scene. From the analysis of articles in newspapers, processes, crimes and other texts, we tried to understand the "civilizing" situation in the course of the first half of the twentieth century, and the contention that sought to define, assume and end essentially popular entertainments, commonly they shared the space for practices that were considered immoral. Thus, the concerns of those means which bequeathed representations of Fortaleza that destined disciplining strategies on popular practices. Between different discourses of complaints, they led the resistance of everyday practices, gambling survived the incarceration and continues to spurn the written more than those who are educated for the pleasure of gambling. What is at stake is the game itself, the distancing of entertainment among different social categories.

Keywords: modernization; contradiction; gambling; betting games; Fortaleza.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2: Anúncios farmacêuticos.....	23
Figura 3: Propaganda em quadrinhos.....	25
Figura 4: Transeuntes e equino na praça Capistrano de Abreu.....	36
Figura 5: Anúncio automobilístico.....	39
Figura 6: Folha de anúncios.....	57
Figura 7: Chronica da cidade.....	75
Figura 8: Anúncio de bebida alcoólica.....	90
Figura 9: Bilhete de Rifa.....	100
Figura 10: Convite para o festim.....	107

SUMÁRIO

Introdução

Boulevard autoral: entrelaçados de discursos na arte de inventar sentidos.....01

Capítulo I - As pelepas modernas que construíram Fortaleza.....14

1.1 Seca, incertas certezas da sorte.....14

1.2 Aspectos da urbanização e modernização.....18

1.3 Desencontros e encontros provocados pela velocidade acelerada.....31

1.4 Diversidade crescente e crescente urbanização.....46

Capítulo II - Perniciosos hábitos: a debilitação da (re)estruturação moderna e civilizada no cotidiano de Fortaleza.....65

2.1 Sociabilidade e aspectos da cidade.....65

2.2 Imagens da exclusão.....71

2.3 Contraditória (des)ordem dos jogos de azar.....87

2.4 Jogos de “sorte”: entre a diversão e o lazer.....91

Capítulo III – Jogos de azar e suas representações em processos crimes e periódicos de Fortaleza.....98

3.1 Mas ali também se jogavam sortes.....98

3.2 Incertas certezas dos jogos de azar.....110

3.3 Diferentes letras entre desarranjos cotidianos.....125

3.4 Nem todo escrito é/está certo.....128

Considerações Finais.....159

Referências.....161

INTRODUÇÃO

Boulevard autoral: entrelaçados de discursos na arte de inventar sentidos

*Eu sou de uma terra que o povo padece
Mas nunca esmorece, procura vencê,
Da terra adorada, que a bela caboca
De riso na boca zomba no sofrê.*

*Não nego meu sangue, não nego meu nome,
Olho para fome e pergunto: o que há?
Eu sou brasileiro fio do Nordeste,
Sou cabra da peste, sou do Ceará.*

Patativa do Assaré¹

Segundo o dito popular, ser cearense é constituir uma identidade regional enraizada em solo seco, áspero, de produção frutífera duvidosa, mata braba e espinhenta. Ainda na óptica desse imaginário cristalizador, o cearense é aquele ser de cabeça arredondada e/ou chata, viajante, desprovido fisicamente de uma massa atlética, detentor de orelha de abano, de pele naturalmente oleosa, de fala cantada, majestático nos diminutivos, criador de um dicionário próprio – o *cearês*; no Ceará o sol é desabrido, logo casa/terreno do lado poente não é bem alocada comercialmente. Em saberes de poucas searas, o cearense ostenta *títulos nobiliárquicos* como Studart, Ferreira Gomes, Jereissaiti, Távora... Ser cearense é “naturalmente” estar inebriado por pilhérias que pululam a todo instante, pertencer a uma terra monumentalizada por inúmeros ilustres que reverberam pelas letras, palcos, fios tecidos, partituras filarmônicas a criatividade e riqueza (i)material de um ser uno e de identidade estabelecida e versada no imaginário popular. Todo cearense é comedor de farinha. O Ceará surge para o Brasil como entonação harmônica e terra romântica.

¹ **Cante lá que eu canto cá:** filosofia de um trovador nordestino. Editora Vozes, 15 ed., 2008.

Só sendo mesmo *abirobado*² para crer em tamanho concorde. O Ceará para além da construção imaginária acima denotada é, na verdade, um *magote de gente*³, permeada pelas mais diversas historicidades, temporalidades múltiplas, memórias diacrônicas, falas conflitantes, práticas e hábitos que se reorientam no desafio cotidiano. Terra de sons, mas também de silêncios, e sujeitos que não se encaixam num molde oficial e não cabem nos limites de uma moldura que retrata um perfil. E o mesmo vale para outros sujeitos, o importante não é o que o sujeito é, mas como é possível capturá-lo nessa miscelânea.

Fazer História é em boa medida questionar os engessamentos, seja qual for a geografia ou história, é estalar a identidade regional que comumente branquifica e cria estereótipos em paisagens acrílicas. O Ceará abarca muitos e diferentes *Cearás*. A História como nascedoira do espaço universitário, relacionada às normas institucionais, autoriza a criação de outros discursos além das palavras oficiais ou inscritas como identitárias, trazendo à lume outras cores, personagens, falas, espaços, critérios, novos rearranjos e, no caso, novos laços e “nós” na história cearense.

Há quase sete anos comecei a trabalhar com jornais⁴ como fonte de pesquisa com o intuito de compreender as fricções, o que havia de heterogêneo entre as culturas que constituíram composições pontuais na realidade cidadina. Nessa conjuntura, os jornais anunciavam continuamente as transmutações (des)tratadas sobre métodos diversionais. Residir em Fortaleza me fez apossar-se de sutilezas e contatos que foram importantes na maneira de ver e pensar os confrontos diários. Examinar o vigor intente, tendências e vícios habituais em uma cidade expressada por previdente, idílica e civilizada em seus meios de comunicação e elite, faz revelar as mudanças e transformações para muitas gerações de moradores de Fortaleza.

O estranhamento do hábito antigo com a pretensão do moderno dividindo a mesma cena na paisagem urbana expressou/expôs a existência dinâmica entre culturas que se chocaram temporalmente e espacialmente.

² Expressão comum no Ceará, significando bobo, maluco ou “abestado”.

³ Segundo o cearenses, ou seja, expressões comuns utilizadas pelos cearenses em seu cotidiano, o termo “magote de gente” significa muitas pessoas ou bando de individualidades.

⁴ Principalmente os de circulação diária e que construíram notícias sobre a cidade de Fortaleza no século XX.

Estudar a cidade de Fortaleza é fazer conhecer a reunião de tempos, por vezes, num mesmo espaço. Desse modo, o inusitado antigo e moderno se conflui como um incidente, a exemplo de um episódio envolvendo o “choque de vehiculos, um bonde atropella e mata uma das burras do carro-torre.”⁵ Ou ainda, a prática do “aformoseamento” e delineamento urbano rumo à modernidade e à ociosidade administrativa maquilando alguns setores e unidades, “assim vae a Fortaleza se alindando por fora. A fachada, o que aparece se aprimora; por dentro, se occulta a miseria, a vergonha.”⁶

Foi vagueando em julho de 2011 pelo centro de Fortaleza que a noção pessoal de jogo como diversão se entrecruzou com os ensejos acadêmicos. Na aventura de inventar outros tempos e confrontado por notícias hodiernas sobre a necessidade de *revitalizar* o centro da cidade, interliguei a sobrevivência do forte teor da pulsação dos jogos de azar com o conjunto de sentidos que marcaram a modernidade em Fortaleza, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940. As construções e símbolos modelares fixaram-se na capital do Ceará por essas décadas, assim o enraizamento das estruturas de poder e os escopos do Estado através de ações repressivas e opressoras incorporaram uma postura de exclusão, estado constante de perigo e ameaça em extensão coletiva a grupos ou práticas dissonantes ao programa transformador “de ordem” e civilizador que se instalara na capital cearense.

Os jornais pesquisados⁷ oferecem traços para a parcial compreensão da vida social e suas matérias públicas se embatem em defesas/ acusações pertencentes aos próprios grupos sociais. Esses jornais são discursos influenciados por aqueles que os produziram e os condicionaram. Os

⁵ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 10 de dezembro de 1930.

⁶ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 18 de março de 1933.

⁷ Jornais que manifestavam espaços de notícias e publicidades, como, por exemplo: *Gazeta de Notícias*, *Unitário* e *Correio do Ceará*. O *Correio do Ceará* foi fundado em 1915, praticamente foi o pioneiro em matéria noticiosa e publicitária e sucumbiu a primeira fase do jornalismo cearense que se resumia em atender aos interesses dos partidos políticos. Foi fundado por Álvaro da Cunha Mendes, inspirado nos periódicos paulistas e inicialmente sob forte influência católica (seu primeiro redator foi o Padre Sylvano de Souza), mas devido às notícias de feitos mundiais, como a Primeira Guerra Mundial, acabou por se afastar da ideologia católica e estes fundaram o jornal *O Nordeste*, eminentemente católico, funcionou por 45 anos a contar de 1922; A *Gazeta de Notícias* (10 de julho de 1927), por Antônio Drumond, após embarços de incêndios e assassinatos de líderes do jornal, até ser extinto na década de 1970, após ser incorporado pelo Grupo de Comunicações *O Povo*; *O Unitário* (1903), de João Brígido, foi sobretudo uma instituição jornalística de oposição ao governo. Ver: NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução ao Jornalismo Cearense** – edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará - Arquivo Público do Ceará, 2006; SAMPAIO, Dorian. **Anuário do Ceará** – 1975. Rio de Janeiro: Companhia Editora Gráfica Barbero, 1975.

momentos marcantes de modernização, tensões e campanhas foram descortinados e consolidados em matérias, artigos, opiniões e propagandas nesses órgãos de imprensa.

Foi esse conjunto de “táticas”⁸, numa época de vigoroso aparelhamento de modernização, que nortearam o recorte temporal deste trabalho desde uma imersão maior de produtos e efeitos proliferados por um avanço tecnológico, simultaneamente à entrada de migrantes advindos do interior em virtude da seca, até o final da década de 1940, quando o estado do Ceará oficializou a Loteria Estadual e as campanhas contras os jogos e práticas ordinárias (bebida e prostituição) foram acentuadas pela fala proibitiva e os mecanismos de vigilância e controle. Contudo, isso não impede uma confluência com outras épocas a fim de proceder aos estudos uma melhor compreensão sobre esse recorte temporal. O ponto fulcral que impulsionou algumas inquietações aqui presentes foi entender por que o jogo (como elemento num corpo de práticas como a prostituição, bebida e lazer) de cunho popular foi criminalizado diante um cenário “moderno”, enquanto outros divertimentos foram estimulados, ou ainda, por qual motivo os jogos em que se “tira à sorte” foram confrontados pela modernidade.

Nesse contexto, partimos também da relação entre algumas publicidades veiculadas pelos jornais da época e características pretendidas por uma sociedade pretensamente moderna ou em vias de se modernizar. Não é meu objetivo enveredar pela história da publicidade, mas apenas aludir este campo às estratégias de interceder às justificativas e demonstrações da qualidade de vida proporcionada pelo mundo autômato e acelerado que reverberou mais forte a partir dos anos 1930, fortalecendo o imaginário de uma cidade moderna e temperada por novidades comerciais e industriais.

O uso da imprensa como fonte proporciona a percepção da polifonia de sentidos no cotidiano, tramas sociais, urbanização e discursos contrários ou a favor (geralmente quando é opinião de alguém da população) aos jogos de azar. Em Fortaleza, as expressões culturais e regulações sociais integraram o

⁸ Michel de Certeau se refere as categorias *tática* e *estratégia*, em **A invenção do cotidiano** (1980), como perspectiva de um jogo cultural entre dominados e dominadores, mas esse jogo compreende diferentes direções e sentidos. Relativizando o exercício do domínio e refreando as influências próprias de um escalonamento social, assim como Michel de Certeau, acreditamos que as *estratégias* são manobras, projetos e formas idealizadas pelas elites. Ao passo que as *táticas* são resistências, criatividade, alegria inventiva no cotidiano do povo, enquanto classe popular.

cenário citadino do século XX, tendo por alvo em potencial os espaços e vícios que foram acusados de corromperem as experiências saudáveis do espaço urbano. As elites, empresários, letrados, comerciantes e políticos representaram melhor suas aspirações de civilização nos jornais por terem ocupado espaços distintos na sociedade fortalezense, e conservaram-se como se toda a cidade apoiasse tais ensejos de mudanças. Então, na publicação de determinadas visões e relações conflituosas, vale ressaltar “a percepção de que diferentes grupos sociais têm interesses de representar o mundo de forma diversa, embora em algum momento da vida social estas representações possam se mesclar conforme a correlação de forças dos grupos sociais envolvidos.”⁹

Os jornais, em associação com outros registros, são importantes para a constituição desse trabalho em que pese a compreensão do contrapoder e poder em choque, permitindo a construção de alguns contextos acerca das culturas urbanas em Fortaleza durante os anos 1930 e 1940. Para esse trabalho, o conjunto de periódicos encontra-se disponíveis aos pesquisadores na Biblioteca Pública Menezes Pimentel e no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em Fortaleza.

Foram consultados também vinte e seis processos crimes relativos a jogos, de quarenta e uma contravenções penais, mas alguns processos estão bastante deteriorados pelo tempo e pela má conservação. Todavia, a proposta de uso dos processos nesse trabalho é permitir perceber alguns sujeitos e espaços em que ocorria a jogatina ou a cadência a que se facilitava a ocorrência, envolvendo a diversão. Os sujeitos propensos aos vícios e, portanto, indesejáveis aos bons hábitos se escrutinaram na paisagem urbana pelo universo policial.

A temática da cidade, ou melhor, a temática urbana na história do Ceará e também do Nordeste é de elementar importância na diligência em romper com visões arcaicas e preconceituosas, acostumadas a diluir o Norte e Nordeste brasileiro como o quintal e roçado de uma área maior. Contra essa história una e estendida até os nossos dias por uma memória coletiva e por

⁹ SOUZA, A. Clarindo B. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil, 2002, p. 7.

vezes transmitida de forma sistematizada por meios de comunicação¹⁰, percebemos que as experiências devem ser bordadas com variadas linhas em desalinhados pontos, fraturando identidades, fazendo da visão míope a riqueza de haver muitos pontos sobre um ponto, embaraçados e emaranhados, versar sobre outras representações de norte a sul, leste a oeste.¹¹

A cidade é muito mais do que um ponto perdido num mapa qualquer, é lugar de disputas e esferas armilares a se engalinharem e transmutarem a todos os instantes significados mutantes na inteligibilidade da realidade humana. Assim é a cidade, permeada por símbolos, território ressignificado a todo instante por aqueles que a habitam, ou melhor, naqueles cuja cidade os habitam, ou ainda, aqueles que fazem (movimentam) a cidade.

Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.¹²

O passado já não existe como realidade de acesso. O que há são registros desse passado que nos permitem uma construção imaginativa, ou seja, (re)construir narrativas a partir da análise de traços e esforços de uma história própria. O tempo escorrega por entre ventoinhas inconstantes e volúveis ou é consumido pelo ato de respirar; o tempo é um sôfrego que não se deixa passar sem que interfira sobre a substância móvel e imóvel. Num jogo de movimentos sinuosos, os símbolos ressurgem apinhados, dando a existir a cidade, no caso desse estudo, a cidade de Fortaleza. No Ceará tem disso, sim. O particular e o geral sob uma mesma plataforma de questionamentos.

Compreendendo que o fato histórico é, na verdade, uma escolha do estudioso dos *homens no tempo*¹³, para usar a expressão de Marc Bloch, e o fato, somente existe enquanto fato social, o historiador lida com diferentes

¹⁰ Inúmeros discursos determinam as características de lugares e habitantes, imprimem à força particularidades que não obstante são alçadas a generalizações. Estereótipos são inventariados e as identidades naturalizam as diferenças e reforçam fronteiras e bloqueios culturais.

¹¹ Neste caso, os estereótipos são refutados, as nuances de reconhecimento se constroem à medida que digam respeito aos costumes, organizações populares, sensibilidades, produção material e cultural, a esfera pública e privada com suas fronteiras cambiáveis, deslocamentos quilométricos como trilha rotineiro e marca de um progresso, desconformidade nos modos de trabalho e lazer.

¹² CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 14 e 15.

¹³ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou, O ofício de historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2001.

versões de um fato e a isto se chama representações. Não há uma única forma de imaginar o passado, segundo o francês Roger Chartier, o papel dos historiadores é pensar por simbolismo e produzir diferentes representações para os eventos ocorridos.

Porém, as representações não são meras projeções ou jogos de especulações sobre outros seres dispostos no tempo. Representações historiográficas significam a existência de rastros humanos e por mais franzinos e desgastados que estejam os documentos, o historiador pode ser aquele que escava não para tirar o descanso dos mortos, mas escava o tempo sobreposto em camadas no anseio de encontrar indícios dos *homens no tempo*. O círculo cromático da História está pautado em matizes humanas, frias ou quentes, esmaecidas e esbarrocadas, a História aponta as diferentes cores humanas.

Muitas são as raízes, matizes da historiografia contemporânea, movimentos, estruturas, tendências e emergências ao longo da renovação do *métier* do profissional de história. Dessa forma, o interesse maior da teoria é mediar o historiador em sua pesquisa, não se podem analisar os fragmentos do passado paralisados por determinadas abordagens teórico-metodológicos, mas é a partir da crítica e liberdade do historiador em debruçar-se sobre esse ou aquele documento que se convidará os teóricos para o devido diálogo. Afinal, estudar é a liberdade de poder buscar outras composições e definir novas relações.

Para a produção desse trabalho, o conceito de representação foi importante na percepção de como os jornais representaram a modernização e os jogos por diferentes grupos sociais. Na revelação de significados, a diversidade de interpretações (con)textuais permite “entender que a realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações.”¹⁴

As fontes são carregadas de intencionalidades, são frutos de tensão de poder já situada no período que se estuda. Se o tempo é uma abstração e serve para a organização e demarcação de fatos¹⁵, o esforço do historiador é dar sentido a um conjunto de representações sobre algo, através da diacronia, comparando os tempos. O tempo não é uma figura geométrica que se difunde

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 42

¹⁵ THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In: Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

entre passado-presente-futuro, antes, porém, é uma profusão de sentidos. Embora o tempo não seja geométrico, sua imagem e noção são espaciais.

Michel Foucault e Michel de Certeau, intelectuais franceses, que para alguns estudiosos é impossível tê-los dividindo o mesmo espaço em um trabalho, se aproximam no instante em que lidam com a invenção do tempo, ou seja, em última análise o objeto que o historiador ou a historiadora se debruça não mais existe, ambos utilizaram a espacialidade como metáfora. Seja por meio do dispositivo disciplinar de Foucault ou as táticas e estratégias de Certeau, seus escritos possuem pontos de aproximação e distanciamento. Foucault se interessou em demonstrar que havia um sistema, rede de micropoderes, mas não demonstrou interesse em resistências, o ser humano seria a peça na qual alimenta o sistema. Por sua vez, Certeau se preocupou com os elementos que corrompem o sistema, as resistências organizadas, pensadas e as cotidianas.

Na tessitura desse trabalho nos aproximamos de determinados autores, mas em algum momento – talvez de maneira seccionada – podemos provocar um distanciamento; por maior que seja o aprendizado. Além do mais, concordar não significa absorver na íntegra, como o desacordo não remete à matança do autor e suas ideias. Como o saber é mutável, as ideias mudam e os pensadores também, tal qual podemos afirmar que existem diferentes Thompsons, Darntons, Albuquerque, Schwartzs, Marias, marxismos, etc. Ora, as preocupações e abordagens divergem ao longo do tempo e espaço, *o homem e o mar não são os mesmos ao se reencontrarem*.

Segundo Foucault, a realidade está inserida no discurso. Para os historiadores hodiernos, sobretudo os não foucaultianos¹⁶, talvez esteja demasiadamente claro que o discurso é uma materialidade. Dito de outro modo, o discurso não é a realidade em si, mas a representação.¹⁷ Expectativas e realidades não são da mesma ordem; ao olharmos para as fontes nesse trabalho procuramos conceder atenção ao contexto em que a mesma foi

¹⁶ Acredito veementemente que a universidade, ou qualquer espaço educacional sério, não é o espaço adequado para capelinhas teóricas. Ao invés da sacralização, o pesquisador precisa dessacralizar seja seu objeto, sejam as fontes.

¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

produzida, atentando para o transporte de ideias contidas no campo informacional.¹⁸

Semelhante decurso de produção ocorre com os processos crime, pois quem escreve não é o sujeito interrogado, o que já o caracteriza como no mínimo suspeito, o deixa em estado de delação; também as produções memorialistas possuem o propósito de cristalizarem uma paisagem, os autores inebriados pelo amor à cidade descrita costumaram deter-se sobre o sentimento nostálgico; e os jornais na correlação de forças se enquadravam a interesses comerciais e práticas dissonantes com os discursos. Nesse sentido, todo documento é produzido para uma direção, são interessados e detentores de significados. Estes registros do passado são resultados de disputas e conflitos. Portanto, a sensibilidade de Jacques Le Goff é primordial ao alertar que “todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder”.¹⁹

A partir do processo de *circularidade-cultural*²⁰, há a sobreposição simultânea de valores culturais entre os diferentes grupos sociais, ainda há também as (re)interpretações distintas de seu registro primeiro. Os valores são sobrepujados e rearranjados segundo as necessidades do indivíduo ou coletivo. Então, as classes sociais se interpenetram, possuem e projetam discursos e versões que propiciam as suas representações a partir dos seus lugares de convívio; não há neutralidade nessa elaboração. É dando sentido às informações, a priori esparsas e talvez sem vínculo, que trabalharemos (re)constituindo um conjunto de imagens e fatos da história da cidade de Fortaleza, utilizando além das fontes já citadas, crônicas memorialistas.

¹⁸ O livro *O queijo e os vermes*, do historiador italiano Carlo Ginzburg, por exemplo, apresenta-nos a personagem Domenico Scandella, também conhecido como Menocchio, utilizando discursos próprios de seu entendimento de mundo e verdade, a imagem do queijo podre e os vermes atuando como metáfora da tradução de seu pensar, mas Menocchio em momento algum diz que efetivamente Deus e os anjos surgiram de um laticínio estragado. Dessa maneira, Menocchio contestou a principal matriz de pensamento da época. A lembrar de que o material analisado por Ginzburg não foi escrito por Menocchio, mas pela Igreja Católica. Ginzburg de forma geral afirma a importância das pistas e rastros possibilitados pelas fontes para que o investigador perceba os intuítos incutidos e não revelados a priori pelas fontes. Explorar as intencionalidades presentes nos documentos.

¹⁹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 4 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996. p. 553.

²⁰ Sobre o conceito ver: GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Porém, faz-se necessário lembrar que o conceito originalmente foi desenvolvido por Mikhail Bakhtin, em **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**.

Contribuições relevantes para este trabalho foram as leituras de Margareth Rago e Sidney Chalhoub²¹, sobretudo por demonstrarem a expansão da elite burguesa tupiniquim desde a industrialização brasileira e as resistências que também são encontradas a partir de práticas cotidianas, com uma disciplinarização que aos poucos se diluiu pela vida privada e pública, embrenhando-se de modo semelhante até em atividades lúdicas.

Em busca da modernidade, as elites sociais²² cooptaram um projeto disciplinador de sociabilidade moderna desde o início do século XX. Substanciosas também foram as resistências, não necessariamente organizadas e possuidoras de líderes, diante de diferentes discursos disciplinadores e correccionais, pois cada homem da chamada classe popular inventava o seu próprio consumo, comportando-se por vezes diferente daquilo que as classes dominantes desejavam. Segundo Michel de Certeau, os indivíduos não são apenas consumidores de uma dada cultura, mas também a produzem.²³ Em outras palavras, em diferentes sociedades os sujeitos mixam de diferentes formas os usos dos bens (i)materiais. São *maneiras de fazer* a vigilância e o escarnecimento. Nessas *táticas de consumo*, temos que “a cada vez um grupo social estabelecia uma norma ou regra para determinado tipo de divertimento, surgiam outras formas de consumir esses prazeres e seus espaços.”²⁴

Na tessitura do descompasso do expressivo processo de modernização e a ação popular, destaca-se a indagação “Qual é o objetivo de uma cidade em construção senão uma cidade?”²⁵

Maria Odila, em *O Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*, faz o alerta para a divergência dos documentos escritos e as cenas cotidianas, pois as produções dessas fontes escapam das classes menos abastadas e

²¹ RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – 1980-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001; CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²² O autor se refere a duas categorias diferentes, mas que em geral possuem interesses comuns, são as elites econômicas e as elites letradas.

²³ CERTEAU, Michel; GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

²⁴ SOUZA, A. Clarindo B. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil, 2002, p. 16.

²⁵ CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p 117.

afastadas dos centros produtores de opinião. Esta observação é válida, sobretudo quando da análise do processo de estreitamento entre a modernização e os lazeres.

E, nesse boulevard autoral²⁶, muitas são as contribuições de outros estudiosos para esse trabalho. Noções e aproximações com autores que buscam as gradações de uma cultura autoritária e as resistências criadas pelas classes populares, reflexões com diversos atores sociais que compunham a sociedade no dado recorte, o papel da paisagem (rua, [des]mandos e abusos de poder) que cerca aspectos da vida cotidiana e estereótipos de *figuras perigosas*.

Os capítulos foram produzidos com base em documentos do Poder Judiciário, órgãos de repressão, importante bibliografia sobre o contexto e temas abordados, textos memorialísticos que constituíram representações de outrora e principalmente jornais destinados ao público em geral. Com base em material diverso e amplo, o campo dos capítulos foi composto pela perspectiva interativa entre os documentos, ou antes, entre as fontes. Todavia, ao longo dos textos dados pela divisão própria desse material, encontram-se figuras, mas nosso objetivo não é gerar críticas ou reflexões sobre elas ou o seu uso historiográfico, mas sim a respeito de suas mensagens. E esse recorte e análise surgem nos textos, daí a falta de pesquisadores a divagar propriamente sobre o trato de figuras.

Assim sendo, no primeiro capítulo apresentamos um panorama com alguns aspectos que representam a modernização, reorganização do espaço urbano e o ideário de equipamentos símbolos do aperfeiçoamento moderno. A cidade que se modernizava também foi penetrada por migrantes que fugindo da miséria apostaram as esperanças na capital, e o encontro das novidades com a migração desencadearam em transgressões que excederam as variantes do crescimento populacional, originaram regulações e dinamismo nas tensões da racionalidade urbanística. As matizes dos discursos higienistas, morais, civilizadores e policiais se (re)estruturaram e materializaram em

²⁶ Boulevard é uma palavra francesa que significa avenida, via larga própria para movimentos intensos ou grande espaço aberto. A expressão foi largamente utilizada em Fortaleza durante a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, designando as reformas e ampliações implantadas em vias da capital cearense. Portanto, a expressão aqui proferida de “boulevard autoral” é um modo de integrar alguns autores que neste trabalho possuem discursos sobre modernização ao contexto aqui estudado.

pressões administrativas públicas. As relações da cidade moderna e os símbolos que ela também emite as fazem lugar de atração e isso faz parte da modernização.

No segundo capítulo, procuramos demonstrar a relação entre alguns territórios na cidade de Fortaleza, as ressignificações sobre imagens criadas pela elite fortalezense que integrou a vigilância repressora sobre atos diversionais populares. Percebemos que a cidade do Rio de Janeiro foi exponencial e modelo não apenas de modernização, mas ao que estava aferido também ao jogo em subsídio à jogatina em Fortaleza, principalmente o jogo do bicho. Analisar a imagem que estampou a coluna “Chronicas da Cidade” entre os anos 1931 e 1935, do jornal *Correio do Ceará*, correlacionando algumas práticas de diversão em seio fortalezense. E avaliar a diferença entre lazer e diversão, na perspectiva do jogo de azar.

No terceiro e derradeiro capítulo, procuramos demonstrar como o jogo ora foi defendido e em outros momentos criminalizado, tratamos do porque e como o jogo sobreviveu a tanto esforço de extinção e qual o papel e lugar dos jogos no compromisso social. O moderno organizou estruturas urbanas, particularizou códigos de costumes, mecanizou os meios de transportes, transformou comportamentos e também implicou os divertimentos em atividades e valores que determinaram algumas aptidões na vida cultural.

Manifesto tem que ficar que nosso objetivo não é separar ou dividir os discursos das elites, apesar de quase sempre estes serem os agentes civilizadores, repressores, manipuladores, controladores e os responsáveis mesmo pelas dores impostas aos populares. Esses discursos tecem uma relação com práticas populares e definiram a sociedade de outrora naquele espaço. Nesse entrelaçado de discursos, ora unidos e ora separados, estamos conscientes da parcialidade do fruto historiográfico.

O arremate desfere em tencionar as fendas por onde a cultura possa livrar-se das normatizações e almejar outras interpretações. Destarte, imaginar visões sem criar estereótipos, pensar nas instituições de controle, mas sem legitimar o discurso do opressor. E proceder ao exame das fontes como o diálogo entre o Grande Kahn Kublai e Marco Polo, quando aquele imaginava sobre o porquê, qual o objetivo do jogo, o sentido de apostas e a configuração de um tipo de jogo, Marco Polo o respondeu:

O seu tabuleiro, senhor, é uma marchetaria de duas madeiras: ébano e bordo. A casa sobre a qual se fixou o seu olhar iluminado foi extraída de uma camada do tronco que cresceu num ano de estiagem. Observe como são dispostas as fibras. Aqui se percebe um nó apenas esboçado: um broto tentou despontar num dia de primavera precoce, mas a geada noturna obrigou-o a desistir. Eis um poro mais largo: talvez tenha sido o ninho de uma larva; não de um caruncho, pois este, logo depois de nascer, teria continuado a escavar, mas de uma lagarta, que roeu as folhas e foi a causa pela qual a árvore foi escolhida para ser abatida... Esta margem foi entalhada com a goiva pelo ebanista a fim de aderi-la ao quadrado vizinho, mais saliente... A quantidade de coisas que se podia tirar de um pedacinho de madeira lisa e vazia abismava Kublai.²⁷

Dessa forma, interpretando o texto para além do texto, esperamos que mais pesquisadores façam suas apostas, buscas e tencionem suas atenções para os percursos de divertimentos na transitoriedade da vida, da História.

²⁷ CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 121 e 122.

CAPÍTULO 1

AS PELEJAS MODERNAS QUE CONSTRUÍRAM FORTALEZA

1.1 SECA, INCERTAS CERTEZAS DA SORTE

Incertas certezas da sorte!

Numerosas famílias a mendigar de porta em porta e num estado de inspirar compaixão. Essa gente não tem o abrigo de um tecto, não tem assistência e vive a toa nas artérias da cidade, abandonada a sua própria sorte.¹

Se o nordeste foi feito a partir da seca, o sertão foi reinventado ao longo do tempo e interpretado por diferentes áreas afins, e foi o sertão dos flagelos e migrantes que propiciou mudanças e desarranjos principalmente em Fortaleza. E isso independente de estação climática, não foi a falta ou o excesso de chuva que representou tais mudanças, pois a estiagem foi (e continua a ser) apenas meio para a implantação de medidas de controle urbano, racionamento, reestruturação plena de uma sociedade que se pretendia moderna e civilizada, ao mesmo tempo, civilizadora.

A relação entre homem e natureza não é das mais pacíficas, às vezes amotinada por princípios de ação e reação, a vida sertaneja é marcada por essas forças. O chamado “Polígono das Secas”² era pontuado por relações estratégicas bem definidas, onde a ascensão política e financeira era algo resguardado há alguns poucos privilegiados, aqueles destituídos de bênçãos de apadrinhamentos se viam obrigados a procurar centros urbanos em defesa de uma subsistência.

A estiagem há muito é personagem marcante sobre o Nordeste e o Ceará, por vezes se sobrepõem e se tornam quase que sinônimos, elementos que para existirem apenas se coexistirem, se coabitarem. Todavia, essa

¹ *O Povo*, 30 de abril de 1932. Citado por: RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na Seca de 1932 – 2ª edição.** Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 35.

² Pauta legislativa e judiciária criada na década de 1930, com o intuito de ser um plano estratégico contra os males da seca do Nordeste. Ao longo das décadas de 1930 a 1960 há decretos-leis e parágrafos constitucionais que foram acrescentando parâmetros e delimitando novas áreas para esse espaço político-administrativo. O Ceará possui mais de 90% de seu território nessa área.

comunhão não surge definida em inícios da década de 1930, há inúmeros registros de secas desde tempos de outrora, mas é a partir de 1877-79 que a seca se torna um problema essencialmente social. A economia algodoeira cearense já não tinha condições de disputar com o cultivo dos Estados Unidos em fins da década de 1870 e a escassez assolava o resto da lavoura de subsistência, não perdoando seres vivos que dependiam d'água. Ricos e pobres assolados pela forte estiagem foram obrigados a descambar rumo os centros urbanos que pudessem ajudá-los e, claro, a cidade de Fortaleza foi largamente desejada como ponto de chegada para muitos desses flagelados. Nas palavras do historiador Frederico de Castro Neves, temos que

De fato, inaugura-se neste instante a seca tal qual a entendemos hoje: miséria, fome, destruição da produção, dispersão da mão-de-obra, migrações, invasões às cidades, corrupção, saques...³

Chegar vivo em Fortaleza já era ter alguma sorte, mas longe estava a solução para as agruras. Final da década de 1870, Fortaleza não tinha 30 mil habitantes, mas se viu tomada por uma multidão sôfrega a penetrar por trechos que já aspiravam e flertavam com padrões civilizacionais. Ruas, praças, jardins, parques, caminhos empredados e dispostos a caminhantes, à disposição do *flâneur* e tudo empilhado por seres esfomeados, sujos, aparência de *mortos-vivos*, incivilizados a perambular em espaço de “bons ares cíveis”.

Dando prosseguimento aos avanços da modernidade esses recém-chegados à capital foram alocados na efetivação de obras públicas, se destacando o embelezamento urbano, sobretudo o centro, restauração de vias de passagens e a linha férrea de Baturité, com claro propósito de facilitar o escoamento da produção – isso a partir da primeira década do século XX. Dessa forma, “a beleza da cidade foi construída pelas ‘múmias famintas’ e cada pedra do calçamento pode guardar um sofrimento inenarrável. São produtos do trabalho dos retirantes de 1877”.⁴ Desde então, a seca se tornou nódoa na política, migração, cultura, tornou-se presença certa no imaginário

³ NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará**. In.: Uma nova história do Ceará/ organização, Simone de Sousa; Adelaide Gonçalves ... [et al] – 4. ed. rev. e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 80.

⁴ Para maiores informações sobre as seca entre 1877 e 1950, ações populares e o coletivo político em momentos críticos ver: NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará/** Frederico de Castro Neves. – Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. p. 31.

constitutivo de um sujeito. A partir daí os anseios modernizantes foram sendo moldados às novas práticas de controle em nome do progresso, ideais de uma sensibilidade moderna.

Início de 1930 e Fortaleza recebia outra leva de flagelados. Se não era a primeira vez que tal cena ocorria, agora tínhamos novos contornos. Afinal, Fortaleza adentrava de vez no rol do progresso civilizador e as elites locais estavam mais atentas ao movimento migratório, aliança entre governo federal e estadual foi mais profícua à burguesia e continuou a alimentar melhor a “indústria da seca”. Concomitantemente, o poder pende de forma desfavorável aos menos abastados e mais necessitados.

A capital cearense tem um nome curioso, pois a partir da década de 1930 de fato tornou-se mais significativa enquanto construção fortificada, não apenas pelas novas e futuras instalações prediais ou hábitos modernos e salutareos, mas porque passou a defender-se (como é próprio de uma fortaleza) ou impedir costumes tidos como ameaçadores a uma Fortaleza rica, ou melhor, de ricos, já dona do epíteto ardiloso e cheio de poder de “Loura desposada do sol”.

Se a seca como a conhecemos hoje em dia foi inventada em 1877-79, foi em início dos anos 1930 que foi reinventada e amplificada em características lançadas no século XIX. Injustiçados e tratados com indiferença, os oprimidos foram empregados em construções de embelezamento dos ares civilizados de Fortaleza. Desde o final do século XIX retirantes procuravam as cidades quando em dificuldades, fosse pela seca ou outros motivos, e os projetos urbanos foram impressos com a marca da exploração, exclusão e reclusão na história da capital do Ceará.

O *Correio do Ceará*, em 07 de janeiro de 1932, publicou uma matéria intitulada “Urbanização, o Ceará através de um século” e revistou nas secas do século anterior as reminiscências e saídas para a situação crítica presente entre as forças humanas e os elementos da natureza:

Manifestada a seca em alguns municípios da então província, (...) Abriu credito no Thesouro Provincial, onde havia um saldo de 300 contos de réis e, imediatamente, fez seguir comissões de technicos para dar serviço aos desocupados, pagando em dinheiro e diariamente os respectivos salários. (...) Remunerar o trabalho honesto dos desocupados. Organizado assim o serviço de socorro, gastou as reservas do thezouro, findo o que, se dirigiu ao governo imperial solicitando deste com vós de autoridade, o cumprimento do

preceito constitucional, o que sem delonga, foi obtido (...) Depois de acantonadas todas as comissões, o grande patriota, prosseguiu com energia em seus planos mais alevantados de salvar o Ceará, empregando o seu prestígio para obter trabalhos de maior vulto ao seu porvir econômico e social, e, assim, obteve os créditos para os prolongamentos da Baturité, da Sobral e do Açude de Quixadá acompanhando a abertura dos créditos respectivos as comissões constructoras, para incontinenti, atacarem deveras os serviços em seus sectores (...) Melhorou o commercio, as industrias e o bem estar de todas as classes (...) A seca não é um pesadelo nacional como se propala. É um facto semelhante ao da Grande Guerra Mundial, onde, os neutraes fornecedores se enriqueceram a custa dos prejudicados na lucta. A banca da jogatina foi o Ceará: os que tiraram o barato porem foram os de fóra.⁵

As edificações do Ceará e também de sua capital em boa medida passaram pelas mãos de flagelados e foram pautadas em infâmias naturais. O discurso e a manutenção da seca como pauta recorrente as verbas públicas está muito nítida na manchete acima, bem como o aproveitamento de uma mão-de-obra barata, facilitada ainda em nome da boa benevolência social – caridade; a sociedade dos ricos teve acesso além de verbas públicas, meios para promover uma modernização em pontos estratégicos para o pleno desenvolvimento de suas atividades comerciais e industriais. Sugestivo é que mais de meio século depois ao que a notícia se refere, pouco mudara, quer na forma de obter verba ou no estilo da pobreza ser retratado como desprovida de sorte, bem como a sua descrição, ritmos que marcam o tempo. A sorte grande não glorificou apenas os de fora do estado, mas sorriu para os ricos habitantes e seus lugares fundados pelo poder. Os prejudicados na luta, em outros termos, eram as classes populares, flagelada ou não, boa parte tornara-se favelados em idos de 1930, na capital do Ceará. Se o Ceará era o cenário da jogatina, os dados, e portanto o jogo, estavam inteiramente nas mãos dos ricos que detinham as tecnologias, disciplinas e determinavam a extensão da vigilância. A desigualdade social, política e econômica é que foram as verdadeiras fiadoras do progresso urbano de Fortaleza.

⁵ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 07 de janeiro de 1932. O grande patriota a que a reportagem se refere é Antônio da Silva Caio Prado, presidente da província do Ceará entre 1888 e 1889.

1.2 ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Os espaços da cidade são planejados para rentear diferentes grupos sociais, permitir o fluxo de pessoas, mercadorias e transportes, mas também fixar (distinguindo ou sobressaindo) a importância de determinados grupos ou monumentos. As tensões múltiplas entre domiciliados e forasteiros, ricos e pobres, criam movimentos e territórios que gozam de caminhos próprios. Nessa luta de práticas culturais diferentes e conflitantes, em nome da vida do progresso e da civilização, “os projetos de urbanização e modernização da cidade elaboravam campos de concentração, asilos, casas de pobres e dispensários para isolamento da pobreza.”⁶ As reformas urbanas, pelo menos desde a proclamação da República, redefiniram territórios e práticas sociais segregando os indivíduos e efetivando a maximização das hierarquias sociais.⁷

As transformações em Fortaleza fizeram parte da legislação urbana, como a articulação de um novo Código de Posturas (1932), novos estabelecimentos comerciais e produtos modernos, novos traços arquitetônicos, expansão territorial, o aguçamento da sensibilidade proporcionado por sons, a celeridade dos transportes automotores, a luz elétrica em consonância com a “luz do progresso”.

Os jornais da época, anos 1930 e 1940, são permeados por notícias e propagandas de produtos modernos, que pregam a boa saúde e aparência física, máquinas que auxiliam as atividades antes eminentemente humanas e o veículo automotivo como bem de consumo maior. Apesar disso, o *progresso* também serviu a atividades sorrateiras, como se verifica na notícia “Os progressos da gatunagem”:

Os gatunos ultimamente vem agindo em Fortaleza com um inaudito desassombro. Muitas são as reclamações e hontem á noite constatamos uma desses desagradáveis ocorrencias. Damos a palavra a um dos nossos leitores que nos escreveu o seguinte: Rogo de v. s. a fineza de seu conceituado jornal, clamar providencias da policia em defesa dos moradores da rua Tristão Gonçalves, quarteirões entre as travessas José de Alencar e Castro e Silva, a

⁶ RIOS, Kênia Sousa. Op., cit., p. 47.

⁷ Sobre reformas urbanas no Brasil ver: CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque:** reforma urbana e controle social (1860-1930). 5. ed. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014; Sobre a dimensão bibliográfica de reformar urbanas no Brasil ver o levantamento feito pelo historiador Antônio Clarindo, em nota 15, de sua tese: SOUZA, A. Clarindo B. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil, 2002, p. 38.

gatunagem tomou conta destes trechos e pratica façanhas em pleno dia. Daqui têm desaparecido relógios, vestidos de moças, sapatos, galinhas, perús, patos, pintos, capotes e até lenha dos quintaes. Muitos roubos têm se verificado em pleno dia. Urge que as autoridades não deixem ao abandono os moradores daqui, que também pagam impostos e devem ser garantidos no seu direito de propriedade. Hontem, antes de 9 horas da noite, um amigo do alheio andou perambulando por cima dos telhados do velho quarteirão do vetusto sobrado, e andou de lâmpada acesa, bancando o mata mosquito. Foi o maior açuleiro deste mundo. Houve chiliques, espanto, medo, a rua encheu se de gente, e nada de chegar a polícia. Um guarda que foi chamado da avenidinha Th. Pompeu, não obedeceu ao clamor, dizendo não poder abandonar o ponto, ponto que não estava sendo roubado. Mais de uma hora durou o tumulto no quarteirão quando chega um guarda que trepando numa das casas, procurou de balde o amigo do alheio, que se bem andou já aquella hora podia estar roubando em Porangaba. (...) Há pouco tempo havia policiamento por aqui, mas como tudo no Ceará tem a duração de uma semana, desapareceu a policia e os abtedores tomaram conta. (...) Ladrão aqui nunca foi pegado, quer dizer o objecto surrupiado nunca mais volta ao dono. Clame em nosso beneficio, que lhe agradeceremos.⁸

O progresso também trouxe pretensões que não eram bem quistas, transtornos garantidos com o vislumbre do moderno, a ordem moral sendo enquadrada pela sociedade modernizante, mas à sombra de sujeitos que não se coadunavam aos poderes públicos. Em o *Correio do Ceará*, de 11/01/1934, percebe-se a difusão a que o jornal estava imerso, pois era ao mesmo tempo ferramenta de denúncias contra práticas populares, veículo para delações destes, vigilância sobre projetos públicos, mas também meio de propagações de ideias por diferentes correntes. Vale destacar que o ocorrido se passou no centro de Fortaleza, portanto, área nobre nos anos 1930. A sensibilidade sobre práticas que se desenvolveriam de dia e de noite⁹, ainda permeava o imaginário popular, mesmo o centro fortalezense já possuindo iluminação artificial. A modernidade anda de mãos dadas com a tradição, o antigo e o novo atravessados por uma confluência temporal e espacial. Se o relógio, divindade do tempo abstrato, apareceu no rol de itens furtados, apareceram também animais de âmbito rural e que pertencem a outra marcação temporal, a exemplo da espécie *Gallus gallus* e aves galiformes. A cidade que se urbanizava, na realidade, ainda tinha muito de rural. O moderno, nesse estudo,

⁸ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 11 de janeiro de 1934.

⁹ Sobre atividades comuns a determinados turnos diários, mesmo que de perspectivas diferentes, ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

é muito mais a interpretação em aspirar certo distanciamento do passado, desejando o presente como pretensão ao futuro acelerado e alinhado por símbolos reconhecidamente relacionados a experiências transformadoras do meio urbano.

A solicitação da presença do poder público, representada pelo seu braço armado, era reforçada pelo pagamento de impostos, o que os classificaria como cidadãos e assim dignos de direito e possuíres a propriedade privada livre de intrusos, ou seja, livres daqueles que não pagavam impostos – vagabundos, desempregados, desocupados, viciados, retirantes, favelados, isto é, livre da importunação daqueles que estivessem à margem da boa sociedade. O “amigo do alheio” também se modernizara, pois segundo a notícia, estava munido de uma lâmpada portátil e assim realçava não apenas os pertences desejados, mas os problemas que afligiam a cidade. A modernização também se desdobra em outros fatores, como a burocracia; o policial não pôde, segundo o registro, se dirigir à área conflituosa por conta da disciplina policial, e quando da presença do guarda o gatuno já poderia estar na Porangaba (atualmente o bairro se chama Parangaba), bairro distante do centro, de tão demorada foi a ação policial.

Saliente também é a crítica ao assistencialismo da política cearense, voltada quase sempre apenas para o imediatismo, a exemplo da seca, e não há o debruço com o intuito de solucionar as mazelas que afligem a população, sobretudo as classes populares. Necessitados de auxílio, era tarefa comum os fortalezenses (e também retirantes) apelarem para os veículos jornalísticos na esperança de serem atendidos em suas reivindicações.

O leitor e responsável pela redação da notícia acima, voltou a procurar o *Correio do Ceará* no dia seguinte, 12 de janeiro de 1934, para dar cabo de novos problemas e denotar a não resolução da circunstância anterior:

Peço a esse conceituado vespertino que seja o defensor dos pobres a quem a polícia não garante. Os roubos são diários na cidade e não se sabe quando terão fim. (...) Na ocasião se encontrava no quarteirão um bando de homens sem coragem, e aqueles que tentaram enfrentar o assaltante foram impedidos de assim agir, por terem sido agarrados pelas mulheres. Que gente destemida! Depois é que começaram os rompantes e as bravatas. Quem foi que disse que eu não era valente? (...) Peço também ao apreciado orgam clamar providencias para a récuca de meninos vagabundos e abandonados que perambulam pelo quarteirão, jogando pedras, insultando a uma pobre demente que passa os dias apitando. (...) A molecagem tomou

a velha por orphão, e haja pedradas na porta, palavreado solto numa algazarra de ensurdecer. Nunca se viu tanta vagabundagem. Felizmente o governo cogita de fundar uma escola para os menores abandonados e assim, neste quarteirão fará uma boa colecta. A quantidade de meninos sem pae por estes recantos, é igual ao numero de cães soltos no Bemfica.

O constituinte da notícia assinou apenas como “Um morador”. Porém, se o seu nome não é conhecido, o mesmo não se pode dizer dos problemas apresentados na queixa anterior. A molecagem do cearense, segundo o epíteto de “Ceará Moleque”¹⁰, foi expressa largamente pela via oral, quando da capacidade de rirem das próprias moléstias. Contudo, a *molecagem* fazia suas vítimas e a celeuma desnudava os preconceitos contra os tipos populares, os oriundos das camadas mais pobres. A pretensa valentia do cearense não pode robustecer diante a afronta do larápio, e o receio de desonra fez com que o autor justificasse a suposta passividade daqueles que presenciaram a cena, como descrita no dia anterior, e somente o *sexo frágil* pode segurar a intrépida ação de força e vigor. Ora, a sociedade civilizada não dispensa a burocracia e o delegar de funções próprias a cada órgão. Já era tempo das forças vitais serem subjugadas pelo aparelhamento burocrático estatal. Assim sendo, a tarefa de captura dos salteadores era própria do corpo de guardas policiais.

As crianças e todos aqueles que desvirtuassem do comportamento civilizacional deveriam ser dirigidos a um espaço próprio, espécie de depósito de problemas sociais. Mas a velha demente não é repreendida, porque não incomoda, mesmo ela se enquadrando no painel sanitarista, a preocupação estava com os moleques. A modernidade escapa pelas margens ao destoar autorizações de repreensão. A própria escola era entendida como espaço de aprisionamento correcional e visionário de medidas punitivas, portanto, não causa estranheza a certa aversão e o abandono desses recintos em dias atuais. Do mesmo modo, os projetos de urbanização cercearam as práticas que não correspondessem ao ideário de civilização e modernidade.

¹⁰ Termo designado no século XIX, pelo escritor Adolfo Caminha, em seu romance “A Normalista”. Para conhecer mais sobre essa característica arraigada no imaginário cearense ver: GIRÃO, Blanchard. **O Liceu e o Bonde na paisagem sentimental da Fortaleza** – Província/ Memórias. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1997; MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza Antiga. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000; PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e controle social (1860-1930). 5. ed. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

As estruturas correcionais eram pautadas em saberes científicos, discursos médicos e engenharia de construção e desconstrução de aplicações técnicas, manipuladas quase sempre em prol das classes dominantes. Assim, o paraibano Cosme Joaquim dos Santos, 30 anos, foi “mais um desses espertalhões viciados em explorar a credulidade alheia” a conhecer a delegacia do 2º distrito, foi preso por exercer a profissão de “curador por espiritismo”, preso em flagrante “o macumbeiro, que estava em plena realização dos seus passes misteriosos.”¹¹ A cura dos males somente era autorizada e promovida se ocorresse resguardada pelo discurso medicinal, assim são abundantes os casos solucionados e propagandas de substâncias farmacêuticas (ver figuras 1 e 2), como as “Pastilhas McCoy de óleo de fígado de bacalhau” que são “cobertas de assucar” e aprazíveis “de tomar no inverno como no verão”, curam “graves doenças”; há também o “Sal de fructa Eno”, pois “pode ser tomado diariamente, não crea habito”, em outros termos, pode ser consumido em abundância pois não vicia. Dito de outra forma, não seria este o próprio vício, a dependência aparente em algo *inofensivo*?¹²

Era abril de 1932, o *Correio do Ceará* estampava “O governo e a secca” e afirmava que

A secca é uma realidade que ninguém pode mais pôr em duvida. O salve-se quem puder já ouviu e, desorientados, os sertanejos se atropelam pelas estradas, na retirada em busca do litoral onde esperam encontrar socorro ou pelo menos saída para outras plagas mais favorecidas pela fortuna. (...) Todo o esforço do governo deveria ser no sentido de socorrer a pobre gente esmagada pela secca sem deslocá-la do seu habitat. (...) Um aspecto que, por outro lado, está a reclamar a atenção do governo, no caso, representado pelo ilustre director do Serviço Sanitario, é o perigo que corre a saúde publica, em face das grandes aglomerações de retirantes que já começam a haver nesta capital. A falta de hygiene nesse meio é absoluta e, acompanhando a fome, vem a peste, tal como a varíola que, em 77, chegou a matar mais de mil pessoas num só dia, em Fortaleza! A repartição de hygiene deve mandar vaccinar intensamente nesta capital e no interior¹³

Um aspecto importante da modernidade é que *cada um deveria estar no seu lugar!* A mistura de classes era perniciosa, poderia corroer a flâmula do

¹¹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 10 de janeiro de 1934.

¹² *Correio do Ceará*, Fortaleza, 31 de janeiro de 1934. Tanto a propaganda das “Pastilhas McCoy” e o “Sal de Fructa Eno” foram extraídos nesse dia, mas há inúmeros outros registros da mesma ceada em meses e anos. Muitas são as propagandas de produtos farmacêuticos.

¹³ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 09 de abril de 1932.

ordenamento social e fazer do galhardete arma turbulenta na organização dos fortalezenses. Para além daquilo visto no primeiro tópico deste capítulo, o apontamento acima legitima a oratória médica como circunstância elementar na administração estatal. A teoria pasteuriana (ou teoria dos micróbios) já era conhecida no mundo ocidental desde a década de 1870, mas durante as três primeiras décadas do século XX, ao menos no Brasil, foi a teoria dos miasmas que predominou no meio vigilante. Dessa forma, a estratégia de desodorização do pobre era a condenação aos seus espaços. Ao sanear o meio ambiente se garantia trabalhadores sadios, satisfeitos, obedientes e livres de vícios.¹⁴



FIGURA 1 – Jornal *Correio do Ceará*. 20 de fevereiro de 1934.
Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel



FIGURA 2 – Jornal *Correio do Ceará*. 17 de dezembro de 1930.
Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel

Disciplinarizar gestos e reorganizar espaços, estes foram os desejos da burguesia e dos saberes sanitário. O controle sobre os populares agiram em locais públicos e privados de forma permanente e sistemática. Sidney Chalhoub, em suas observações sobre a ideologia da higiene, inferiu que

¹⁴ RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – 1980-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também o perigo do contágio.¹⁵

Em vista disso, a população pobre foi estigmatizada como epidêmica e se fez necessário o seu deslocamento para áreas afastadas da burguesia. Os flagelados (favelados) e pobres se concentraram principalmente em áreas próximas a orla marítima que ainda não era valorizada e desejada por ricos, e em bairros adjacentes e afastados do centro urbano. Nesse projeto de ordenação a teoria dos miasmas¹⁶ foi fundamental para o assentamento de ricos e pobres, pois levava em consideração a corrente de ar, sendo caracterizada pela direção da área nobre para a pobre.

Engenheiros, médicos, sanitaristas acreditavam nos miasmas. A ciência e o capitalismo estiveram juntos na reformulação urbana. Afinal,

A legitimidade de tais intervenções não se dão apenas em torno de exigências científicas, mas também de uma lógica econômica e financeira do capitalismo triunfante. Demolir, construir, desenvolver as comunicações e otimizar a prestação de serviços públicos configuram-se como oportunidades lucrativas para o investimento de capitais. Portanto, a ideia do lucro se conjuga e reforça os imperativos da estética, da higiene e da técnica.¹⁷

Nos jornais de Fortaleza, o discurso sanitarista e médico era constantemente apresentado no rol civilizado e civilizador como a fala autorizada a detectar e sanar os problemas de ordem individual e coletiva. Fosse através da gama propagandística de produtos sobre a conservação da saúde ou relativo ao conjunto de relatos dos problemas da cidade, a higiene social enquadrava vícios e práticas que não se coadunassem ao arranjo dos poderes do progresso. Em tempos de migração o perigo biológico vindo de categorias pobres era a ameaça a uma sociedade que se pretendia civilizada. Os saberes científicos caracterizavam padrões comportamentais que

¹⁵ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 29.

¹⁶ Teoria que entendia a transmissão de doenças devido o movimento do ar, gases nocivos (sujeira, poeira) degradavam o sujeito moralmente e fisicamente. O ar deveria se deslocar, mas livre de sujidades e a iluminação natural deveria imperar nas casas e departamentos comerciais.

¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 93.

cultivassem os hábitos saudáveis e redefinissem os hábitos cotidianos que se desviassem de normas políticas e morais.

As medidas, preventivas ou não, determinadas pelo governo estiveram em harmonia com o pensamento social de denúncia dos problemas gerados e suscitados pelas camadas populares. As reformas ou mudanças urbanas não ocorreram em apelo às camadas populares, ainda que tenham sido talvez efetivadas em seu desígnio, mas a proposta era mesmo a eliminação de tensões sociais e reforçar a efetivação da modernidade urbana.

A preocupação com a saúde pública e individual era patente. Por isso mesmo, não faltavam produtos modernos oferecidos em propagandas pomposas e advindos de áreas modernas, bem como de discursos que zelassem a saúde e a ordem moral. Entre vários outros produtos, chama a atenção as propagandas em formato de tirinhas, em pequenos quadros quase diários na primeira metade dos anos 1930 no jornal *Correio do Ceará*, das lâminas de barbear *Gillete*, pois recriando cenas cotidianas demonstram a suposta eficiência das lâminas “feitas de aço especial cuidadosamente temperado” e permitem o ato de barbear em casa, o que segundo alude a propaganda da marca acima mencionada, uma “maior economia e hygiene”.



FIGURA 3 - Jornal *Correio do Ceará*. 13 de janeiro de 1934.

Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel

Não por acaso, em plena conformidade com os aspectos modernos recém-chegados à Fortaleza, o *Correio do Ceará*, em edição de 27 de fevereiro

de 1934, registrou o artigo “Pela Higiene Publica”, que vem a entornar a importância sanitaria em meios público e também privado, diz a matéria:

Movido pelo instinto da conservação, o homem, através de todos os tempos, desde Moisés, a Pasteur, tem procurado conservar intactas as condições fisiológicas do seu organismo, recorrendo para isso a diversos meios e preceitos de ordem profilaticos, que mais tarde em conjunto, tomaram o nome de Higiene. Esclarecidos definitivamente, com a evolução da ciencia e o advento do século XIX, os princípios sobre os quais deviam repousar não só a higiene individual como ainda a higiene publica ou coletiva, dada a sua importancia na formação e desenvolvimento das raças, desde logo os poderes públicos tomaram o seu encargo de zelar pela saúde da coletividade (...) Em Fortaleza, porem, não obstante os sensíveis melhoramentos que temos tido ultimamente (...) nota-se todavia a deficiencia, ou por outra, a falta de pequenas medidas higiênicas, que despresadas na sua aparente insignificancia, vão comtudo pondo em jogo a saúde de nosso povo, e expondo o assim á moléstias bem temíveis e serias. (...) A navalha e pedra hialina dos barbeiros são capazes de transmitir de um a outro cliente, o maior e mais aviltante dos males que afligem a humanidade: a sífilis. No entanto, nas barbearias de nossa capital, e é esse o ponto a que justamente quero chegar, nenhuma medida estabelecida pela Saúde Publica já foi observada, ou mesmo sugerida até então; (...) o eminente higienista Fontenelle, recomenda peremptoriamente a desinfecção completa de todo material usado nas barbearias, quando não seja, o uso particular. Medida esta que tanto tem de justa como de impraticável, mercê do comodismo e das condições economicas de muita gente. Além do perigo da sífilis, temos ainda a temer diversas outras infecções cutaneas (...) Necessario pois se torna, que as autoridades sanitarias do Estado, presas certamente a assuntos de maior importancia social, não se descurem de remediar essa pequena e lamentável ocorrencia, de interesse geral do povo de Fortaleza.¹⁸

E os assuntos sociais foram amplamente cerceados e abordados sob medidas disciplinares, pois a cidade moderna é aquela que possui uma sociedade moldada e articulada por eixos disciplinares, inclusive a gestão higiênica. Práticas anti-higiênicas ou condenadas socialmente foram amplamente denunciadas nos jornais da época. Em nota oficial do governo do Estado do Ceará, publicada em 11 de abril de 1932, a Secretaria da Interventoria anunciou a proibição de mendigar, onde

Tendo o Governo do Estado determinado a concentração dos flagellados que acorrerem a esta capital em logar apropriado, onde lhe será garantido relativo conforto, resolve, como medida complementar, prohibir aos mesmos esmolarem pelas ruas, e pede ás associações de caridade, ás familias, ás corporações e ao povo em geral que remetam, provisoriamente, para a Chefatura de Policia, os obulos que, porventura tenham a destinar ás victimas do secca, afim de que possa ser feita distribuição uniforme e equitativa.¹⁹

¹⁸ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 27 de fevereiro de 1934.

¹⁹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 11 de abril de 1932.

“Lugar apropriado”, desígnio ansiado pelas autoridades como solução para as intranquilidades sociais e enquadramento de hábitos libertinos e dissolutos. A própria nota em si, aponta a não aceitação pacífica das vítimas nos conflitos e dissensões sociais e epidêmicos a que estavam sujeitos as camadas populares. As estratégias de disciplinarização eram muitas, porém, em larga intensidade eram as resistências a esses cerceamentos práticos e cotidianos. Doente e ociosa, camadas populares estavam propensas aos regimentos públicos e privados, ou ainda, de lugares apropriados para a sua categoria.

É singular evidenciar outras marcas da sociedade, traços que engendram os (des)caminhos impostos e considerados no seio urbano, as regras do costume e uso que generalizam, redistribuem limites e mesmo tensões em relações citadinas. Mais do que literariamente retratado, é singular a ênfase considerada no título “A secca e o perigo das aglomerações”, considerando o outrem como ameaça aos aspectos modernos, e o desasseio de “a invasão imprevista dos flagellados de outras províncias porem, em momento tão premente, só poderia trazer uma desorganização completa da vida cearense, diminuindo muito a sua resistência ao perigo certo daquela grande calamidade.”²⁰ Observa-se no periódico ao lado da informação pouco acima mencionada, o apontamento da mercadoria “Ratozan, producto industrial destinado ao extermínio de ratos, camondongos, baratas, etc., etc.”²¹ Nesse (con)texto, a relação das ideias pode ter sido um remedeio infeliz, mas a postura enfrentada pelos dois fatos não isentam a busca pela purificação social, o desterro visto na e pela pobreza, o granjear de controles científicos e mudanças em hábitos higiênicos; aparelhos seletivos, portanto, de exclusão, que se encarregaram de reenquadrar hábitos e criar espaços para o convívio social, ou mesmo, destinado ao isolamento de tal convívio.

A ciência europeia do século XIX, que foi peremptória na instituição da sociedade civilizada, ou antes, das sociedades civilizadas, assentando pela crença ilimitada da ciência marcou o prestígio dos hábitos europeus no Brasil, e

²⁰ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 21 de abril de 1932. A secca e o perigo das aglomeração

²¹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 21 de abril de 1932.

também em Fortaleza. Contudo, nem tudo foi belo²², a cidade de Fortaleza – como tantas outras pelo Brasil – que era embelezada também fomentou as favelas, suprimiu comportamentos de camadas populares e as transformações ocorridas suscitaram ações e reações. A *Casa Christmas*, loja de roupas que ficava na rua Guilherme Rocha, centro, produzia roupas sob medidas para crianças, e sob medidas disciplinares estavam crianças e adultos considerados *classes perigosas*. Ainda na década de 1930 havia a loja de vidros *Moldura Cearense*, localizada na Praça do Ferreira, permitia a transparência e diafaneidade de produtos locais e importados; Todavia, emoldurados estavam os populares desde os tempos iniciais da Belle Époque, com a modernidade aspirando e conspirando (des)contetamentos em centros urbanos Brasil afora.

Em meio a tantas tentativas de normas e medidas sanitaristas, a desordem social continuava a imperar e as classes dominantes insistiam por uma modernidade e a via do poder repressor – quase nunca o caminho da educação e cidadania eram impulsionados. No jornal *Correio do Ceará*, de 28 de março de 1934, foi noticiado o “Paraiso dos mendigos”, que anunciava

Por todos os cantos da cidade, batendo ás portas, invadindo os cafés e as casas commerciaes, importunando os transeuentes, circula uma malta de pedintes, andrajosos, implorando a caridade publica. Fortaleza é hoje o paraiso dos mendigos. Ninguem os incommoda. Muitos se compadecem e dão esmolos. (...) [É um] espectáculo degradante que hoje se vê nas ruas desta capital: o governo naquelle tempo [1932] mantinha os campos de concentração. (...) Faz-se necessaria uma acção imediata.²³

Os transeutes dividiam espaços com as maravilhas modernas, acostumavam-se ao ritmo acelerado das “baratinhas” (como os carros eram conhecidos na época), desfrutavam da transparência e vitrines comerciais, admiravam-se com as novidades da construção civil, ritmavam-se com o acelerar de ponteiros da Coluna da Hora e etc. Todavia, mesmo com a medida já proibitiva de pedir esmolos, os transeutes e caminhantes de Fortaleza se deparavam cotidianamente com a concentração de mazelas sociais dissipadas por alamedas, calçadas e veredas abarrotadas de desequilíbrios sociais representadas em várias ocorrências.

²² Sobre o período da Belle Époque, final do século XIX e início do século XX, em Fortaleza, ver: PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e controle social (1860-1930). 5. ed. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

²³ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 28 de março de 1934.

Em meio aos expurgos da eliminação da pobreza, o processo de urbanização de Fortaleza perscrutou ao assistencialismo, ao controle do espaço e já dispusera inclusive da aglomeração de seres paupérrimos em campos de concentração. Não obstante, o isolamento de “classes perigosas” deveria circundar outras esferas, requeria outras ações, assim continua o noticiário acima exposto:

Preliminarmente, é preciso verificar quem é na verdade mendigo e quem explora a boa fé da população. Este trabalho facilmente poderia ser feito pela delegacia auxiliar que, examinando a situação do que vivem da caridade pública, daria um cartão de identidade aos que realmente são indigentes e não podem trabalhar. (...) O governo do Estado poderia contribuir com uma parte das despesas e a municipalidade de Fortaleza com outra, para a manutenção de um asylo de mendicidade, que seria o mesmo actualmente existente se as suas instalações permittirem as ampliações necessarias. (...) Se os poderes publicos, na sua alta compreensão, entendem que do dinheiro que o povo paga de impostos não é possível distrahir mais uma parcella para essa obra de assistência, pelo menos que a policia mantenha um serviço de vigilância sobre os mendigos, para que só os verdadeiramente necessitados e incapazes de trabalhar andem pelas ruas a implorar a caridade publica.²⁴

A circunstância de determinar uma pessoa, papel da identidade, era elementar na estratégia dominante, mas os alvos dessa dominação experimentavam “táticas de resistência”, a exemplo da própria busca de outras ajudas que não a oficial. Enquanto isso, o controle urbano deveria se reforçar, levantar novas posições de intervenções, espreitar a vigília, confinar as aflições de populares. Foi papel do Estado, na história política brasileira a partir dos anos 1930, uma estratégia política de exclusão social e uma modernidade conservadora, acompanhada por um desabrochar tecnológico e um perfil político e econômico cada vez mais urbano. Uma nova dinâmica, uma velha realidade. Assim, o historiador José Murilo de Carvalho atentou sobre a interferência estatal na cultura cívica brasileira, onde

O Estado deve assumir a tarefa de organizar a nação, de modernizar o país. Era o programa da modernização conservadora assumido plenamente pelo regime surgido após 1930, no qual os militares e os técnicos tiveram grande participação. Era uma modernidade que não se baseava na força da iniciativa individual da tradição anglo-saxônica, nem tinha lugar para o exercício da fraternidade da tradição popular brasileira. A relação do Estado com o indivíduo era uma combinação de repressão e paternalismo. Não gerava a cidadania, no máximo criava a estadia, a incorporação ao sistema político pelo

²⁴ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 28 de março 1934.

envolvimento na malha crescente da burocracia estatal. Deturpava-se, ao mesmo tempo, a boa modernidade e a boa tradição.²⁵

A modernidade, em tese, foi um fenômeno global. E de forma geral, foi o caso fortalezense também, a modernidade procurou retirar do centro urbano tudo que era considerado sujo, feio e ameaçador a alguma ordem. Assim, modernidade e tradição fazem parte do mesmo processo, essa fronteira é muito híbrida. Desse modo, o conceito de civilidade está bem próximo da ideia de modernidade. Foi a diferença entre as invenções, inovações e transformações do mundo moderno e a imutabilidade de determinados aspectos sociais que vieram a gerar a eficiência da burocratização, num outro ou novos contextos, o aspecto urbano-civilizatório.

Entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, Fortaleza se modernizou e a custa de intensas reformas e controles sócio-urbanos a classe popular e a massa de despossuídos foram reajustadas disciplinarmente. E o uso da tradição caracterizou-se pelo seu discurso bastante dissimulado, autorizando a perpetuação de situações e rotinas anteriores, por exemplo, a transmissão da seca e compilação de pobres e flagelados que permitiram o uso indiscriminado dessas forças e a institucionalização de modelos assistencialistas, filantrópicos e outros dispositivos correccionais. Segundo Eric Hobsbawm, as tradições – inventadas – “são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória.”²⁶ E no caso da moderna capital cearense, modernidade e tradição acentuaram o reforço vigilante e velaram pela ordem social, recrudesceram sobre práticas consideradas vícios, furtos e outras máculas que afligiam a elegante capital que aspirava progresso.

²⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 126 e 127.

²⁶ HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 10

1.3 DESENCONTROS E ENCONTROS PROVOCADOS PELA VELOCIDADE ACELERADA

Um aspecto interessante da modernização é que há deslocamentos, ou seja, os indivíduos se locomovem constantemente pelas áreas urbanas – e cada vez mais acelerados e por meios que potencializam o efeito da pressa.

O primeiro automotor de Fortaleza, um carro, percorreu em março de 1909 com grande lida, algumas vias da cidade e provocou burburinhos pela suscetibilidade incitada por seu ranger e ronco da força motriz que imprimia movimento àquele veículo desprendido de trilhos e sujeição animal. Era um automotor usado, de marca (Rambler) e origem estadunidense, adquirido pelos proprietários do Cassino Cearense, Dr. Meton de Alencar e Júlio Pinto.²⁷

A imagem do carro já era conhecida por alguns fortalezenses, pois sua representação já ocorrera antes em revistas, salas de cinemas²⁸, fotografias e outras composições literárias. Ainda assim, o jornalista e escritor Raimundo de Menezes pintou em mensagem escrita o rumor em torno daquela máquina, quando se deslocava em “via pública, cercado sempre do maior e mais vivo interesse por parte da população.”²⁹ Talvez, esse desejo veemente da curiosidade em observar aquela máquina estivera em suas diferenças com as representações conhecidas até então. Ora, havia a película em movimento, mas não existia a intensidade sonora emanada dos filmes; imagem e som não haviam se mesclado ainda.³⁰

O cortejo da modernização e utensílios enlaçados a ela foi se multiplicando no cotidiano de Fortaleza. A urbanização instalara-se na vida cidadina e os deslocamentos tornaram-se mais rápidos e se multiplicaram em diferentes direções. A modernidade foi traçada na ambiguidade da simbiose entre o novo e o velho, os encontros e desencontros, incorporando novos atores a história pareceu acelerar e os cenários cresceram em visibilidade. Modernidade e tradição se fundiam pelas vias e veredas da cidade.

²⁷ MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 129.

²⁸ Em 1907 foram instalados os primeiros cinematógrafos na cidade.

²⁹ MENEZES, Raimundo de. Op., cit., p. 131.

³⁰ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Rumores**: a paisagem sonora de Fortaleza (1930-1950). Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. p 18.

A Prefeitura de Fortaleza, através de sua seção do Almojarifado, organizou uma tabela demonstrando os tipos e a quantidade de veículos em Fortaleza, comparando os dados de 31 de dezembro de 1929 e 31 de agosto de 1930. O jornal *Correio do Ceará* publicou em 8 de setembro de 1930 o quadro contendo esses dados, e a síntese da tabela nos permite afirmar que houve um decréscimo no número de carros, talvez pela influência do momento econômico, mas denota a pequena porção de veículos existentes se comparado a população de Fortaleza e a presença de carroças com tração animal. Porém, nos anos seguintes, o crescimento de automotores pelas ruas de Fortaleza foi revelador do entusiasmo e comodidade proporcionado pelo deslocamento instantâneo.

Veículos	Dezembro de 1929	Agosto de 1930
Automóveis (de praça, uso particular e oficiais)	354	323
Caminhões (de aluguel, particulares e oficiais)	182	161
Ônibus	36	35
Carroças de tração animal	135	121
Motocicletas	10	13

Fonte: *Correio do Ceará*, Fortaleza, 8 de setembro de 1930, “Os veículos existentes em Fortaleza”.

Na década de 1930 Fortaleza possuía cerca de cem mil habitantes, enquanto Recife nos anos 1920 já possuía mais de duzentos mil habitantes e o Rio de Janeiro em 1906 concentrava mais de oitocentos mil habitantes.³¹ Esses números populacionais denunciam as diferenças entre algumas cidades brasileiras no século XX, mas essas tiveram suas áreas de influência e foram referências de modernidade urbana em diversas zonas de ação. Claro, o Rio de Janeiro durante o final do século XIX e início do século XX foi soberano e

³¹ ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880 – 1925)**. IN Ó, Alarcon Agra do, et all. *A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural*. 2 ed. João Pessoa: Ideia, 2003. p. 86

modelo a todas as cidades brasileiras que desejaram ser civilizadas.³² Todavia, cada qual aportada por seus próprios limites, essas e outras cidades foram arrebatadas pelo esmero moderno, por experiências frenéticas, causos e matérias que configuraram os cenários urbanos e remeteram às novidades cotidianas o signo do ser moderno.

O fluxo de migrantes e o movimento de veículos – movidos por força animal ou não – agitaram a capital cearense, atiçaram as memórias de cronistas, foram responsáveis por inúmeras propagandas que apenas aumentaram com o passar do tempo e muitas são as exposições nos jornais de abalroamentos. O que sugere a influência gradativa desses meios de transportes na construção da sensibilidade e cotidiano urbano. Ora, “os desafios lançados aos habitantes de uma cidade em processo de modernização reclamam novas formas de percepção”³³, e nessa constituição sensível as ruas tornaram-se mais extasiantes.

A empresa Ford em uma de suas inúmeras propagandas perguntou “Por que tem o Ford a mais rápida aceleração?”. A pergunta se justifica porque a velocidade estava diretamente proporcionada à mecanização e modernização na rotina e rapidez a que se estruturavam as novas relações sociais. Além da indagação a propaganda afirma que a “aceleração rapidíssima, aumentar a velocidade de 8 para 40 quilômetros por hora em 8,5 segundos, não é nada para o novo Ford. E isto se aprecia melhor ainda nos centros de muito tráfego”³⁴ A modernidade não se restringe apenas como industrialização, mas as noções de modernidade se mostraram presentes também no nexo da sensibilidade, onde temos que

Os objetos se tornavam cada vez mais comercializáveis, as campanhas de promoção dos produtos se esforçavam para mostrar o quão indispensáveis eles se faziam, humanizando as mercadorias. O avião, as roupas, a cor e forma do cabelo, móveis e eletrodomésticos

³² Se os grandes centros econômicos e culturais da Europa eram referência para o Rio de Janeiro, por as vezes este é que seria o exemplo maior de inovações (i)materiais, hábitos e costumes ao restante dos centros do Brasil, sobretudo no final do século XIX e início do século XX. Ver: NEEDLELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Tradução Celso Nogueira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993; SOUSA, F. G. R. B. **Territórios de confronto**. – Campina Grande: EDUFCEG, 2006. (Coleção Outras Histórias, n. 3).

³³ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Op., cit., p 27.

³⁴ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 20 de outubro de 1930.

eram apresentados como partes de histórias emocionantes e felizes.³⁵

A publicidade promoveu de forma cada vez mais possante os símbolos e tudo que se aferra à modernidade³⁶, os jornais estamparam a modernização, sobretudo sob a ótica norte-americana, e imprimiram as novidades à figuras modernas. E não obstante ao culto do moderno, o *Correio do Ceará* noticiou que “O automovel constroe uma cidade” e deu por certo que

O automovel tem feito talvez por mais elevar o nome dos Estados Unidos aos mais recônditos cantos do globo que qualquer outro producto aqui fabricado. Do mesmo modo, os automóveis Studebaker teem contribuido consideravelmente para tornar a cidade de South Bend conhecida em toda a America Latina. Os automoveis Studebaker são para South Bend o que os diamantes são para a Africa, a borracha e o café para o Brasil, o gado para a Argentina, carneiro e lã para a Australia, o trigo para o Canadá, o aço e tecido para a Inglaterra, os relógios para a Suissa e tintas de tingir para a Allemanha.³⁷

O autocarro representava novos tempos, invenção tecnológica que abrangeu novos melhoramentos em seu funcionamento e transformações nos centros urbanos. A utilização e a propagação de inúmeros utensílios modernos gerou a expectativa do melhoramento da vida diária, porém acarretou também a imersão de novos problemas e necessidades. No caso do carro, entre outros aspectos, o ritmo e a liberdade em deslocar-se originou um descompasso nas ruas.

Nesse cadinho veicular a Prefeitura de Fortaleza lançou o Código de Posturas do Município de Fortaleza, em 1932, após constatar que as “circunstâncias não determinado lamentavelmente serios embaraços ao progresso do Municipio e à urbanização metodica da cidade”³⁸ No rol desses embaraços se incluía o trânsito, que era designado pelo tal Código de Posturas no “Título IV, Da polícia de trânsito”. Se a prefeitura já enumerara a quantidade de veículos entre as décadas de 1920 e 1930 a circular pela Capital, tornando

³⁵ CRUZ, A. S. **Aracaju, automóveis e cinemas: traços da modernidade no início do século XX**. IN: SOUZA, A. Clarindo B. Populares na cidade: vivências de trabalho e de lazer. Antonio Clarindo Barbosa de Souza (org.). – João Pessoa: Ideia, 2011. p. 125.

³⁶ E também o culto ao higiênico, belo, saudável, confortável e rápido.

³⁷ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 23 de janeiro de 1931.

³⁸ PREFEITURA DE FORTALEZA. **Código de Posturas do Município de Fortaleza**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933. p. 3. O Código Municipal é referente ao Dec. nº 70, de 13 de dezembro de 1932.

passível de multa aquele que não efetivasse a matrícula veicular junto à Prefeitura, agora dispunha de uma série de artigos e capítulos judiciais a dispor sobre particularidades e generalidades do trânsito.³⁹

O Código de Posturas reconhecia as duas classes de veículos, tração animal e automática, sendo que ambas possuíam especificações técnicas próprias. O conforto, higiene e a comodidade faziam parte das determinações estabelecidas por direito, por exemplo, os veículos destinados a carregar passageiros deveriam ter, entre outras normas:

§ 12 – As janelas devem ser protegidas com vidraças ou cortinas de proteção aos passageiros em tempo de chuva.

§ 13 – Serão obrigatórios dispositivos para sinal de parada, de modo a permitir o seu uso pelos passageiros sem grande afastamento dos seus lugares.

§ 14 – Na parte interior e anterior do veículo deverá ser afixada uma placa indicativa do seu número, nome do proprietário ou denominação da empresa, endereço do escritório destes, o preço das passagens, o itinerário das viagens e a lotação

(...)

§ 16 – O veículo deverá ser iluminado internamente com duas lâmpadas no mínimo, de capacidade de dezesseis velas cada uma.

Art. 378 – Todos os auto-omnibus e bondes deverão ser providos de uma taboleta móvel com a inscrição – COMPETO [*sic*]–, que deverá ser afixada de modo visível ao exterior, logo que a lotação esteja tomada, e retirada assim que vague algum lugar. Pena: Multa de 20\$000

Art. 379 – A empresa ou proprietário de veículos de passageiros é obrigada a mantê-los em perfeitas condições de asseio, higien, [*sic*] conforto e iluminação. Pena: Multa de 500\$000 por veículo que for encontrado com infração deste artigo.⁴⁰

O Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda, por meio do jornal *Unitário*, em 16 de dezembro de 1939, publicou uma nota intitulada “Os nervos e a velocidade”, em que inferia

A rapidez é um dos característicos e uma das necessidades do século atual. Dentro da vertiginosa esfera do progresso e do movimento incessante que agitam o mundo de hoje a lentidão dos carros de boi, das liteiras e dos barcos a vela é um anagronismo. Não se pode ficar parado. É preciso girar, movimentar-se, agir com a necessária prontidão, para não perder terreno ou ficar em último plano. Mas há uma diferença entre a presteza de movimentos, com segurança de ação, e a loucura de movimentos desordenados, de corridas furiosas, de velocidades doidas e mirabolantes. A pressa regularizada, matemática, é uma demonstração de domínio próprio e capacidade de ação, mas a velocidade precipitada, sem controle, é um sinal de desequilíbrio. (...) Nos centros adiantados, entre

³⁹ Os capítulos ordenados à Polícia do Trânsito, através do Código de Posturas, eram: Das suas espécies e matrículas; Dos veículos de carga; Dos veículos de passageiros; Do trânsito geral.

⁴⁰ PREFEITURA DE FORTALEZA. **Código de Posturas do Município de Fortaleza**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933. p. 95 e 96. O Código Municipal é referente ao Dec. nº 70, de 13 de dezembro de 1932.

populações cultas, a velocidade excessiva e desordenada dos carros, sem motivo especial que a determine, não é absolutamente motivo de aplauso, mas antes de reprovação e punição. Correr em disparada, sem freio e sem controle, é próprio nos irracionais, mas o homem deve ser sempre o ser superior que se governe. Que os guiadores do Ceará se capacitem disso e nos ofereçam, para o orgulho nosso, o exemplo de sangue frio, segurança e controle de nervos, de que tantos, felizmente, dão provas.⁴¹

Se os carros eram símbolos marcantes do desenvolvimento e distinções das metrópoles, eram também os responsáveis, ou melhor, eram meios para os inúmeros caos deslocados em Fortaleza e representados nos jornais e crônicas memorialistas. Velocidade em excesso era indício de problemas, mas a falta de celeridade também poderia ser vestígio do atraso socioeconômico e obstáculo à vertigem do século XX. E na coexistência temporal, principalmente durante a década de 1930, automotores dividiram espaços com veículos movidos a força motriz animal e bondes elétricos.⁴² A imagem a seguir demonstra de forma simultânea o equino e os trilhos do bonde.



FIGURA 4 – Jornal *Correio do Ceará*. 20 de agosto de 1930
Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel

⁴¹ *Unitário*, Fortaleza, 16 de dezembro de 1939.

⁴² Em 1947 os bondes elétricos foram retirados de circulação, os de tração animal já haviam sido coibidos e reprimidos por volta da primeira metade da década de 1940.

Visando a normatização do trânsito em geral, o Código de Posturas de 1932 versava sobre necessidades pontuais nas quais se destacaram a quantidade de parágrafos e incisos referentes a animais em logradouros coletivos e a exclusão de individualidades humanas ao acesso a áreas públicas. Assim, o capítulo único Do Trânsito Geral dispunha de uma legislação excludente em benefício a limpeza social e desembaraços que confundisse ou amontoasse o trânsito, assim estabeleciam as normas:

§ 1º – A descarga deve ser feita diretamente do veículo ou do animal para o interior dos prédios.

Art. 382 – é proibido o transito pelos passeios aos carregadores e mercadores ambulantes. Penas: Multa de 10\$000 e prisão por 24 horas.

Art. 383 – Incorrerá na multa de 50\$000 e na prisão por 24 horas aquele que:

1- amarrar animais ás árvores, postes, grades ou outros objetos dos logradouros públicos;

2- jogar foot-ball, peteca ou divertimentos semelhantes e fazer exercício de patinação nos logradouros públicos não destinados a este fim;

3- conduzir pela via publica animais perigosos que não estejam devidamente enjaulados ou presos;

4- conduzir animais soltos, comboios ou boiadas pelas vias em que isto não for permitido;

5- montar animal não convenientemente domado ou conduzi-lo em marcha imoderada;

(...)

7- andar a cavalo ou conduzir cavalgadura sobre os passeios ou jardins (...);

8- tanger um só individuo mais de três animais, nas zonas central e urbana

(...)

Art. 386 – Todo animal que for encontrado vagando na via publica será apreendido e recolhido ao deposito municipal (...)

§ 1º – Si o animal não for retirado do deposito no prazo de cinco dias, será vendido em leilão na Prefeitura, mediante edital.

§ 2º – Tratando-se de cães, a sua retirada deve ser feita dentro de 3 dias, findo os quais sacrificado, exceto se se tratar de cão de raça, o qual, nesta hipotese, será vendido em leilão.

Art. 387 – Não é permitido conduzir na via publica aves tocadas em bando.

Art. 388 – Não terão entrada nos jardins públicos, os ébrios, os maltrapilhos e os mendigos. Pena: Prisão por 24 horas.⁴³

Os espaços foram severamente delimitados não apenas entre os veículos automóveis ou não, mas também para pedestres, animais e usuários do espaço público. O interesse dos gestores públicos, estaduais e municipais, era vigorar os interesses das elites, proporcionar ares civilizacionais para

⁴³ PREFEITURA DE FORTALEZA. **Código de Posturas do Município de Fortaleza**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933. p. 97 e 98. O Código Municipal é referente ao Dec. nº 70, de 13 de dezembro de 1932.

Fortaleza, e o veículo automotor era a representação ideal do “progresso”, portanto deveria ter primazia pelos *boulevares* da cidade. Logo, em 1939, o livro “Veículos e acidentes” com o intuito de instruir a população frente ao elevado número de incidentes, diz:

A rua é o local destinado ao trânsito de veículos; aos pedestres é reservada, exclusivamente, a calçada. (...) Cada dia, em Fortaleza, torna-se maior o movimento. É preciso, portanto, redobrar a atenção. É preciso acompanhar a evolução do tráfego. É preciso aprender a conduzir-se nas ruas, a atravessá-las. É necessário, mesmo, adquirir esse sexto sentido que adverte o habitante duma grande cidade da chegada de um veículo, ainda que esse não se anuncie⁴⁴

A organização dos espaços, institucionalizada pelos poder público, demonstrava o choque constante entre as hierarquias sociais. O *sexto sentido* é na verdade a internalização dos novos códigos cinéticos da cidade, sobre o ritmo acelerado da cidade, do movimento que se faz sobre a construção da vivência. Em março de 1934, a Inspectoria de Vehiculos anunciou novas resoluções com o intuito de coibir e prevenir os incidentes. As regulamentações, em geral, tinham por objetivo também permitir a ação policial e judiciária àqueles que desrespeitassem as leis ou regras da boa convivência. A elaboração dos tais regulamentos dizia que

A inspetoria de Vehiculos está anunciando que, em virtude de resolução do sr. Prefeito municipal, ficam sujeitos:

Á multa de 50\$000:

I – Os que maliciosamente derem asylo a vehiculos ou conductores perseguidos pela Policia ou pelo clamor publico ou facilitarem a sua fuga, em consequencia de crimes, accidentes ou atropelamentos na via publica;

(...)

V – Os que consentirem em seu vehiculo a pratica de actos attentatorios á moral e aos bons costumes;

(...)

VIII – Os que não respeitarem os signaes nas estradas de ferro, de rodagem, nas passagens por escolas, nos pontos de estacionamento e em outros ligares [*sic*] que a Inspectoria determinar;

Á multa de 30\$000:

(...)

XVIII – Os que estacionarem os seus vehiculos fóra da posição regulamentar;

XIX – Os que fizerem experiencia de busina ou de machina nos pontos de estacionamentos;

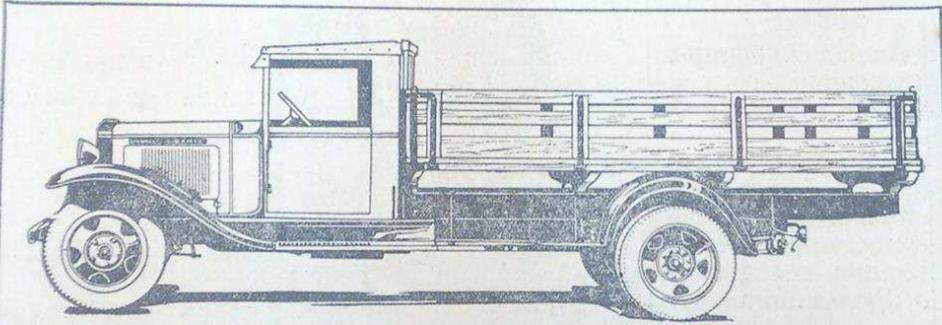
⁴⁴ SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Veículos e acidentes**: estatística do ano de 1939. Fortaleza: Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda do Estado do Ceará. p. 17 e 48. IN: BEVILÁQUA, L. I. O que vai pela cidade: automobildade e crimes de trânsito em Fortaleza na década de 1920. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 2014.

XX – Os que desobedecerem ao signal de pare, dados pelos encarregados do serviço, para certificar infracção, fiscalização de documentos, etc.;

XXI – Os que não não tratem com polidez e urbanidade os passageiros de seus vehiculos.⁴⁵

Em meio à promoção do automotor e o imaginário automobilístico, outro veículo atrelado ao passado, mas de grande destaque pelas ruas fortalezenses eram os equinos. Nos jornais da época muitas são as referências com incidentes envolvendo estes, a legislação dispunha de vários artigos na tentativa de regularizá-los, foram presentes nas representações imagéticas jornalísticas e ajudaram a movimentar o mercado e trânsito em Fortaleza. O 23º Batalhão de Caçadores, em edital de 13 de fevereiro de 1933, anunciou a venda de “8 cavalos e 7 muares, divididos em lotes, reformados para o serviço do Exército, os quais estão em boas condições para outros serviços.” A modernização da cidade ocorreu com singular construção de domesticação nas coordenadas e movimentos presentes em espaços planejados.

O Novo Caminhão
CHEVROLET
Resolve o problema do transporte
“BOM e BARATO”!



QUATRO DOS PRINCIPAES APERFEIÇOAMENTOS DO CAMINHÃO CHEVROLET 1933:

- Um novo motor de 6 cylindros e 56 H.P. de força. Mais possante, veloz e economico.
- Carburador “Carter”, typo down-draft, de baixo consumo, com filtro de ar e retentor de chammas.
- Transmissão aperfeiçoada typo selectivo, de 4 velocidades avante e marcha á ré.
- Tanque de gazolina maior, para 56,8 litros.

MAIS FORÇA - MAIS RESISTENCIA - MAIOR ECONOMIA - MAIORES LUCROS

FIGURA 5 – Jornal *Correio do Ceará*. 29 de maio de 1933.
Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel

⁴⁵ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 24 de março de 1934.

Todavia, as leis não eram efetivamente rematadas em perfeição, logo, é possível imaginar a crescente urbanização em conflito permanente com os velhos meios de transporte e costumes que ameaçaram o estabelecimento pleno dos regulamentos urbanos. Pois, apesar de dispositivos de controle o desenlace entre o veículo de ontem e o de hoje se embatiam num movimento por primazia no espaço, assim, “o motorista deparou-se com um burro que pactamente se locomovia em sentido contrario.”⁴⁶ Este incidente ocorreu no centro de Fortaleza, e contrário ao tempo natural era o tempo moderno, onde “a prosperidade, pujança e progresso da cidade moderna se fariam largamente subtraindo-lhe os vestígios naturais, ou subjugando-os a uma ordenação espacial.”⁴⁷

O fenômeno da aceleração fustigava todos aqueles que se estendiam pelas ruas e dinamizaram o ritmo dos trajetos em encontros por vezes violentos. Nos jornais, muitos são os incidentes relatados devido a invasão e imperícia de motoristas; bem como a não plena adaptação sensorial⁴⁸ de pedestres e de guias veiculares. Assim, em 1 de julho de 1930, o *Correio do Ceará* noticiou “Mais atropellamento”, em que informou o atropelo de Lucino Pereira da Silva pelo chauffer amador Pedro de Alcantara Filho, próximo a Praça do Ferreira – centro de Fortaleza. No mesmo dia publicou também “Na vertigem da velocidade”, outro atropelamento, mas agora afastado do centro, na estrada de Porangaba, a menor Herminia Rodrigues recebeu o choque de um veículo conduzido provavelmente por chauffeurs profissionais, visto que a polícia os tinha como testemunhas do acidente. Em ambos os casos anunciados em 1 de julho de 1930 a Inspectoria de Vehiculo ficou responsável por averiguar em que circunstâncias os embates ocorreram.

A classe dos chauffeurs profissionais, sendo mais numerosa e incumbida da parte mais pesada do serviço, apresenta, por isso mesmo, um quadro mais elevado de acidentes. Os automobilistas amadores, geralmente pessoas de posição social, mais afeitas a mandar que obedecer, são os que mais frequentemente incorrem nas penalidades por pequenas infrações, sobretudo quando se trata de atender às recomendações dos guardas de trânsito.⁴⁹

⁴⁶ *O Estado*, Fortaleza, 9 de junho de 1944.

⁴⁷ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Op., cit., p. 56.

⁴⁸ VIRILIO, Paul. **A arte do motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

⁴⁹ SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Veículos e acidentes**: estatística do ano de 1939. Fortaleza: Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda do Estado do Ceará. p. 6.

A Casa Pratt, estabelecimento comercial com sede no Rio de Janeiro, filial em Fortaleza (Praça do Ferreira) anunciou a Dalton (máquina de escrever) como sendo “a machina que somma, multiplica, subtrahe e divide mais rapida, e que melhor opera por impressão”⁵⁰. Se fizermos uma rápida alusão ao trânsito, o descompasso do cálculo matemático talvez fosse de prejuízo e dano maior para os desprovidos de motor a explosão. Já o alimento Quaker Oats era apresentado – e representado – pelos dizeres “Ligeireza, Força, Virilidade!”⁵¹, talvez sirva como síntese para os autocarros que se moviam e por vezes desconjuntavam articulações humanas.

Como valoração moderna e atualização para as experiências automobilísticas, os espaços foram reorganizados e outros ofertados a novas provas e moldados ao conceito de vida urbana intensificada por equipamentos que tornassem a vida gradualmente mais rápida. Desse modo, o princípio da estrada que ligava Fortaleza e Porangaba⁵² foi anunciada com fausto,

A inauguração official dessa bella avenida realizou-se hontem com notavel brilhantismo a inauguração official que liga esta capital a Porangaba, a qual recebeu o nome de avenida 'Washington Luis'. Às 8 1/2 horas, grande massa popular se comprimia no ponto inicial da estrada, no fim da linha do Bemfica, afim de assistir a solemnidade. (...) Dando inicio á cerimônia, mons. José Quinderé deu a benção á nova estrada. Em seguida falou o orador official, dr. Coelho Cintra, engenheiro da I.F.O.C.S., descrevendo a largos traços a construção da rodovia e focalizando os benefícios que ella vinha trazer á população e ao Estado, como obra economica e obra de progresso. (...) A rodovia, hontem, oficialmente inaugurada é toda de concreto e representa um grande passo para o progresso economico do Ceará. A sua inauguração vem reanimar as esperanças de que o governo federal, attendendo ás solicitações do governo do Estado, prosseguirá na benemerita iniciativa de realizar no Ceará as obras de que carece para a completa organização de sua vida economica e financeira.⁵³

A ampliação da cidade esteve diretamente ligada aos ciclos de seca e principalmente aos estágios migratórios. A política de assistencialismo ao

⁵⁰ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 02 de julho de 1930.

⁵¹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 02 de julho de 1930.

⁵² Essa estrada era popularmente conhecida por “estrada da morte”, devido os inúmeros incidentes envolvendo automotores e destes com pedestres. Ver: NIREZ, Miguel Ângelo de Azevedo. **Cronologia Ilustrada de Fortaleza**. BNB, 2001. O *Correio do Ceará*, em 25 de maio de 1933, informou que “os srs. proprietários de omnibus, nesta capital, vivem receiosos de se aventurar no trafego Fortaleza-Porangaba. Há uma verdadeira serie de attentados e ameaças de autoria das pessoas que se interessam na não participação dos carros de Fortaleza áquela linha. Até pregos e pedras já foram collocados afim de verem furados os pneus dos omnibus. Até aggressões a chauffeurs têm sido perpetradas.”

⁵³ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 07 de julho de 1930.

Ceará permitiu obras como a estrada entre Fortaleza e Porangaba, atentadas pela chancela do discurso do engenheiro da Inspetoria Federal de Obras Contrás as Secas (IFOCS)⁵⁴, composta no entrelaçar da atribuição de projetos urbanos. O benefício da graça cedida pelo monsenhor infelizmente não se estendeu a todas as vias e transportes da capital, visto que no mesmo dia da solenidade de inauguração da rodovia, o bonde guiado por José Araújo atropelou o senhor Aurelio Carvalho, na praça Capistrano de Abreu.⁵⁵

Caminhos que assegurassem a rodagem de veículos estavam mesmo no rol de construções de Fortaleza, estruturas que tecessem para o desenvolvimento material e imaterial, ao menos esse era o propósito da aceleração enquanto transformações no ambiente urbano. Todavia, se a rodagem entre Fortaleza e Porangaba estava assegurada por concreto e alardes de magnificência, o mesmo não poderia ser dito sobre “a estrada da Barra do rio Ceara”, pois apesar da existência de uma infraestrutura que continha Hidroporto (desativado na primeira metade da década de 1940, funcionava principalmente como entreposto postal), estabelecimentos e outras

instalações, armazens, e, ultimamente, foi levantado um prédio com amplas e confortáveis acomodações de um hotel balneário. Apesar disso, o acesso á Barra do rio Ceará está sendo, cada vez mais, difficil. Do Urubú até lá, a estrada vem se tornando intransitável por automoveis. A Secretaria da Agricultura mandou destocar o leito da estrada, alarga-lo, lançando, assim, os fundamentos de uma boa via de comunicação entre esta capital e o núcleo de civilização emergente. Com essa providencia, intensificou-se o transito para aquelle privilegiado arrabalde, aonde a população se transporta afim de assistir a descida e subida dos aviões. Mas ficou nisso. A estrada ficou somente alargada e destocada. O leito, aeronoso e cedível, por si mesmo não podia offerecer resistência e garantia á continuidade do trafego. O movimento encontra, infelizmente, os mais serios obstaculos, neste momento, em que deveria tudo facilitar-se não somente para impulsiona-lo como causa do acceleramento do progresso. (...) As areias affrouxaram, e de tal sorte, que, aqui e acolá, immobilizam as rodas dos automóveis. O serviço não é custoso. Não requer grandes sommas. Ainda que, para consegui-lo, fossem necessarios grandes dispendios, a pavimentação da estrada, no pequeno trecho do Urubú á Barra do Ceará, deveria ser feita, já e já, afim de que não se diga que nós vamos detendo as iniciativas de civilização que aqui abrolham.⁵⁶

⁵⁴ Entre as décadas de 1910 e 1930 o termo Nordeste foi inventado como área suscetível de secas e longos períodos de estiagens, sendo esta a área de atuação do IFOCS. Sobre o conceito Nordeste, secas e IFOCS, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

⁵⁵ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 07 de julho de 1930.

⁵⁶ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 25 de julho de 1930. A estrada da Barra do rio Ceara.

A Barra do Ceará é o bairro mais antigo da capital cearense e há muito reclamava por investimentos, continha não apenas as margens do rio Ceará, mas estava às margens no quesito de se adequar às normas regulares e benefícios modernos. A aceleração automobilística estava ameaçada pela frenagem imposta por serviços incompletos que ameaçaram a circulação segura entre as belas paisagens naturais da Barra do rio Ceará e o centro urbano propagador de ideais e símbolos modernizadores.

Meio de transporte assegurado pelo traçado predeterminado e indicado com precisão também se envolviam em acidentes de considerável intensidade, como o choque de “Bond contra Bond”⁵⁷, na praça da Sé. Contudo, o mais comum eram encontros entre diferentes meios de transportes, conforme a informação divulgada pelo *Correio do Ceará*, em 21 de julho de 1930, “ante-hontem o caminhão 321-T, guiado pelo chauffer José Lins Martins Baptista, ao passar na rua S. Paulo, canto da praça Capistrano de Abreu, abalroou com o Bond.” Segundo a reportagem, o motorista foi preso em flagrante pelo guarda que estava no local, centro da capital.

As notícias sobre incidentes no trânsito eram frequentes nos jornais, tal a matéria de o *Correio do Ceará*, de 23 de maio de 1933, onde na “colisão de vehiculos sahiu com mais estragos o carro do Prompto Socorro, que quebrou uma roda e teve amassados diversas partes, como os paralamas dianteiros e chassis. O caminhão da Serraria estragou-se no para-choque.” O engenheiro e cronista João Nogueira⁵⁸ versou de forma irônica, em 1936, sobre as mudanças proporcionadas pelos autocarros nos modos de vida dos fortalezenses: “Quantos mais os nosso carros quebrarem pernas e matarem gente, tanto melhor, porque tais acidentes mostram que a Fortaleza tem vida, tem gente, movimento e progride.”⁵⁹ O automóvel, alegoria que representava poder, riqueza, status, liberdade e outros símbolos, impunha o ritmo das máquinas e submetia os sujeitos que não estavam capacitados a capturar as vertigens proporcionadas pelo excesso de velocidade. A rapidez dos autocarros impunha outro ritmo e maneira de se relacionar, assim:

⁵⁷ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 21 de julho de 1930.

⁵⁸ João Nogueira (1867-1947), escritor cearense e foi um crítico do progresso em geral. Ainda assim, como diplomado em engenharia que era, reconhecia a necessidade de algumas mudanças nas cidades, e ganhou notoriedade, sobretudo, pelas defesas ao respeito às tradições da cidade.

⁵⁹ NOGUEIRA, João. **Fortaleza velha**: crônicas, [1954] 2ª Ed. Fortaleza: Editora da UFC/PMF, 1980. p. 165 e 166.

Uma parte da nossa população não aprendeu ainda a andar nas ruas. Um terço ou a quarta parte dela guarda ainda reminiscências dos cabriolets, dos bondes de burros e das carroças de ferro. Foi tão rápida a invasão do automóvel que não teve tempo ainda de adaptar-se à nova feição do tráfego. Mas é preciso fazer um esforço maior, violentar os velhos hábitos e entrar de vez na ordem moral das cousas.⁶⁰

Relação conflituosa e ambígua a dos autocarros e transeuntes, das máquinas com o seus tempos. Os veículos por vezes foram entendidos como aspectos positivos, símbolo do progresso técnico e civilizacionais, ora compreendidos como os causadores em potencial dos danos e prejuízos na cidade. O próprio João Nogueira, em crônica de 1934, acusou os autocarros de serem os responsáveis por desfigurarem o ritmo das atividades fúnebres, a tradicional marcha lúgubre vagarosa agora era esgarçada pela celeridade com que se deslocavam os veículos da vida urbana. Raimundo de Menezes em crônica intitulada “Os primitivos enterros”, publicada em 1938, citou como ocorria a condução do cadáver antes dos autocarros:

Na Fortaleza d'outrora, o cidadão quando morria tinha o seu cadáver carregado à mão pelos soleníssimos 'gatos-pingados' (...) À hora anunciada, os 'gatos-pingados', armados de duas fortes vergas, que passavam sob o féretro, começavam o seu tétrico ofício, marchando de maneira cadenciada, num ritmo acentuadamente lúgubre, rua afora, pela cidade, a caminho do cemitério, escandindo os passos monótonos, marciais, estudados... era aquela cadência enervante e fúnebre que os caracterizava no seu triste mister. Aquele caminhar marcado, isócrono, profundamente melancólico, devia ser como o caminhar da própria morte... (...) Com os tempos, porém, um dia o italiano Emílio Barroccio, que já falira várias vezes, se lembrou de explorar a indústria dos enterros em Fortaleza, procurando modernizá-la. Assim tratou de adquirir carros puxados a cavalo. A ideia foi aceita com aplausos pelos mordomos da Santa Casa, sob cuja administração já se encontrava a empresa funerária. (...) Os únicos que não pagavam o sepultamento eram os comprovadamente pobres! Os mais morriam duplamente... (...) Finalmente, na era do automóvel, os carros a cavalo foram trocados, graças também à iniciativa do mordomo Edgar Borges, por veículos a motor, adaptados para o transporte de cadáveres. E esta é a história do sistema de transporte fúnebre em Fortaleza, desde os 'gatos-pingados' até ao enfeitado caminhão de nossos dias...⁶¹

Se alguns cidadãos tiveram suas vidas abreviadas por acidentes com veículos motorizados, é de se imaginar que também tiveram seus ritos de

⁶⁰ SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Veículos e acidentes**: estatística do ano de 1939. Fortaleza: Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda do Estado do Ceará. p. 8.

⁶¹ MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 74, 75 e 76.

passagem encurtados pelo uso dos carros. Os ritmos eram irregulares, as representações sobre os veículos automotores sofriam de divergências, os tráfegos proporcionados por esses veículos implicaram novas realidades socialmente dispostas e a adaptação lenta a outras pulsações ocasionaram vítimas nessa simbiose tempo e espaço. De acordo com Nicolau Sevcenko, talvez essas situações de riscos entre carros e pedestres, ocorresse

porque as escalas, potenciais e velocidades envolvidos nos novos equipamentos e instalações excedem em absoluto as proporções e as limitadas possibilidades de percepção, força e deslocamento do corpo humano.⁶²

Os padrões de velocidade e deslocamentos estavam em mudanças, escalou outras técnicas e meios e davam a sensação de encurtarem as distâncias físicas, vivenciando as realidades ainda no calor do mexerico. Assim, o jornal *Correio de Ceará* salientou em 01 de março de 1933 no artigo “Velocidade” a parte bestial a que as notícias ligeiramente tinham curso:

Poucos minutos depois de ter sido alvejado o Sr. Roosevelt, o mundo inteiro sabia do ocorrido. Um telegrama da maneira pela qual a ‘United Press’ deu a conhecer ao mundo o attentado soffrido pelo presidente eleito, sr. Franklin Roosevelt. O correspondente que acompanhava esse estadista, mal ouviu o disparar dos tiros, correu ao primeiro telephone, ligou para Nova York, avisou a agencia central, enquanto mandava, logo a seguir, um despacho urgentíssimo ao operador do telegrapho. Mal chegaram a Nova York as noticias, foram logo, pelos cabos, pelos fios, ou pelas ondas hertzianas, despachadas para os quatro cantos do mundo. Nas redações, onde Ella chegou na hora da ultima pagina entrar em machina, foi o tempo de refazer a edição tirando qualquer matéria, para publicar a nova sensacional. Entretanto, o mundo necessita não só de saber, como de ver e, desde logo, os photographos que bateram chapas do acontecimento, revelaram-nas a toda pressa e a telephotographia a mandou para todos os cantos dos Estados Unidos e para as principaes cidades da Europa. Assim, poucos minutos depois de ter sido alvejado o sr. Franklin Roosevelt, já o mundo inteiro sabia do acontecido em Miami, e, o que é mais, podia contemplar as photographias do facto lamentável. Não se pode mais discutir que a velocidade aguçou de modo surprehendente os sentidos do homem.⁶³

Tempo múltiplo e acelerado, tempo da busca pela onipresença. Tempo e velocidade se imbricando, intrincando espaços e o mundo civilizado (aqui anunciado como Estados Unidos e Europa) a receber seus louros levantados pelo efeito do instantâneo. Ler e ver, texto e imagem, atiçavam a

⁶² SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante**: técnica, ritmos e ritos no Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil – volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 516.

⁶³ *Correio do Ceará*, 01 de março de 1933.

suscetibilidade ao movimento, a significação e o reconhecimento das recorrências envolvendo a velocidade e “emquanto isso, o carro fúnebre da empresa diária e incessantemente vae trafegando pelas ruas da cidade, impressionando os transeunte, (...) para quem os ver passar veloz rumo á cidade de ‘nós todos’”.⁶⁴

Contudo, os costumes rurais e o urbano conviveram juntos na cidade de Fortaleza. Apesar das fontes conterem representações que tentam negar essa existência dual, como que o moderno eliminando o antigo (sinônimo de atraso), elas indicam que essa relação perdurou por muito tempo. Logo, os automotores coexistiram com os animais e veículos de tração animal, sendo essa relação iniciada ainda no desembarque do primeiro autocarro à capital, quando aquele foi “puxado grotescamente por um jumento, pois o funcionamento do seu motor era ignorado entre nós”⁶⁵

Imaginar o trânsito no espaço de público de Fortaleza na década de 1930 e 1940 é visualizar o veículo automotor alertar com uma estridente e penetrante buzina os diferentes transeuntes; preparar o ouvido para a confusão sonora entre o cavalgar e relinchar dos equinos a puxar vagões, e o acelerar abrupto de *Fords* e *Chevrolets*, o comerciante a anunciar em alta intensidade sonora os seus produtos, encontrar-se com vendedores de carne, leite, hortaliças e outras matérias a mais; acompanhar o bonde se locomover e afastar-se da praça, desviar-se do pedestre ou motorista mais afoito e apressado pela escassez de tempo... Imaginar a experiência desse trânsito é desvendar a constituição de uma cidade por sensibilidades que se entrecruzaram e afluíram o funcionamento circulatório e esforços de partidas e chegadas.

1.4 DIVERSIDADE CRESCENTE E CRESCENTE URBANIZAÇÃO

No livro *Royal Briar*, o cronista Marciano Lopes descreveu a sensação ao conhecer Fortaleza em agosto de 1945, a sua representação contrastou a pequena cidade de Beberibe e a Fortaleza que se constituía de modo diverso

⁶⁴ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 10 de março de 1933.

⁶⁵ MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza antiga. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 130.

rumo à urbanização. Marciano Lopes assim registrou seu olhar sobre a cidade demarcada pela modernidade e a falta de progresso:

Embora a Fortaleza daquele tempo fosse uma encantadora província, se comparada à minha pequenina e inocente Beberibe, me parecia uma metrópole. Algo como deixar Fortaleza, agora, e chegar a Nova York. Encantavam-me os prédios altos, as lojas bonitas e suas vitrinas, as ruas movimentadas, os carros, o barulho ensurdecedor dos bondes, a elegância das pessoas, as residências chiques. (...) Talvez por ser tão pequena e tão singela, Fortaleza, na metade da década de 40, era uma cidade com ares aristocráticos, tinha pudores de donzela, não obstante ser tão francesa no seu acultramento.⁶⁶

Apesar de Marciano Lopes designar Fortaleza dos anos 1940 como sendo uma “encantadora província”, a paisagem urbana também foi realçada por alguns aspectos da modernização vigente desde o final do século XIX, e que na primeira metade do século XX se acentuou de forma vigorosa, manifestadas em seu discurso pela metropolização a que Fortaleza estava sujeita como os edifícios prodigiosos, os estilos arquitetônicos prediais, o comércio se fortalecendo, o volume de pessoas a circular pelas vias fortalezenses, os veículos motorizados a alterar com os de tração animal e a urbanização crescente, sobretudo na zona central⁶⁷ de Fortaleza.

A avenida do Imperador⁶⁸, logradouro em que se encontrava a residência familiar de Marciano Lopes e de outras tantas famílias abastadas, comportava também

O Instituto São Luiz, as fábricas Progresso e Santa Elisa, uma loja maçônica, a Padaria Ideal, a Farmácia São Francisco, a Escola Doméstica São Raphael, a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, o Patronato Maria Auxiliadora, (...) o convento dos padres sacramentinos, há a loja O Gambettá, famosa pelas tintas para tingir roupas, a escola de datilografia do professor Antonio Pimentel, (...) a Villa Diogo, a mercearia do seu Carlos, o velhinho, que tem aparência de um tranquilo vovô, é simpatizante do Partido Comunista e fica frustrado porque não pode expor o retrato do seu líder, Luiz Carlos Prestes. Dá cadeia!⁶⁹

De fato, a diversidade da urbanização dinamizou o trânsito comercial e social, amplificou os vestígios presentes numa cidade turbulenta que se

⁶⁶ LOPES, Marciano. **Royal Briar**. A Fortaleza dos anos 40. 2ª Edição. Fortaleza-CE, 2012. p. 20.

⁶⁷ Segundo o Código de Posturas de 1932, o município de Fortaleza estava dividido nas seguintes zonas: Central, Urbana, Suburbana e Rural.

⁶⁸ Elaborada por Adolfo Hebster, em 1875, essa avenida foi construída para a circulação em massa pelo espaço habitado de acordo com as teorias higiênicas da época e juntamente com a avenida da Conceição (atualmente se chama Dom Manuel) e avenida Duque de Caxias constituíram os primeiros *boulevards* (largas vias de trânsito).

⁶⁹ LOPES, Marciano. **Royal Briar**. A Fortaleza dos anos 40. 2ª Edição. Fortaleza-CE, 2012. p. 27 e 28.

expandia demograficamente e em aparelhagens tecnológicas. O ambiente civilizado da urbanização enlaçava a diversidade de vícios e afeições contrárias ao Estado, há opressão àqueles que não coadunassem com o governo a exemplo da proibição e punição à reverência em menção a um opositor estatal, no caso, Prestes. Todavia, entre estabelecimentos de fascínio e bom convívio social, o próprio Marciano Lopes exprimiu em suas memórias sobre “a mais aristocrática [avenida do Imperador] da cidade” a existência ali da “Viva o Brasil, pequena bodega que faz o jogo do bicho.”⁷⁰ O ambiente urbano comportava diversas atividades, ilustradas pela urbanização e desdenhadas por infrações a acossar dispositivos regulamentares.

Como a cidade se apresenta de modos diversos, o contraste da representação – como a acima auferida por Marciano Lopes entre sua cidade natal Beberibe e Fortaleza – diferiu sobre as impressões de Fortaleza em diferentes espectadores. Assim, segundo o jornal *Correio do Ceará* o funcionário federal dr. Hildebrando de Vasconcellos Pereira se manifestou no “Jornal Pequeno”, em Recife, sobre sua estadia em Fortaleza:

Sensação de deslumbramento e encanto, é o que se sente ao descortinar pela vez primeira, a linda capital do Ceará. Ante o bello panomara da terra de José de Alencar, a ‘loira desposada do Sol’, na phrase burilada de consagrado poeta, o forasteiro queda-se atônito e embevecido. Cidade rigorosamente salubre, plana, de ruas alinhadas e de impecavel acceio, Fortaleza é dotada de uma arborisação vasta e elegante, que muito concorre para a amenidade do seu clima. Suas praças ajardinadas com esmerado gosto, se succedem a cada passo, cheias de flores, ar e luz dando um aspecto todo especial á ridente patria de Iracema. (...) Dispondo de um modesto orçamento de pouco mais de mil contos, o prefeito Weyne tem realizado verdadeiros milagres, reformando praças, calçando ruas, abrindo avenidas, installando officinas, dentro dos recursos ordinários, com um arrojo surprehendente e digno dos maiores louvores. Probo, culto e energico, é um apaixonado pelo progresso de sua cidade, que dia a dia se vai revestindo de novos atavios, graças ao carinho do seu dedicado administrador. Preso ás bellezas da terra cearense, o observador recorda sempre com saudade, seus inesquecíveis encantos.⁷¹

Para além do enaltecimento da administração pública, o visitante, acima designado, de Fortaleza pareceu mesmo estar inebriado pelo “prefeito das flores”, como o prefeito Álvaro Weyne ficou conhecido pelo excesso da promoção em arborizar a área urbana, e dispondo de adjetivos distintos

⁷⁰ LOPES, Marciano. **Royal Briar**. A Fortaleza dos anos 40. 2ª Edição. Fortaleza-CE, 2012. p. 31.

⁷¹ *Jornal Pequeno*, Recife, 06 de agosto de 1930. In: *Correio do Ceará*, Fortaleza, 16 de agosto de 1930.

corroborou para uma visão da cidade sem maiores problemas e sincronizada ao progresso modernizador. O aspecto prazenteiro e alegre de Fortaleza, regozijado pelo visitante pernambucano, alinou-se também ao embelezamento urbano, em que o *Correio do Ceará* promulgava as ideias de aformoseamento postas pela elite fortalezense, assim:

A arborização da cidade é um dos deveres da administração municipal que tem sido convenientemente tratado. Mas para que ella se torne cada vez mais, uma contribuição efficiente no sentido de aformosear a nossa capital, é necessario que as nossas conterrâneas dêem o seu indispensavel concurso em vigiar e acarinhar as plantas ornamentaes. É, pois, para as exmas. mães de família que dirigimos o instante appello de, todos os dias, pela manhã, mandarem deitar um jarro d'água ao pé das tenras arvores e inclinar os seus filhinhos a serem amigos das plantas, tratando-as com todo o carinho. Assim teremos prestado um grande serviço ao embellezamento da nossa uberida capital.⁷²

Em janeiro de 1933, outro espectador fez questão de assinalar sua representação sobre a Fortaleza, mas com o foco em outra perspectiva nos apresentou uma Fortaleza bem diferente daquela descrita/enaltecida pelo dr. Hildebrando de Vasconcellos Pereira. O encantamento natural e material da urbanização deu lugar a uma diversidade crescente e conflitante. Essa segunda representação chama a atenção primeiramente pelo cuidado ao não enaltecimento nobiliárquico, pois afirma: “Quem fala não é um dr. e sim um operario mas que é cearense e que conhece alguns paizes estrangeiros, assim como tambem, todos os costumes do Rio de Janeiro.” Lima Castro, leitor de o *Correio do Ceará* e também o suposto conhecedor dos costumes fluminenses e estrangeiros, publicou o artigo “A civilização cearense”, escrevendo a seguinte nota pública em 27 de janeiro de 1933:

Nos cinemas nota se uma grande falta de compreensão de certos indivíduos que ficam a bater palma em toda e qualquer scena como que fosse um theatro ou um circo interrompendo muitas vezes a leitura e atenção de quem se mantem calmo e que não gosta de ser perturbado. Isto acontece na classe baixa mas tambem vem attingir a media e a superior. Alguem que está a passeio nesta capital vindo muitas vezes de um paiz adeantadissimo não excpecciona quem, e sim, diz: os Cearenses. Tambem chamo atenção dos fiscaes da Guarda Civica para que estes possam fazer a punição da falta de atenção dos guardas que dão serviço nos cinemas para manterem a ordem e o silencio dentro do mesmo.

O arranjo citadino dentro da sala do cinema, ou melhor, a falta do polir bem-educado ainda se manifestava diante a relevância da sofisticação cultural.

⁷² *Correio do Ceará*, Fortaleza, 01 de julho de 1930.

E a diferenciação social nesse ambiente, a sala de cinema, parecia permitir a quebra da distinção econômica e o despontar de interações entre as classes presentes “à revelia dos códigos de moral e atitudes de decoro, sugerindo modos imprevistos no lidar com as novas tecnologias.”⁷³ E a nota continua, mas agora falando sobre os bondes:

Só uma couza me fez satisfação da qual levo uma boa impressão foi a seguinte: Não se viaja em pé no estribo, (o que não acontece nos demais Estados do Brasil inclusive a Capital Federal, que lá posso afirmar, é onde há maior escândalo neste sentido. No Rio como v. s. sabe deixa-se de viajar sentado para ir de pé no estribo, ao passo que isto não se verifica aqui) e foi esta a melhor impressão colhida por mim nesta capital. Só uma outra couza faz tirar as impressões colhidas neste sentido que é o seguinte: indivíduos maltrapilhos, sujos, trabalhadores de todas as classes, com a roupa em que trabalharam, sentam se nos bancos da frente soltando muitas vezes um cheiro desagradável. No Rio não acontece isto pois os bondes tem um carro apropriado para estes indivíduos que não podem viajar no primeiro carro. O carro em que viajam chama-se reboque, havendo aqui falta de hygiene e de fiscalização. Quem fala não é um dr. e sim um operario mas que é cearense e que conhece alguns paizes estrangeiros, assim como tambem, todos os costumes do Rio de Janeiro. Faço votos para o progresso da civilização cearense.

O progresso da civilização cearense se estabeleceu realmente de modo diverso, esse primado ocorreu primeiramente na zona central de Fortaleza, área inclusive a que o Código de Posturas mais estabelecia normas. A crescente inserção civilizacional do espaço urbano foi construída por marcas e dinâmicas proporcionadas pelo avanço tecnológico, mas também por convivência tensa e esferas restritas a camadas populacionais, como a designada pelo *Correio do Ceará* sobre a ocupação dos bondes, onde se lê que

Antigamente, quando a Light [Ceará Tramway Light, empresa inglesa que atuou em Fortaleza entre os anos 1913 e 1947, foi responsável pelo transporte público através dos bondes elétricos] mantinha apenas uma classe de bondes, havia seleção nos carros da companhia inglesa, só tendo o direito de sentar-se nos primeiros bancos as pessoas mais bem vestidas. Nos últimos bancos, sentavam-se as pessoas nas condições referidas pelo missivista. Criados os bondes de primeira classe, cada passageiro passou a sentar-se onde melhor lhe parecia na classe que escolhia. Depois, foram suprimidos os bondes de primeira classe, e já não houve mais distinções nos bondes, verificando-se que indivíduos sujos, descalços, de aproximação verdadeiramente intolerável, se sentam ao lado de senhoras, nos primeiros bancos dos veículos que ora trafegam. O caso reclama as vistas da polícia para, de acordo com a companhia, restabelecer a praxe antiga de os últimos bancos se

⁷³ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. Op., cit., p 44.

destinarem aos sujos, maltrapilhos, descalços, etc. e os primeiros bancos às senhoras e passageiros melhor trajados.⁷⁴

O desenvolvimento urbano que proporcionou confortos também gerava desconfortos e conflitos, as normas apropriadas pelo discurso do poder discriminavam a visibilidade do maltrapilho e atrasado perante a imagem e signo do ser moderno. Por isso, na ausência de campanhas efetivamente educacionais e medidas que solucionassem os problemas citadinos, os apelos às autoridades de força policial se instalaram de forma constante a coibir contendidas com raízes em costumes e intolerâncias entre classes sociais. Era a vida privada e o espaço público se fustigando na tessitura da experiência urbana.

O conjunto modernizador agitou durante as décadas de 1930 e 1940 mudanças comportamentais e de infra-estrutura na cidade de Fortaleza, a exemplo da inauguração do Excelsior Hotel em 1931, a iluminação pública por eletricidade em 1935, a Coluna da Hora e a primeira transmissão por rádio do Ceará em 1933, a expansão de prédios públicos e privados, a expansão de bairros, a difusão de vitrinas, a criação do porto, a construção do estádio Presidente Vargas, o concreto sendo a base para a construção das vias a partir de 1933, os objetos técnicos do mundo moderno se aperfeiçoando e experimentando novas mudanças ao longo dos anos 1940, sobretudo a partir do Pós-ssegunda Guerra Mundial⁷⁵, moldaram diferentes contornos em diversas aspirações modernizadoras. Com a urbanização em curso, os jornais à época aspiravam valores em curso a transformar sensibilidades e paisagens urbanas,

Em Fortaleza, observamos que os primeiros administradores, que viveram no século passado, tiveram uma visão mais nitida do futuro da cidade que os outros que se lhes seguiram, já no século XX. Não se admittindo que tenhamos retrogrado, dir-se-ia que as consctruções e traçados de ruas dos primeiros lustros deste seculodatam do imperioou da colonia, ao passo que as daquelles tempos recuados é que seriam as de até poucos annos atraz... Com a administração do Sr. Alvaro Weyne começou a reacção contra o antigo descaso, a qual, dia a dia, se aperfeiçôa de forma a merecer elogios. A municipalidade mantem debaixo de vistas todo o

⁷⁴ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 27 de janeiro de 1933.

⁷⁵ Terminada a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América alargaram suas fronteiras culturais e rede de mercados para as suas invenções. Assim, Marciano Lopes denotou os inventos americanos do “plástico, o pirex, as meias de nylon e a caneta esferográfica [além, claro, de outra infinidade de produtos materiais e imateriais]” como os *made in USA* a influenciar no cotidiano de Fortaleza. LOPES, Marciano. **Royal Briar**. A Fortaleza dos anos 40. 2ª Edição. Fortaleza-CE, 2012. p. 137.

desenvolvimento da cidade, estendendo a sua vigilância até os bairros mais longínquos, sempre visando evitar as dificuldades futuras pela determinação prévia de como e dentro de quais limites haverá a cidade de crescer. Como resultante desse zelo bem compreendido está entre nós um urbanista nacional, o engenheiro Nestor Figueiredo, que deverá elaborar o ante-projecto do plano de Fortaleza, traçando normas para o desenvolvimento da capital cearense até um futuro de cinquenta anos. (...) A importância do assumpto é evidente. Envolve grandes interesses e, pelo bem ou pelo mal que pôde trazer, reclama acurada reflexão, em que se conciliem os interesses privados até o máximo que o permitam as necessidades collectivas. Dahi o motivo por que as remodelações e os novos planos precisam ser encarados através de um critério superior, que nem por isso seja insensível a legítimas aspirações de interesses privados dos proprietários. Bem compreendendo a delicadeza da materia, está prevista, é indispensável, a organização de uma comissão encarregada de aprovar o plano da cidade e de zelar pela sua fiel execução, composta de representantes de todas as classes. (...) O jovem prefeito Sr. Raymundo Girão, que se mostra bem intencionado e seguramente orientado neste particular, deve empenhar seus esforços em traçar o plano de urbanização de Fortaleza, ligando o seu nome ao mais necessário e maior empreendimento que um administrador municipal poderá realizar neste momento.⁷⁶

O artifício sociotécnico para infundir mudanças e gestos não teve o mesmo impacto para todas as classes sociais, houve contornos diferenciados para setores da vida urbana. Muitos foram os projetos planejados para Fortaleza entre o final do século XIX e meados do século XX visando o ritmo da urbanização, embora a maioria por diferentes motivos acabasse por não ser executadas. Porém, o plano urbanístico de Nestor Figueiredo⁷⁷ aludido acima merece um destaque aqui devido a sua sistematização, pois agora era o Estado a (re)estruturar a cidade a partir do aformoseamento e a disciplinarização.

O plano de Nestor Figueiredo para Fortaleza consistia basicamente em zonestar a cidade, ou seja, as atividades seriam agrupadas por aparência; assim teríamos áreas residenciais, comerciais, escolares, industriais e etc. Dessa forma, o centro talvez perdesse a importância da lógica efetuada por Herbster no século XIX, onde a cidade se impulsionava a partir circulação central. Articulado os espaços longínquos, Nestor de Figueiredo propunha o aumento das vias para o tráfego urbano, criação de vias que não necessariamente se

⁷⁶ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 22 de abril de 1933.

⁷⁷ Nestor Egydio de Figueiredo (1893 – 1973), nascido em Pernambuco era urbanista e arquiteto. Participou de inúmeros planejamentos de expansão, intervenção, remodelação e serviços urbanísticos em geral para algumas das mais importantes cidades nordestinas na década de 1930 e 1940, por exemplo: Recife, Olinda, João Pessoa, Teresina e Campina Grande. Sobre Nestor de Figueiredo ver: *URBANA*, V.5, nº6, mar.2013 - Dossiê: **Urbanistas e Urbanismo**- CIEC/UNICAMP

dispusessem em modelo xadrez e a observação do solo para a disposição de novas áreas urbanas.⁷⁸

O Plano de Nestor de Figueiredo foi frustrado, a composição política da cidade não permitiu o avanço de tais ideias, os opositores defendiam a ideia da construção de centros e institutos que encarcerassem delinquentes, menores e abandonados – pelo Estado e pela própria sorte. O prefeito Raimundo Girão considerou o plano de urbanização como sendo vital para as necessidades econômicas, estéticas e sanitárias.⁷⁹ O plano para a cidade, na verdade, era a densidade do poder urbanizado por meio da cientificização, ou ainda, da política imbuída por tecnologias científicas a garantir em prol do controle sobre os comportamentos e direções diversos. Os fortalezenses dessa época se viram sob o impacto da urbanização, ao menos parte da população. De toda maneira, Fortaleza, pós-1930, se viu em “um processo de urbanização sedimentado em truculentas estratégias de exclusão social, acentuadas pela hierarquização dos espaços, advento da multidão empobrecida, concentração das riquezas e privilégios.”⁸⁰

Sobre os melhoramentos urbanos, os jornais publicavam diferentes pontos de vistas, assumindo por vezes posições ambíguas, ora apoiando e em outros tantos corroborando para diferentes situações. O *Correio do Ceará* afirmou em março de 1933 posição favorável ao embelezamento da cidade, todavia alertava para outros pontos críticos, assim em matéria intitulada “Problemas da cidade”, o periódico afirmava que

De certo que é bom possuir-se uma cidade bonita, cheia de jardins, calçada a asfalto ou a concreto, e ter-se um palacio municipal, mas, deixemos estas obras sumptuarias para depois que tenhamos realizado outras de mais premente necessidade e que se não podem dizer esquecidas porque, vez por outras, estão a ser lembradas. O objectivo da prefeitura não deve ser apenas o de embellezar as ruas (...) há outros imperativos, igualmente ou até mais ainda poderosos, que no Ceará são deixados á margem, inexplicavelmente. Assim vae a Fortaleza se alindando por fóra. A fachada, o que apparece, se aprimora; por dentro, se occulta a miséria, a vergonha. Avenidas de concreto, palacio municipal, jardins e mais jardins, e, nas areias, a meninada suja, vadia, gatuna, sem uma colonia correccional, sem um orphanato, sem instrucção profissional, e os doentes nos hospitaes, a

⁷⁸ ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007. p. 57-62.

⁷⁹ GIRÃO, Raimundo. Plano de Urbanização de Fortaleza: subsídios para sua História. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza. CE, v. 57, p. 105, 1993.

⁸⁰ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza: imagens da cidade**. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004. p. 37.

sofrerem ingentes privações, e a assistência impotente para socorrer os enfermos sem leitos disponíveis nas casas de caridade, e a saúde pública se comprometendo á falta de hygiene.⁸¹

Por sua vez, o jornal *Gazeta de Notícias*, em 17 de novembro de 1949 alertava para outros problemas encontrados em Fortaleza (porém, típicos de uma cidade que aspirou ares da vida moderna), com ares bucólicos o texto “Cidade abandonada” temos que

Antigamente, Fortaleza, era uma cidade, calma, bonançosa e feliz. Os seus habitantes trabalhavam dentro da quietude de seu espírito e do silêncio das horas que passavam no ruído despercebido de um tic-tac de relógio de parede. (...) As caminhadas eram mais lentas e os dias não tinham a celeridade dos de hoje, em que as folhinhas dos calendarios, o rodar dos ponteiros e o movimentos dos astros se fazem dentro de uma correria espantosa. Urge aproveitar o tempo que se torna exíguo ante o esforço que o homem atual é obrigado a fazer porque tudo anda apressado, correndo, nessa época em que tudo mudou. Ah, se o passado voltasse! (...) Na rua o rodar interminavel dos carros, bicicletas, com as suas buzinas estridentes, misturados com o vozerio da gente que passa até o nascer do sol. Por outro lado, os maquinistas desabafam as suas horas de sono perdidas no vai-vem das locomotivas apitando a torto e a direito, sem nenhum respeito a regulamento ou portaria. (...)

Nesse sentido, entre os *problemas da cidade futura e da cidade abandonada*, a cidade se tornou espaço de circulação (com notória vantagem aos veículos automóveis) e espaço de poder que iam além da frieza de normas e regulamentos, mas que expressaram a importância de estratégias (emanadas de poderes públicos ou não) na racionalização que implementaram/ orientaram a ordem social na vida cotidiana urbana.

Normas e regulamentos se multiplicavam, brotavam sinais que padronizavam os gestos urbanos, se internalizavam mensagens agora expressas de forma rápida e funcional, era a necessária abundância de enunciados padronizados visando o trâmite cada vez mais acelerado de Fortaleza. Assim, o *Correio do Ceará* anunciou a invenção estrangeira dos engenheiros da General Electric Company: os relógios sem ponteiros. A matéria “Relógio eléctrico de nova construção” dizia que

O novo relógio tem uma apparencia similar á dum velocimetro de automovel. Este relógio, que é do typo de cyclometro, representa um dos progressos mais notaveis até agora realizados em aparelhos electricos do seu gênero. A hora é indicada directamente em horas e minutos, em lugar do ponteiro que marca os segundos no relógio commum, ha um quadrante rotatorio que indica os segundos com

⁸¹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 18 de março de 1933.

absoluta precisão. Os numeros são iluminados por uma pequena lampada Mazda, a qual emiite luz suficiente para tornar os numeros legiveis mesmo na escuridão.⁸²

O espaço urbano tornara-se cada vez mais organizado e orientado pelo tempo abstrato, o Código de Posturas de 1932, por exemplo, já condicionara vetos e multas a determinadas práticas atestadas em certos horários.⁸³ No último dia do ano de 1933, sob a gestão do prefeito Raimundo Girão, foi inaugurada a Coluna da Hora, localizada na Praça do Ferreira. “O movimentado logradouro publico apresentava um desusado aspecto, concentrando se ali uma grande multidão, da qual faziam parte pessoas de todas as classes sociaes, esperando a passagem do ano”⁸⁴, e podemos afirma também que esta multidão aguardava as badaladas inaugurais da *máquina-monumento* destinada a representar “a consagração de um ritmo que tendia a se generalizar e acentuar nos anos subseqüentes, baseado nos princípios da produtividade, eficiência, regularidade, hierarquia e pontualidade.”⁸⁵

Os relógios não medem o tempo? Se eles permitem medir alguma coisa, não é o tempo invisível, mas algo perfeitamente passível de ser captado, como a duração de um dia de trabalho ou de um eclipse lunar, ou a velocidade de um corredor na prova dos cem metros. Os relógios são processos físicos que a sociedade padronizou, decompondo-os em seqüências-modelo de recorrência regular, como as horas ou os minutos. (...) Os instrumentos de medição do tempo, seja qual for a sua natureza, sempre transmitem mensagens. (...) O mecanismo do relógio é organizado para que ele transmita mensagens e, com isso, permita regular os comportamentos do grupo.⁸⁶

Diversificou-se o uso do tempo, normatizaram-se atividades e extrações pelo tempo abstrato, a iluminação elétrica advinda em idos de 1935 desagravou a diferença entre dia e noite, a inauguração da transmissão radiofônica no Ceará e o crescimento do uso do rádio pelos cearenses

⁸² *Correio do Ceará*, Fortaleza, 11 de maio de 1933.

⁸³ Segundo o Código de Posturas de 1932, a partir das 22h era proibida a emissão sonora em intensidade alta que viesse a prejudicar o sossego público; o transporte público estava condicionado por horários de partidas e chegada; O uso de dispositivos sonoros próximos a determinados espaços estavam proibidos. E no livro *Veículos e Acidentes* lê-se que “buzinar furiosamente é infração que a Polícia do trânsito não releva.” p. 28.

⁸⁴ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 02 de janeiro de 1934.

⁸⁵ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza: imagens da cidade**. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004. p. 81.

⁸⁶ ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 7 e 16.

permitiriam novas associações⁸⁷, o crescimento demográfico fez com que os bairros se expandissem e novos surgissem na década de 1940. Ainda na década de 1940, “com seus duzentos mil habitantes, Fortaleza era singela, com seus poucos bairros que dependiam do Centro para praticamente tudo”⁸⁸, os mais próximos ao centro eram Outeiro (futura Aldeota e principalmente a partir dos anos 1950 tornou-se uma das áreas prediletas das elites), Benfica, Jacarecanga, Praia de Iracema e José Bonifácio. “Na primeira metade dos anos 40, os distritos de Mucuripe, Messejana, Parangaba e Antônio Bezerra eram como pequenas cidades do interior”⁸⁹, e entre dunas e o rio Ceará já havia a Barra do Ceará, talvez o bairro mais antigo de Fortaleza.

Portanto, quando da modernização das cidades, ocorreram drásticas mudanças no convívio social e nas relações entre seus habitantes. Antigos modelos foram desbaratados, códigos foram alterados e essencialmente as ruas tornaram-se o lugar do vício, perigo, local de onde brotavam as ameaças à ordem, esfera armilar da marginalidade. Assim, “o espaço da cidade apareceu diante das famílias como um lugar rodeado de perigos reais e imaginários, onde o conflito e a desordem imperavam.”⁹⁰ Não há significado unívoco em conceitos históricos, pois estes resultam das somas de diferentes entendimentos ao longo do tempo, apesar das palavras serem as mesmas, os seus significados podem variar no tempo e espaço. Os conceitos em história são como as cidades, faz-se necessário saber interpelar, reconhecer as diferentes camadas temporais interpostas. As cidades são frutos das relações humanas, caracterizam-se por ser obra coletiva e heterogênea. E na medida em que são reais, são também construções imaginárias, dotadas de diferentes significados, pois a realidade não necessariamente se traduz apenas como materialidade.

⁸⁷ Entre outros usos, é interessante perceber os diferentes manejos com o rádio. Por exemplo, final da década de 1940 a polícia cearense equipara suas viaturas com rádios para agilizar suas operações. Contudo, o mesmo rádio que serve à segurança pública, serviu também para a divulgação de resultados de jogos proibidos. O mesmo manejo se pode dizer a respeito do automotor, a ferramenta pode ser empregada de diferentes maneiras.

⁸⁸ LOPES, Marciano. **Royal Briar**. A Fortaleza dos anos 40. 2ª Edição. Fortaleza-CE, 2012. p. 88.

⁸⁹ LOPES, Marciano. **Royal Briar**. A Fortaleza dos anos 40. 2ª Edição. Fortaleza-CE, 2012. p. 85 e 86.

⁹⁰ COUCEIRO, Sylvia. **Entre festas, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos 1920**. In.: Os anos 1920: histórias de um tempo. Organizadores: Natália Barros, Antonio Paulo Rezende, Jailson Pereira da Silva. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 84.

EDIFÍCIO ANTONIO DIOGO

Conrado Cabral & Cia.

Forneceram:
Material Sanitário
Ferragens
Cimento e Ferro
e Material Cerâmico da CERA-
MICA S. CAETANO
CEARA—FORTALEZA
Rua Major Façundo, 302/8—Fone 1823

QUIXADA' & CIA.

FORNECERAM
as famosas Tintas e Vernizes YPRAN-
GA—da Condorell Paint S/A do Rio de
Janeiro, empregados na pintura interna
do EDIFÍCIO ANTONIO DIOGO
Tintas, Esmaltes e Vernizes «Ypiranga» para
todos os fins
Distribuidores no Ceará:
QUIXADA' & CIA.
Rua Major Façundo, 424—FORTALEZA

LIMA & ALBUQUERQUE

FORNECERAM
as poltronas para o cinema, fabricadas
pela Companhia M. Zipperer de Santa
Catarina
**Poltronas para Cinemas e Teatros
e Moveis de escritorio em geral
mantêm em stock**
Rua Barão do Rio Branco, 910/14

Auto Eletrico

As instalações elétricas do
EDIFÍCIO ANTONIO DIOGO
foram totalmente executadas pelo
AUTO ELETRICO
A casa, em Fortaleza, de melhor
sortimento de artigos elétricos
Rua Major Façundo, esq. Travessa Pará

PEDRO AMERICO

EXECUTOU
toda a pintura (interna e externa) do
EDIFÍCIO ANTONIO DIOGO
Especialista em pinturas de Predios
Dispõe de
**Chapas artisticas e modelos no-
vos para pinturas e decorações**
Atende chamados e fornece orçamentos
sem compromisso
R. Pedro Borges, 78—Fone 12.85—Fortaleza

VIUVA ROMCY

EXECUTOU EM MARMORITE
Pisos - Degraus de escadas - Soleiras e
Pateiras de Edifício
A oficina Romcy está aparelhada para
execuções em Granito, Marmore artificial
e Cimento armado de Pias, Lavatorios,
Balaustres e mais artigos concernentes
à arte
Rua Governador Sampaio, 347 - Fone 1871

Projeto e Execução

DO
Eng. Civil **WALDIR DIOGO DE SIQUEIRA**
EDIFÍCIO ANTONIO DIOGO — 7.º andar



Áqui ha **OTIS** O simbolo universal de
segurança em elevadores
Agentes no Ceará: **J. THOME' DE SABOIA & CIA.**
Rua Major Façundo, 126 - FORTALEZA

Companhias de Seguro

Italo-Brasileira de Seguros Gerais
Fogo — Marítimo — Ferroviário — Vida
Acidentes Pessoais — Responsabilidade
Civil e Fidelidade
Seguradora Industria e Comercio S/A
Exclusivamente Acidentes do Trabalho
AGENTES
NO CEARÁ: **Conrado Cabral & Cia.**

SJA Comercio e Industria Rebello Lourenço

Rua Barão do Rio Branco, n. 1133
Unicos fornecedores de todos os vidros
e cristais para o Edifício Antonio Diogo
VIDROS E METAS PARA VITRINES—FABRICANTES
DE ESPELHO PARA MOVEIS
Variado sortimento de vidros fantasia
branco e de cores para construção - Vi-
druças em caixas fechadas
Orçamentos sem compromisso

SERRARIA FORTALEZA

DE
Rodrigues & Carneiro Ltda.
FORNECERAM
**Madeiras para a constru-
ção deste EDIFÍCIO**
Deposito e Serraria - Rua Senador Pom-
peu, 1579 - Fone 13.83 - Fortaleza - Ceará

Fabrica de Moveis São Jorge

FORNECIU
O Mobiliario Geral do Predio
A maior e melhor aparelhada fabrica de
Moveis do Norte do Paiz mantem expo-
sição permanente de moveis de luxo em
variados estilos, de alto bom gosto
VISITANDO A FABRICA SÃO JORGE, ATTESTAREIS O
CONFORTO DOS MOVEIS DE SUA ESMERADA
FABRICAÇÃO
Av. Tomaz Pompeu, 653 a 703-Jacarecanga

STUDART & CIA.

FORNECERAM
as bombas elevatorias d'agua
**Bombas de todos os tipos e pa-
ra todos os fins, mantêm va-
riado stock**
Rua Barão do Rio Branco, 894

JOSE' BARROS MAIA

Instalações de Agua e Esgoto
Instalador matriculado na
D. V. O. P.
Projetos e orçamentos
Rua Senador Pompeu, 998
GEARA' - FORTALEZA

ENRICO GUARNERI & CIA.

MARMORES E GRANITOS DE QUALQUER PROCEDENCIA
Marmores nacionais "AURORA" - Pedreiras proprias
Endereço Telegrafico: "GUARNERI" - Rio de Janeiro
Caixa Postal, 2681
SERRARIA (OFICINA MARMORES E DEPOSITO):
Rua Carlos Seidl, 499 Fones (23-2548)
Fone 28-514
ESCRITORIO E MOSTRARIU
RUA CARLOS SEIDL, 499
Fones (23-2548)
Filiais: São Paulo - Oficina e Deposito - 112, Rua Luiz Gama - Fone 2-8553
Rio de Janeiro - Estado de Santa Catarina - Pedreiras
Lagarto - Estado do Rio de Janeiro - Pedreiras

GUARDE ESTE ANUNCIO

... ELE LHE SERA' UTIL

FIGURA 6 – Jornal *Correio do Ceará*. 28 de abril de 1940.
Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel

A cidade moderna é por excelência o espaço do conflito, das modificações, do invisível, dos embates culturais, da racionalização, dotada de uma rede de sistemas circulatórios, traçados, emaranhados, centro populoso, desordens, trocas, perímetro horizontal e vertical, energia criadora, letargia, sagrado, profano, encontros e desencontros, talvez seja uma construção de ímpeto entre o passado e o futuro. Logo, segundo Lewis Mumford, temos que “não há definição que se aplique sozinha a todas as suas transformações, desde o núcleo social embrionário até as complexas formas da sua maturidade e a desintegração corporal da sua velhice.”⁹¹

Para além dessas dimensões citadinas, a vida urbana brasileira do início do século XX trazia a carga de uma representação dramática, onde os novos modos de vida advindos com os progressos colocava em cheque a face problemática entre o antigo e moderno. O centro urbano não apenas abrangia o novo teatro, era ele próprio o teatro, o espaço de ilusões e intromissões de trejeitos morais.⁹²

Desse modo, o marco de impelir a racionalização da administração política foi realizado durante o Estado Novo, não significando que o ato de racionalizar já não houvesse. Na verdade, o Estado Novo maximizou e dispôs institucionalmente as redes de controle social pelo Brasil, buscando regulamentar desde alguns costumes populares, propaganda política, leis do trabalho, lazer e etc; dentro de um processo de mudança que se voltava para uma economia urbano-industrial, com princípios na década de 1930. A política social foi caracterizada não como um direito, mas como privilégio àqueles que se enquadravam nas estruturas estatais, uma espécie de “cidadania regulada, isto é, uma cidadania limitada por restrições políticas.”⁹³

Como sinais da modernidade, as relações se estreitavam e os choques de permanências e rupturas afloravam a cada ponto de (des)encontro nas veredas das diversidades. A sociedade brasileira conviveu com a oligarquia, escravismo e autoritarismo ainda na era da colônia. No jogo histórico entre

⁹¹ MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução Neil R. da Silva. – 5ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 01.

⁹² É importante frisar que o teatro não é uma invenção moderna, mas assim como os tempos antigos a ideia basilar da representação dramática é uma fuga, extravazamento de sentimentos, válvula de anseios interiores.

⁹³ CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil: o longo caminho**. 14ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P. 115.

permanências e rupturas, não há um passado ou mesmo um presente integral; a história não é feita apenas de descontinuidades, continuaram – e continuam – as desigualdades, as opressões e as tensões presentes na vida cotidiana dos menos abastados.

A modernidade em sua complexidade estendeu-se espacialmente e temporalmente. Talvez circunscrita primeiramente à Europa, exorbitou por pensamentos e violências e saiu por arrebatando construções físicas e mentais em territórios sob a influência do velho continente. Na reinvenção das cidades “o Brasil não estava excluído dessas aventuras de modernidade, no seu lado de concretização das mudanças urbanas que influíam no traçado das cidades, nos seus hábitos de higiene, nos seus desejos de consumo...”⁹⁴ Destarte, há o discurso higienista, moralizador, sanitário e controlador que emergiu na sociedade de Fortaleza na primeira metade do século XX, com o intuito de criminalizar ou oprimir todos aqueles que não estivessem de acordo com a modernização, criminalizando inclusive as atividades de lazer dos trabalhadores/ populares. De acordo com o discurso da elite era preciso romper com tais práticas entendidas como ignorantes, arcaicas e prejudiciais à saúde pública.⁹⁵ Em vista disso, além da desvalorização do espaço público também houve a tentativa de remodelação das relações particulares. Nesse processo de modernização a disciplina penetrou em todas as esferas das práticas populares, normatizando e regulando a vida. Existiu uma mudança técnica acentuada sendo executada nas relações de trocas, seja comercial, cultural, social ou multiplicações de choques, representando deslumbramentos e medos.

A cidade de Fortaleza despontou para as transformações modernas escoltadas por diferentes ritmos de sociabilidades. Na malha de diversidades há também as resistências que, enquanto classes organizadas ou não, insistiram na fuga de modelos dominantes e reforçaram a diferença entre mudanças desejadas e de fato efetivadas. Através das resistências cotidianas a população conflitava os imperativos das elites por meio da antidisciplina,

⁹⁴ REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997. p. 32.

⁹⁵ Os empregadores viam a jogatina, o álcool, as diversões sexuais, tavolagens, o fumo, os bailes e etc como experiências não desejáveis. Todavia, a classe operária também possuía correntes contrárias a estas práticas, ou seja, unidos ainda que por pontos de vistas diferentes tanto empregadores como alguns empregados compartilhavam da luta contra os vícios.

constituindo segundo Michel de Certeau em um “sistema de valores subjacentes que estruturam as tomadas de postura fundamentais da vida cotidiana, que passam despercebidas à consciência dos sujeitos, mas são decisivos para a sua identidade individual e de grupo.”⁹⁶ No movimento de apropriações e ressignificações, as culturas se inscrevem

Diante do conjunto da cidade, atravancado por códigos que o usuário não domina, mas que deve assimilar para poder viver aí, em face de uma configuração dos lugares impostos pelo urbanismo, diante dos desníveis sociais internos ao espaço urbano, o usuário sempre consegue criar para si algum lugar de aconchego, itinerários para o seu uso ou seu prazer, que são as marcas que ele soube, por si mesmo, impor ao espaço urbano.⁹⁷

As diversões são transformadas em lazeres, pois também são subterfúgios para disciplinar os populares.⁹⁸ A atividade lúdica foi arregimentada para também se tornar mercadoria, cifras para o capitalismo. Como as diversões são elementos constantes nas culturas, sejam manifestadas em festas, ritmos musicais, jogatinas, ritos corporais, passeios e outras, o poder dominante procurou fortalecer o controle sobre tais. E todas as atividades consideradas indesejáveis pelas elites intelectuais foram crivadas de críticas e medidas correccionais, bem como se almejou a plena retirada dessas rotinas em espaços públicos, pois “para o imaginário conservador a cidade harmoniosa é a que apresenta o lazer como forma de conservação dos ‘bons’ costumes”.⁹⁹ Construíram-se estereótipos de comportamentos que coadunassem a um padrão de normalidade, repercutindo desfavoravelmente as atividades lúdicas populares.

Nas querelas das experiências sociais, temos que

A violência aparece, para os cidadãos, como uma prática comum muitas vezes utilizada como uma ferramenta disponível, aceitável ou até mesmo como uma justificativa para dar cabo de alguma tensão, mormente quando os conflitos diziam respeito à negação de prazeres ligados ao mundo das diversões populares, seja do uso do álcool ou

⁹⁶ MAYOL, Pierre. **O bairro**. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 348.

⁹⁷ MAYOL, Pierre. **O bairro**. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 41 e 42.

⁹⁸ SOUZA, A. Clarindo B. **Lazer permitidos, prazeres proibidos**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil, 2002, p. 22-25.

⁹⁹ ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007. p. 221.

dos famigerados jogos proibidos como jogo do bicho, cartas, roletas e etc.¹⁰⁰

Se a violência integrou a vida social em Fortaleza, não foi apenas como meio de transformações sociais, mas como parte constitutiva da cultura e do território permeado de disputas pela manutenção da ordem no espaço urbano. A multiplicidade de interações entre os sujeitos no meio urbano da cidade, por vezes, fez com que a violência geralmente viesse acompanhada por outra premissa marginalizada ou estereotipada, inclusive violências com níveis de tolerância aceitados por homens da lei e populares.

Entre o vício e a virtude, *o processo civilizador* criou uma complexa rede de exclusões, onde

O conceito de vagabundagem era bastante difundido neste período [primeira metade do século XX] para enquadrar, dentro da lógica capitalista, vários indivíduos que não possuíam trabalho formal e produtivo na sociedade e que estavam constantemente sujeitos ao ócio e seus possíveis malefícios: vícios e criminalidade.¹⁰¹

De forma semelhante ao ocorrido nas sociedades industriais europeias do século XIX, ocorreu em Fortaleza e em muitas cidades brasileiras o combate ao ócio e a supervalorização do trabalho como dispositivo gerador de boas condutas e meio de docilidade do operário. A formação da moralidade pública passou por ceifar elementos e comportamentos transgressores. Para tal função foi elementar a participação da Igreja, escolas, trabalho, periódicos e agentes governamentais.

A coação divulgada e promovida por tais instituições tinham por objetivo não apenas a vigilância exterior da conduta civilizada, mas a internalização de valores que se achassem em estado de civilização. Para tanto, incluía a racionalização de gestos e hábitos que ambicionassem a cidade desejada – moderna e civilizada, “onde o trabalho e a moral tornaram-se credenciais de cidadania e quem não os tinha era considerado perigoso e ameaçador da ordem social.”¹⁰² Ainda como delineamento visando medidas comportamentais,

¹⁰⁰ FONTELES NETO, F. L. **A violência nos registros policiais: uma perspectiva histórica**. IN: *Mardônio e Silva Guedes (Org.). Documentos – Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará*. 4. Ed. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006, v. 1. p. 90.

¹⁰¹ FONTELES NETO, F. L. **A violência nos registros policiais: uma perspectiva histórica**. IN: *Mardônio e Silva Guedes (Org.). Documentos – Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará*. 4. Ed. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006, v. 1. p. 84.

¹⁰² ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza**. Fortaleza: INESP, 2007. p. 196.

o conforto doméstico foi largamente empregado como ferramenta que arraigava a fronteira entre o privado e o público, estando mutuamente relacionada ao processo de modernização da capital cearense. O *Correio do Ceará*, em matéria intitulada “Fortaleza e o seu progresso”¹⁰³, destacou o elevador instalado no Excelsior Hotel¹⁰⁴ como aporte importante na crescente e movimentada urbanização, logo

Fortaleza, não podemos negar, está se integrando admiravelmente no ritmo novo do progresso e da civilização. Observando a vida da cidade em toda a sua intensidade, surpreendemo-nos em ver quanto temos avançado. Uma das novidades interessantes de Fortaleza é o uso do elevador. Porque a existência do elevador é índice seguro da existência de grandes prédios, e conseqüentemente, de movimento.

A hierarquia social perpassava pela ostentação do luxo, e principalmente a partir do término da Segunda Guerra Mundial a docilidade por operações que sejam tratadas como recompensas de um trabalho, assim

Através do conforto proporcionado por equipamentos coletivos que foram no decorrer de quase dois séculos multiplicando-se de maneira a fazer dos habitantes das grandes cidades seres domésticos, voluntariamente aprisionados pelas comodidades da água quente, das notícias fornecidas pelos jornais, rádio, televisão, internet, isolados mesmo quando nas ruas em seus automóveis ou coletivamente ensimesmados nos meios de transporte de massa.¹⁰⁵

Ao sabor da normatização do cotidiano era necessário além de consumir tais serviços e produtos, internalizar práticas morais para que fosse possível no perímetro urbano a civilidade livre de vícios e mazelas. Durante as décadas de 1930 e 1940, a Igreja Católica sistematizou seus tentáculos em Fortaleza, inclusive intervindo diretamente na administração pública, por meio de um eleitorado católico organizado e atuante em diferentes esferas políticas.¹⁰⁶ Grupos como a LEC (Liga Eleitoral Católica), LCT (Legião Cearense do Trabalho) e o Movimento da Juventude Operária Católica, estavam em consonância com o tradicionalismo político, às tradições religiosas, o respeito à

¹⁰³ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 19 de maio de 1932.

¹⁰⁴ Considerado o primeiro arranha-céu de Fortaleza, foi inaugurado em 1931 e ficava Praça do Ferreira, considerada como o “coração da cidade”, no centro.

¹⁰⁵ SILVA FILHO, Antonio. Luiz. Macêdo e. **Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945-1965)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, 2008. p. 9.

¹⁰⁶ Na verdade, a Igreja Católica sistematizou seus tentáculos desde que chegou ao Brasil – ou melhor, América Portuguesa. Durante os anos de 1930 e 1940, a Igreja esteve se adequando ao que era próprio do tempo, utilizando outras estratégias.

hierarquia social, a moralidade convencional assegurada em qualquer transformação e urbanização em Fortaleza desde o início dos anos 1930.

Instituições como a escola e a Igreja afetaram muito na construção moral da sociedade, moldando comportamentos e interceptando de maneira conservadora representações no seio de uma sociedade heterogênea. A educação moral proposta por ambas às instituições entre as décadas de 1930 e 1940 foi mormente da tradicional disciplinarização acima já discutida, ordenação imposta por um sentido prático da educação. Arquétipos de uma cultura em que a barbárie supostamente seria sufocada ou escondida por uma moral pautada em intervenções de força ou persuasão. Além de pregações e discursos de fé,

A Igreja atuava com inúmeros cursos de educação social, onde eram preparadas moças para a instrução doméstica, trabalhos junto ao Dispensário dos Pobres através de assistência material e cultural, o que sugere dizer que mesmo com todas as restrições ideológicas que se possa registrar, a Igreja tinha um trabalho junto à formação das classes populares, possibilitando assim, uma influência nas políticas de controle social.¹⁰⁷

O ar provinciano de Fortaleza nos anos 1930 e 1940, permeada pelas diversões, contrastava com a representação da cidade que crescia e detinha os serviços básicos ainda precários e testemunhava a vigilância varguista nos e pelos jornais da cidade.¹⁰⁸ Pensando na coexistência de diferentes Fortalezas, territórios dinâmicos com vigor conflituosos, as observações do historiador Silva Filho sobre essas regulações sociais tem início já a partir da pertinência do próprio nome da cidade de Fortaleza, estabelecendo relações entre o antigo Forte de Nossa Senhora da Assunção e as construções fortificadas de vigilância e controle.¹⁰⁹ A cidade é um cadinho cultural, superposições de tempos históricos e um emaranhado de sistemas integrados, enfim, “muitas cidades convivem em uma mesma cidade.”¹¹⁰

¹⁰⁷ ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007. p. 209.

¹⁰⁸ JUCÁ, Gisafran Nazareno Motal. **Fortaleza, estampada na imprensa e representada na literatura**. IN: SOUZA, Antônio Clarindo de.. (Org.). Os populares na Cidade: vivência de trabalho e lazer. 1. Ed. João Pessoa, PB: Ideia, 2011, v. 1, p. 66.

¹⁰⁹ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza: imagens da cidade**. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004. p. 12.

¹¹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, v. 27, p. 7-23, 2007. p. 18.

No Estado Novo, a chancela do poder enquadró as diversões populares, procurou eliminar a desordem pública e associou os divertimentos reinventados à óptica do lazer institucionalizado. Não obstante, realizações como o carnaval, músicas, jogos e etc. foram canalizadas para uma vigilância estatal. Dessa forma, forjou-se a imagem ideal da ordem pública como sendo o resultado da adição entre o trabalho e o lazer.¹¹¹ Contudo, apesar da moral burguesa ter se constituído como uma fortaleza contra muitas práticas cotidianas populares houve o ajuste e a resistência nos embates culturais, logo que “na cidade de Fortaleza reinava um número considerável de estabelecimentos de diversão ‘sem classe’”.¹¹²

O que se procurou observar aqui se alicerça através de regulações coletivas e resistências que proporcionam a formação moral urbana de um ponto de vista multifatorial. Entre o caminhante e o transeunte, poderes e micropoderes, temos o discurso multifuncional de todas as ordens, onde “a cidade é um grande texto que tece dentro de si uma miríade de outros textos, inclusive os das pequenas conversas produzidas nos encontros cotidianos.”¹¹³

¹¹¹ ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007. p. 231.

¹¹² ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007. p. 234.

¹¹³ BARROS, José D’Assunção. **Cidade e história**. – 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 45.

CAPÍTULO 2

PERNICIOSOS HÁBITOS: A DEBILITAÇÃO DA (RE)ESTRUTURAÇÃO MODERNA E CIVILIZADA NO COTIDIANO DE FORTALEZA

2.1 SOCIABILIDADE E ASPECTOS DA CIDADE

Os grupos sociais que compunham as diferentes pessoas, ou seja, a sociabilidade encontrada em ruas e salões de Fortaleza, nas décadas estudadas, atentava para a diversidade sociocultural em seus múltiplos traços recortando novos e outros territórios no espaço da cidade. A cena urbana, a construção de experiências cotidianas, amotinou os significados e representações construídas nas relações hierárquicas do poder, de tal forma que as relações no cotidiano de um grupo, ou mesmo grupos, eram muito complexas.

Fortaleza, nos anos 1930 e 1940, passava por acentuadas transformações e processos que foram além de tensões elétricas ou de trajetórias, mas de conflitos que tencionaram as extremidades das tendências e modos de se viver, postos pela qualidade do sociável. Os grupos que teatralizavam no cenário urbano, apartados ou juntos, atentos ou (in)diferentes, codificavam e decifravam o seu emaranhado de experiências que revelam conflitos e tensões nas ações praticadas numa cidade moderna – ou assim pretendia ser.

Pelas ruas de Fortaleza circulavam vendedores ambulantes, homens que desenvolviam atividades de ordem manual e mecânica, boêmios, prostitutas, crianças e jovens a jogar bola, jogadores de labor (i)lícito, alcoólatras, famílias a passear em automotores, mulheres e jovens se deslocando de um ponto a outro, rumo a escolas, clubes, trabalhos, famílias que se refugiavam da seca, animais que os acompanhavam, gatunos, empresários, policiais, vagabundos etc. Todos estavam entrelaçados no emaranhado da (re)estruturação e sentidos das existências em movimento.

Ao mesmo tempo em que a cidade sofria uma redefinição espacial, territórios também foram constituídos a partir de redes polissêmicas através

das experiências dos moradores e forasteiros. A rua, portanto, abrigou “tanto os grandes acontecimentos como os pequenos incidentes do cotidiano.”¹ E como a cidade é formada pela composição de múltiplos territórios, relacionados a sujeitos em práticas sociais e culturais, alguns territórios, ou ainda, algumas práticas e hábitos foram classificados como perniciosos e tentou-se amputar – pelo menos, desde o final do século XIX – costumes e lugares que se apresentassem como a um empecilho civilizador e moderno.

Ademais, visando a exclusão de relações indesejadas, Códigos de Posturas, regras, leis e campanhas se sobrepunham com o intuito de ordenar hábitos e costumes. A postura do município deveria ser a da sociabilidade de acordo com o aburguesamento da cidade e a paisagem fortalezense expandida em solo e foro de progresso. Com os novos contornos e dimensões adquiridos no espaço público, pela estima do jurídico e domínio do moral, regulando e determinando fronteiras culturais e de poder, a rua deveria ser “um novo espaço público, limpo, exclusivo e onde impera a respeitabilidade burguesa. A partir desse momento seria uma das metas essenciais da política urbanística expressa na legislação.”²

Segundo a urbanista e arquiteta Raquel Rolnik, em artigo *História urbana: história na cidade?*, as cartografias urbanas passam pela diferenciação entre espaço e território, onde a segregação e hierarquização marcam o teor de interesses divergentes e o crescimento da cidade muitas vezes está atrelado ao disciplinamento e maneiras eficazes de marginalizar culturalmente e socialmente populares, etnias, ritos, práticas, símbolos, vícios, instâncias anti-higiênicas etc. Assim,

O território é uma noção que incorpora a ideia de subjetividade. Não existe um território sem um sujeito, e pode existir um espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território. (...) As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar; aqui lugar de trabalhar; aqui lugar de circular. Estas seriam relações puramente funcionais; só que a cidade não é isso, ou não é só isso. Para além delas existe todo o processo de significação, de percepção e de construção desta territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar aonde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua**. 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 1996. p. 8.

² ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997. p. 34

experiências que o sujeito teve, que o seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve.³

Imaginar o logradouro público como projetos sociais que não foram coordenados ou plenamente executados com a reciprocidade do alinhamento ou sistematização de quantificações, mas forjado com brados e silêncios das experiências e vivências urbanas, o território cravado no espaço urbano é aquele dado pela marca humana, é do feitio coletivo. Por vezes, essa produção não é tendência de um grupo a envergar planos geométricos conforme regras éticas e bons costumes, e sim a produção social dentre todos os envolvidos no tento da sociabilidade, portanto, “o que está em jogo são movimentos de singularização e de desterritorialização.”⁴

Na ressignificação de valores, para além da hierarquização proposta pelas elites, os populares fortalezenses modificaram as imagens projetadas sobre si e para si com o intuito de criar outros discursos, ações e cenários que reestruturassem os valores e normas a que estavam submetidos pela vigilância repressora, institucional ou não.

A sociabilidade funcionava num fluxo de movimentos, conflitos, palco de novas manifestações, encantos irresistíveis, desejos provenientes do ímpeto urbanizador e as personagens que integravam Fortaleza experimentavam novos sentimentos e convívios, a exemplo da nota “Aspectos da cidade”, publicada no jornal Unitário, em 11 de julho de 1939, onde se interpelava pela mal sucedida e desagradável experiência num espaço de convívio social como a sala de cinema e à mesa de um refeitório comercial. O apontamento no jornal começava pelo destaque das belezas naturais da cidade de Fortaleza, imagem confeccionada desde o século XIX, em seguida há ênfase na cidade que se pretendia moderna, especificando o ritmo acelerado em mudanças e transformações, a cidade é o lugar do novo, mas ainda há elementos que corrompem e deterioram a imagem do belo e do movimento civilizacional. Assim,

Pode-se, numa cidade como Fortaleza, ver paisagens bonitas, trechos encantadores, ouvir músicas por toda parte, encontrar o melhor conforto, sentir, de perto, a influência do progresso e do

³ ROLNIK, Raquel. **História Urbana: História na cidade?** In: Cidade & Cidades: Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Ana Fernandes e Marco Aurélio A. de F. Gomes (org) UFBA/Arquitetura, 1997. p. 28.

⁴ Idem, 1997:29.

modernismo invadindo todos os planos da vida social. O nível das nossas condições citadinas tem-se elevado muito nestes últimos anos. Em todos os setores há progresso, desenvolvimento, evolução. A cidade revestiu-se de novo aspecto. Os costumes mudaram. A população cresceu e civilizou-se. As novidades multiplicam-se. A morosidade tradicional dos movimentos rotineiros, que caracterizava a cidade provinciana, está cedendo lugar à febre, à atividade, à rapidez dos centros populosos. Mas a par de tudo isto, de todo esse dinamismo promissor, que agita a cidade, transformando-a, fazendo dela um núcleo civilizado, pode um cidadão encontrar ainda, em Fortaleza, costumes desagradáveis, que lhe venham a causa aborrecimentos e dissabores, sérios contratemplos, até.

A matéria prossegue com a lastimável condução da moral e preservação do respeito ao próximo, ou melhor, como ameaça às posturas e condutas de uma ordem burguesa recheada por corolários de etiquetas. O artigo foi publicado pelo DCDP (Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda), órgão oficial do governo, com o intuito de divulgar o que seria um comportamento cortês, próprio de uma área urbana moderna.⁵ E por fim, demonstrou que as intenções progressistas ainda não haviam atingido a todos e a cidade ainda estava envolta de acontecimentos pitorescos que apontam as dissonâncias entre as paisagens fortalezenses, com o novo e o velho, ou as relações sociais se confrontando pelas áreas da cidade. Assim descrita:

Num dia de pouca sorte pode acontecer-lhe, nesta moderna cidade do Brasil, cousas da África. Entra, por exemplo, num café. As chicaras estão esfriando em cima da mesa e moscas pegajosas passeiam sobre a louça. O garçon não está fardado, não se distingue dos fregueses. O garçon, finalmente, vem servir a prestações. Primeiro traz o açucareiro, depois a colerinha, depois o café. Por último o copo d'água que foi pedido primeiro. Esquece de trazer o troco. Engana-se na contagem. Dali vai o cidadão ao cinema. E pode sofrer muitos desgostos. Depois de algumas dificuldades na bilheteria, porque havia uma grande aglomeração, vai à procura de um lugar. Está fazendo calor e o ambiente sufoca, porque não ha ventiladores no salão. Duas senhoras muito amigas, trazendo enormes chapéus, sentam se á sua frente. Um homem gordo, exclusivamente obeso, a seu lado, fuma um charuto de dois mil reis, espalha-se na cadeira, incomodando o visinho, já atribulado com os chapéus das duas mulheres. Por detraz do homem gordo, gordo e de chapéu, de chapéu e ombros largos e braços meio abertos, está sentada uma senhorita que perdeu toda a esperança de ver o filme. Do outro lado dois rapazes conversam em voz alta, fazendo grosseiros comentarios sobre o filme, em todo o seu decurso. Á saída o nosso cavalheiro recebe dois ou três empurrões. Chueu. Procura tomar um bonde. Alcança-o. Mas a metade dos passageiros ficou em pé, e ele também ficou, não por falta de bancos, mas porque os bancos estão molhados. O bonde é sujo, velho, e sem conforto. E

⁵ Este órgão governamental, DCDP, divulgou muitas matérias nos principais jornais da cidade identificando comportamentos e atos contrários ao cotidiano civilizado.

assim pôde decorrer e terminar o dia de pouca sorte para um cidadão na cidade de Fortaleza.⁶

Deste modo, a sorte não se encontrava apenas em tais recintos, ou ainda, a falta de sorte, na verdade, esse choque de/nas relações sociais ocorria também pelas vielas afora que permitiam a circulação das necessidades pelos diferentes pontos da principal urbe cearense. Por conseguinte, o próprio DCDP voltou a publicar que

Fortaleza, cidade moça e formosa, com as avenidas largas e insoladas, as suas ruas bem pavimentadas, os seus jardins viçosos e garridos, a vida agitada dos grandes centros urbanos, as suas construções magníficas, o seu elevado nível intelectual e cultural, oferece contrastes chocantes ao observador desprevenido: o abastecimento público do leite, por exemplo. (...) O que se não deve mais tolerar é o espetáculo degradante para os nossos fôros de civilizados e altamente nocivo para a saúde da nossa população, que presenciamos todos os dias nas ruas de Fortaleza: indivíduos sujíssimos, montados em burricos morosos e sacolejantes, conduzindo leite em recipientes desasseiados, fechados com trapos velhos ou palha apanhada nas ruas, de onde tiram leite parceladamente, mergulhando as mãos no líquido, descansando no piso das ruas ou dos passeios os fechos improvisados. (...) Cooperem com as autoridades sanitárias para a melhor e mais fácil consecução do seu propósito, no interesse da nossa terra e da nossa gente.⁷

Ainda que em diferentes períodos e espaços, a ação estatal estivesse a vigiar e a penetrar nos recintos fechados ou áreas abertas, disfarçadas pelo discurso higienista ou prática moral, a imagem da cidade era tolhida de acordo com os confrontos e encontros postos em jogo, Fortaleza era moldada a esconder algumas nuances, porém, ajeitou-se em contradições inerentes a inserção do ordenamento do espetáculo civilizador e (des)controle social num horizonte aberto à verticalização urbana e moderna.

Esse amoldamento que envolveu o discriminar de territórios, que colocou à margem da sociedade determinados grupos sociais, categorizou a cultura e procurou organizar a cidade por lugares específicos não foi algo exclusivo da capital cearense. Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, centros exponenciais para outras cidades e capitais brasileiras, os ensaios socioculturais foram fundamentais em suas respectivas transformações urbanísticas e remodelamentos de códigos – legislativo, sanitário, de trabalho,

⁶ *Unitário*, Fortaleza, 11 de julho de 1939.

⁷ *Unitário*, Fortaleza, 26 de julho de 1939.

lazer etc. À semelhança que a Europa, sobretudo a Paris de Haussmann e a Londres dos avanços contra as epidemias, exerceu forte influência sobre os grandes centros brasileiros o Rio de Janeiro, então capital nacional e que foi marco na remodelação estrutural, e São Paulo, a cidade que remodelara seus espaços a privilegiar os ricos em detrimento de pobres, estes dois centros populacionais e de importância econômica e política inspiraram por todo o Brasil transformações de ímpeto físico e preceitos estabelecidos pelo peso da letra em conjunto de leis, regras e normas.

Para exemplificar a influência do eixo Rio-São Paulo, temos que ao longo do século XX surgiram diversas instituições de assistência à infância por todo o Brasil, baseadas no Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, Instituto disciplinar de São Paulo, Sociedade Eugênica e outras. Nesse molde o Estado do Ceará criou, em processo de modernizar a segurança pública, um centro de reabilitação de menores na década de 1940, Instituto Carneiro de Mendonça, “bem como um cadastro de meretrizes, em que seria possível se determinar o paradeiro de qualquer delas dentro do Estado”.⁸

Segundo Margareth Rago, a função desses centros disciplinares em São Paulo era designar os “pequenos mendigos, vadios, viciosos e abandonados”⁹ (RAGO, 2014. p. 159) aos hábitos do trabalho, pois era uma boa política contra à ameaça da ordem social. E quanto ao cadastro de atividades ilícitas, desde 1910, em São Paulo, os sujeitos eram fichados quando apanhados em ato delituoso qualquer e a partir dos anos 1920 eram catalogados por meio de fotos, inclusive por empresas privadas que travestiam de práticas policiais em seus arregimentos.

Assim, enquanto estratégia disciplinadora e modelo para problemas característicos de muitas cidades brasileiras, temos que

Se, num primeiro momento, a noção de culpabilidade designava indivíduos que haviam cometido alguma falta grave, como assassinato ou roubo, e demandava uma ação policial estritamente repressiva, agora todos os indivíduos passavam a ser considerados como elementos potencialmente perigosos, o que exigia uma ação conjunta preventiva por parte do poder. Qualquer operário aparecia como um criminoso em potencial: o que estava em jogo já não era o

⁸ ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007. p. 136.

⁹ RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – 1980-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 159.

crime praticado, mas a virtualidade do ato. Portanto, todas as medidas possíveis de prevenção ao comportamento desviante deveriam ser tomadas pelos poderes instituídos.¹⁰

O apetite político alimentou a sorte, ao “vandalismo” ocorrerem reformas estruturais, mas as elites letradas e políticas negligenciaram os problemas nos quais imaginamos nas ruas e que foram pintados e retratados em diversas fontes e documentos que ao nosso tempo hodierno chegaram. Da mesma forma, ainda que embrutecidos e escamoteados pelo tempo, de alguma maneira a ordem desses problemas ou desvios também surgem no cotidiano da cidade de Fortaleza em tempos presentes. Ainda que muitas vezes estejamos cegos, ou imbuídos pela linguagem que disfarça a violência e o seu pesar, o direito à cidade necessita ser algo concreto bem como a crescente reflexão sobre a nossa trajetória urbana.

E por nossa, entenda-se também os “invisíveis” (prostituição, vícios como álcool e jogatina, os que sofrem com a falta de moradias, abandono suburbano, trânsito caótico, crianças abandonadas, violência contra mulheres, preconceito sexual e racial, a estiagem como negócio milionário e muitos outros calvários silenciados) e vítimas do aparato armado estatal, que costumam emergir apenas como falácias em tempos eleitorais para logo em seguida submergirem na escuridão de temas urbanos velados.

2.2 IMAGENS DA EXCLUSÃO

Embora houvesse diferentes representações sobre a cidade de Fortaleza, bem como as paisagens de sentidos compreendidas em textos e imagens que transformaram o volume da vida privada e principalmente pública, os infratores poucas vezes foram tão bem aprisionados por críticas e repressões, como pela imagem que criou face para a coluna “Chronicas da cidade”¹¹, do jornal Correio do Ceará. Compreendida dentro de um jogo de relações que envolvia direitos e deveres, projetou no imaginário fortalezense – pelo menos de alguns habitantes – experiências que eram oferecidas pela

¹⁰ RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – 1980-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 69.

¹¹ A partir de 1945 essa coluna passou a se chamar “Crônica Social”, continuou a tratar sobre os mesmos assuntos, mas já sem a imagem aqui reproduzida adiante.

dinamicidade cidadina, porém, deveriam ser recado para as apreensões daqueles diversos componentes que se revelavam problemáticos, em termos de decodificação e mensagens que não se articulavam com a estrutura moderna. Todavia, talvez o prestígio maior das cenas representadas, fosse justamente a diferença entre projetos e realidades, abrangendo a singularização de vivências que não correspondiam, em parâmetros, numa cidade em que se reclamava novos sentidos e direções. Afinal de contas, a imagem é a tentativa de concretude de algo imagético.

Através da relação bilateral entre aquele que observa e o observado há diferentes imagens provenientes de uma mesma realidade, as saliências expostas podem ser tratadas como sintomas de uma realidade que colidia concepções de espaços e a sazonalidade de grupos, onde a multiplicidade dos cenários urbanos era forjada numa única imagem. Segundo Pesavento, “a representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”.¹² Logo, a imagem que proporcionava os indícios que estavam a ocorrer pela Fortaleza era uma produção flexível a interpretar sentidos baseados na forma de se ver a cidade, comportando a construção de identidades e exclusões sociais, onde “a representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão”.¹³

Códigos estavam espalhados praticamente por todos os lugares, e a verossimilhança compreendida entre a representação e o real, exigia a decifração de sistemas interpretativos situados numa faixa temporal e espacial. Portanto, se a imagem não traduz a realidade, ela cristaliza um conflito imperado por forças numa zona de (des)controle e sua assertiva talvez seja a de exibir várias imagens numa única imagem. Se a representação é também exclusão, como define Pesavento, ela é portanto uma seleção, logo, a imagem é fragmentária (e não abrangente) e constantemente é estruturada entre o observador e o filtro da interação daqueles que são o espetáculo.

Ora, nessa medida, talvez o melhor seja falar em imagens da exclusão, e não apenas na imagem da exclusão, pois as paisagens retratadas foram

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 40

¹³ Idem, 2012:40.

postas para serem lembradas, analisadas, captadas pela fisionomia dos traços a substituir palavras, como uma representação do que era visto mas ao mesmo tempo exposto como imagens a serem excluídas do real concreto. Na estruturação da cidade, ou das cidades, o ideal é que as paisagens culturais fossem configuradas de acordo com as necessidades dos que ali estão presentes, imaginadas de forma dinâmica e abertas a outros níveis de organização, mas o que ocorreu/ocorre geralmente são formas de frustrar a interação polivalente, a transcendência de determinados prazeres são trilhados para um isolamento e orientados para alguns poucos capazes de se orientarem por excursões nesses guias imaginários.

As figuras encontradas na imagem da exclusão (ou seriam imagens da exclusão?) multiplicam a hierarquização dos sentidos, prolongam aquilo que o texto significa e à paisagem que foi produzida pelo jornal Correio do Ceará entrecruza num mesmo cenário, no caso a rua, diferentes sistemas representados num único quadro. Na verdade, o mais provável é que esses elementos representados estivessem dispostos em cenários distintos – ainda que por vezes estivessem agrupados ou próximos em suas ações. Afinal, os modos que constroem as representações se infiltram num ciclo de convívio e os fortalezenses estavam submetidos e contidos a controlar seus desejos e vontades de acordo com ideais promovidos pelas elites locais, em relação estreita com preceitos higiênicos e trabalho rendoso.

Como estratégia de propagar e estender a comunicação com os leitores, a perceber os fatos ocorridos no cotidiano, os jornais detinham espaços abertos para cartas de colaboradores, tratando de diversas transgressões, muitas inclusive assinados. Apesar de não poder atestar a autenticidade das mesmas, o efeito a permitir a verossimilhança com o que eram narrados os fatos por leitores, redatores e as imagens a surgir despontam como fortaleza das famílias e costumes saudáveis.

Em comunicado sobre a troca da direção chefe, o jornal Correio do Ceará aproveitou para reforçar a sua inserção em conjunto com a cidade pensada e organizada segundo padrões modernizantes. Dessa forma, a sua veiculação estava em concordância com padrões civilizacionais,

No sentido de dotar a nossa capital com um órgão de publicidade bem feito e digno do seu adiantamento. (...) Não nos faltam o animo, a fé e o desejo honesto de servir o bem publico. (...) Sem

compromissos partidários de espécie alguma, procurando dar a cada um o que for seu afim de alcançar na sociedade a que serve conceito semelhante ao que um homem de bem legitimamente aspira entre os seus concidadãos. As autoridades terão o nosso aplauso quando o merecerem e a nossa censura sempre que se desviarem do cumprimento dos seus deveres. Se por essa forma não alcançarmos o nosso objectivo, abandonaremos sem constrangimento a lucta, porque outros processos menos limpos de vencer não nos convirão.¹⁴

O mecanismo de inserção e divulgação alinhado a tais propósitos pode ser estendido a outros jornais da cidade, por exemplo, *O Nordeste*, onde os valores católicos alinhados ao comportamento civil ideal moldou um padrão de comportamento a ser seguido pelos fortalezenses. É nesse contexto que começa a crescer o número de campanhas e propagandas, ambas moralizadoras, contra práticas que não se convencionavam com a moralização proposta pelas elites.

Assim, práticas como prostituição, embriaguez, jogatina, furtos, mendicância, acidentes automóveis, vadiagem em geral etc. foram amplamente atacadas em esforços a denunciar essas marcas indeléveis – que na verdade, não correspondiam à via de regras sociais, pois havia estabelecimentos que ofereciam o álcool, por exemplo, a diferentes camadas sociais de acordo com o seu poder aquisitivo, inclusive, numa mesma área urbana, como o Centro.

Foi assim que a imagem da “Chronica da cidade” produziu o itinerário que desembocou no discurso entre as práticas socioculturais bem quistas contra as práticas representadas em textos e imagens. As relações sociais estavam na berlinda entre os esforços ideais da modernidade e os desejos deparados na sociedade fortalezense, atravessada por tensões sociais.

Enfim, a seguir tem-se a imagem que pretendia fixar os conflitos superpostos, desvendando em traços representativos marcas de um tempo que se revelando em todos os lugares e em lugar nenhum, visto que em alguns segmentos não era propagandeado ou dado a sua relação com os frequentadores mais próximos. A imagem que de alguma forma materializou as diversas narrativas encontradas oferece possibilidades de olhares diversos sobre a construção de uma cidade que edificava suas construções e nomes reproduzidos sob o signo da moral, movimentada pelo cerceamento ao ilícito e fortificada pelo lícito, fortaleza do progresso e da civilização.

¹⁴ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 11 de outubro de 1930.



FIGURA 7 - Jornal *Correio do Ceará*. 18 de janeiro de 1933.
Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel

É importante destacar a presença de um observador no canto esquerdo da imagem acima, por mais comum ou inabitual pareça a sua presença, é um elemento que explora o ambiente, onde sua faceta parece denotar a relação de atenção com todo o cenário ao seu redor. É como se ali fosse um desses urbanistas, especialistas ou pertencentes a uma categoria social superior, a interpretar, dar sentido e identificação a uma estrutura que consistia num amontoado de “cidadãos comuns” a fragmentar a imagem de uma fortaleza que começava a detalhar o seu ordenamento. Assim, a cidade não seria vista sob diferentes pontos, mas identificada e estruturada sob a observação singular daquele cuja categoria ou ordem representa, congelando os sentidos e prazeres daqueles sujeitos que fazem/movimentam a cidade, e na imagem acima são os observados.

O observador, aqui compreendido como o detentor da linguagem e ideais a disciplinar os atos dos “cidadãos comuns”, não adentra – ao menos na representação da realidade – o caminho exibido, antes, o seu papel meticuloso é de apreender as confusões ocorridas e não revelar a sua conexão com o ambiente criado para inibir aquelas atividades. À sua imagem foi atribuído um cuidado de atitude resoluta, carregado de pensamentos, um ar grave, de pé, junto ao guarda esse observador exibe o aspecto meditativo e detêm o olhar para os diversos elementos que sistematizariam a via pública.

À frente daquele que aparenta ser o observador de maior percepção diante o volume de atividades, há o guarda, ou melhor, o representante estatal em serviço com a vigilância e zelo pelos “bons costumes” e posto passível de coibir realizações que contrastassem com a imagem total da cidade moderna ou em vias de se modernizar. A polícia aqui é entendida como a materialização de uma parcela da sociedade que visava disciplinar e encarcerar aqueles que fossem encontrados em situação de transgredir a ordem e desmoralizar os poderes públicos e privados. Importante destacar que nesse momento o guarda apresentado está munido de apito e cassetete (denota a autorização para o emprego da força física), embora possuíssem armas de fogo, todavia foi durante as décadas de 1930 e 1940 que as forças policiais de fato se estruturaram materialmente, dotadas de inovações técnicas, à semelhança de outros aparelhos estatais.¹⁵

Em âmbito nacional, a partir do golpe de outubro de 1930, que acabou por permitir a ascensão de Getúlio Vargas a liderança governamental durante os anos 1930 e boa parte de 1940, a burocracia serviu para consolidar os interesses da força industrial e burguesa, e acabou por implementar em âmbito cível e policial um reordenamento e ampliação dessas esferas, que até o momento eram “relativamente independentes das flutuações da opinião pública.”¹⁶

Em nome da “ordem social” e da manutenção das diferenças encontradas na sociedade, as práticas repressivas (e, por vezes, autoritárias) se concretizavam na busca do controle sobre os indivíduos, aprisionar e defesa dos grupos que detinham a relação de poder favorável a si, talvez não por

¹⁵ A Chefatura de Polícia foi regulamentada no Ceará em 1842, mas em 1891 sucumbiu em benefício da Secretaria de Justiça. Entre idas e vindas, e muitas nuances institucionais, no ano de 1928 a Chefatura cedeu lugar à Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Em 1930, após Getúlio Vargas assumir o poder político nacional e com o apoio do interventor do Estado do Ceará, a Chefatura de Polícia voltou à tona com muitos privilégios; entretanto, com o surgimento do Estado Novo, em 1937, foi reavida em nova estrutura a Secretaria de Polícia e Segurança Pública, exercendo seus encargos até a década de 1970. Essa querela institucional disposta ao longo do tempo, talvez revele a confusão e falta de transparência das atividades policiais em seu cotidiano – e fica em pauta a sua arbitrariedade em perspectiva histórica, com seu poder constituído em sociedade. Sobre as mudanças de nome e a formação da força pública policial no Ceará, ver: BARBOSA, Carlos Henrique Moura. **Policiando o sertão**: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da Primeira República. Tese (Doutorado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 2014.

¹⁶ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1978, 3º ed. p. 54-55. Trecho extraído do texto de In.: PRESTES, A. L. Era Vargas: autoritarismo e repressão (1930-1945). 2011. Texto apresentado no Encontro de Aprofundamento Temático, realizado no dia 17 de setembro de 2011. p. 3.

acaso, aquele a que identificamos como sendo esta figura surja exatamente detrás da força repressora.

Aquilo que chamamos de imagem da exclusão, é, na verdade, o retrato do homem fragmentado numa sociedade multifatorial, aglutinada num só espaço, mas tentada a ser mero espectador de seu tempo, tomada por certezas de uma identidade hegemônica e com a fortificação de inimigos objetivos e comuns.

Segundo Elizabeth Cancelli, a principal ferramenta de opressão durante o governo Vargas (1930 a 1945) foi a polícia, departamento que estava responsável pela garantia do trabalho e da destruição de táticas que imputassem à moral que deveria vigorar em toda a sociedade. Assim, em texto extraído da tese de Elizabeth Cancelli, temos que

A polícia é o socorro imediato para o indivíduo e para a sociedade (...) E protetora e guia. Conduz, ampara e castiga. Ensina e reprova. Preceitua ao povo a maneira de andar pela rua, de se manter nos veículos, de se acomodar nos logradouros públicos... E a vigília perene dos esgotos sociais da cidade e dos logradouros públicos da escol. E a guarda contínua dos bancos, das casas comerciais, dos lares, dos repositórios de arte e de cultura. E a sentinela anônima expedita, que tudo fareja sem ninguém saber, que tudo perscruta sem ninguém desconfiar. E a bandeira segura da proteção e do amparo do indivíduo e do Estado.¹⁷

A nota acima ajuda a compreender a série de repressões a que estiveram sujeitos os grupos e manifestações de outra ordem social que não aquela resguardada pelo aparelho jurídico e policial. Então, em geral, manifestações religiosas, a exemplo das afrodescendentes, jogos de azar, a oferta de serviços sexuais, festas populares de rua, bebedeira... Todas de alguma maneira foram vítimas de uma violência velada, às vezes deflagrada, e que coibiu as suas expressões.

E à medida que controlava essas ameaças que brotavam de populares, o Estado que se organizava num engessamento de classes também fortificava os (pre)conceitos no emprego da coerção. Isso se evidencia quando da análise de processos crimes, pois os inquirimentos recaídos sobre os acusados/suspeitos expõe de maneira embutida e subentendida um entendimento que constrói quase de forma modelar as evidências, com efeito de traduzir uma condução própria e representar o perseguido como mais um meliante

¹⁷ CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: o Estado policial na Era Vargas. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, 1991, p. 53.

pertencente num corpo maior. Então, o sujeito que não tinha emprego formal, analfabeto, exposto ao ócio, sujeito ao vício e crime, pululam nas diversas classificações de delitos em registros policiais. Não obstante, os próprios policiais não viviam em cercanias distantes das conveniências do prazer, logo, nos registros policiais também consta o envolvimento destes com o universo de estereótipos indesejáveis.

Enquanto perspectiva de relação fica evidente no Inquérito Administrativo da Guarda Cívica, em fevereiro de 1929, contra dois membros desta instituição acusados,

respectivamente, Sebastião Fábio de Castro e Pedro Fábio de Castro são coniventes em um jogo de azar promovido pelo Sr. Aristides Nascimento, commerciante da Travessa Guilherme Rocha, desta Capital, da qual constantemente recebem espórtulas com o fim de incobrirem o referido jogo.¹⁸

Contudo, através dos depoimentos prestados pelos três acima mencionados e outras duas testemunhas, a proposição apresentada foi de que o Sr. Aristides Nascimento “conhece de muito tempo os guardas Sebastião e Pedro Fábio de Castro, pois já foi ele em tempos passados seus colegas de Corporação, desde quando tem amizade aos ditos [guardas]”, e completa “que quanto a dar-lhes dinheiro para encobrirem jogos, a ação da Polícia não é exata”, pois no “Majestic efetivamente não há” [prática de jogo de azar]. Ainda segundo o depoente Aristides Nascimento, no máximo,

jogam no referido Bar, só dados, dividindo garrafas de cerveja e as vezes também jogam {?} e é umas ocasiões que as vezes Sebastião e Fábio aparece por lá e eles jogadores dão espontaneamente cerveja ou dinheiro, conforme o jogo de dinheiro ou cerveja, que Sebastião Fábio não recebe essas dádivas a troco de qualquer coisa para encobrir à Polícia, o jogo referido, que a Pedro Fábio, acontece o mesmo; que eles jogadores, por gostarem muito de Sebastião e Pedro Fábio de Castro, é que assim procedem para com eles dois.

Tanto os mencionados guardas, como as demais testemunhas, corroboraram a versão apresentada pelo Sr. Aristides Nascimento, e logo o guarda Sebastião deu força à afirmação anterior apresentando argumento de que “nunca houve jogo de azar naquele Bar Majestic e se soubesse seria o primeiro a denunciar à Polícia, como já fez anteriormente no tempo da gestão na extinta Chefatura de Polícia.” Entre vício, álcool, amizades e virtudes, os

¹⁸ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 01, N° do Processo: 1929/01.

conflitos geralmente aparecem interligados e a ação policial porventura ora seguia o passo de força repressora e em outros instantes a assegurar a prática delituosa. As vivências sociais são permeadas por relações de poder.

No restante da imagem em questão, os espaços são preenchidos por atividades e consumos peculiares à camada popular, mas que revela a sua dimensão segundo a segmentação social.¹⁹ Oferecido à vista há o registro de um sujeito jogado ao chão a empunhar a bebida alcoólica, representando a prática sociocultural do beber, mas que caído denota as fronteiras dessa prática, pois daquela forma apenas a camada pobre se comportaria. É singular observar que à medida que a cidade de Fortaleza se expandia e se modernizava, ganhava novos espaços para esse tipo de consumo (bares, botequins, restaurantes...), com direito a anúncios favoráveis à bebidas – sobretudo estrangeiras – em jornais, mesmo espaço que produzia discursos e campanhas contrárias ao beber. Ou seja, as tensões urbanas sobre o consumo de álcool passavam pela subjetividade do local como marca de ordem e desordem. Segundo Costa,

O álcool seria a grande causa das mazelas sociais, do crime e das doenças físicas e mentais. Além disso, o álcool veneno seria um empecilho ao progresso e à civilidade da nação ao corromper os trabalhadores, peças fundamentais na construção do país.²⁰

As relações sociais urbanas estavam nas fronteiras da oposição entre os caminhos desejados da atração licenciosa e os trilhos idealizados por administradores públicos em geral. E como circunstância nesse íterim, o valor moral e cívico – sobretudo, claro, de uma elite – mais uma vez exigia ação contra esse devasso chamado alcoolismo. Contra esse prejuízo físico e moral, o jornal *Correio do Ceará* publicou o artigo “Combatamos o alcoolismo”:

Esse perigoso veneno deveria ser extirpado do Brasil, sob pena da nossa raça desaparecer pela influencia mortífera daquelle cancer social. Realmente o alcool se nos apresenta como um factor preponderante do definhamento dos indivíduos que o ingerem, trazendo-lhes as costumeiras e insidiosas doenças, que tanto os torturam. (...) Richer afirma que o alcoolismo é uma causa indiscutível da despopulação. Galeno de Barros, eminente cientista

¹⁹ No processo que tratou dos guardas Sebastião Fábio e Pedro Fábio, por exemplo, sequer houve o aprisionamento do material aplicado na jogatina, possivelmente, por se tratar de membros da segurança pública. A documentação em geral sugere que em casos semelhantes, mas sem o envolvimento de guardas, o comum era o devido recolhimento e aprisionamento dos apetrechos empregados no jogo.

²⁰ COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil, 2009. p. 22.

sul-riograndense, residente em São Paulo, ensinava que o álcool desequilibra a fortuna particular e pública, e força a criação de hospitaes, manicômios e asyls. Ivernés, Le Jenne, Camberber e Baer Jacquet ensinam que elle é causa immediata da mór parte dos crimes e dos suicídios. Paulo Garnier affirma que 80% dos criminosos são filhos de paes alcoolatras. Jacquet assevera ainda que o álcool enche a metade dos asyls de alienados e quasi totalidade das prisões da França. (...) Ao finalizar este artigo, desejo fazer uma vehemente e patriotica exhortação (...) no combate ao alcoolismo, para a grandeza do Brasil e subsecente salvação da sua raça! (...) Propugnemos pelo alevantamento do nível moral da nossa Patria!²¹

Assinado apenas por M. A., o artigo “Combatamos o alcoolismo” trazia à tona o clamor nacional do perigo da contaminação pela exaltação alcoólica ao qual o corpo de trabalhadores estava ameaçado. Valendo-se inclusive de uma cientificização, discursos médicos estrangeiros, probabilidades e estatísticas sobre o consumo de bebidas alcoólicas, o autor se esforça para provar inteiramente a calamidade e desgraça que o álcool era capaz de efetuar nos seios populares. O discurso antialcoólico consistia num projeto nacional maior de moralização dos trabalhadores, robustez com o corpo físico, conservação dos bons costumes, precaução contra vícios, produtividade assídua... De acordo com esses preceitos, o *Correio do Ceará* publicou durante os anos de 1930 um informe que chegava a ocupar aproximadamente vinte e cinco por cento do tamanho de sua página, onde se lia

O Alcool é um veneno. As bebidas alcoólicas intoxicam o organismo, principalmente o systema nervoso. Levam o homem á doença, á deshonra, ao crime, ao suicídio, á loucura. Evitae as bebidas alcoolicas em qualquer quantidade, mínima que seja, em todas as occasiões. Conservareis assim: a saúde do vosso organismo, valor do vosso trabalho, a felicidade do vosso lar, a grandeza da vossa PATRIA!²²

Assim, o discurso de âmbito nacional contra o consumo de álcool também adquiriu em Fortaleza intensa propaganda e destaque, desde pelo menos a década de 1920 e se acentuando durante os anos de governo Vargas. O discurso médico aliado ao sanitarista que condenava as bebidas alcoólicas conviveu com o crescimento de produção e consumo de tais bebidas, e como que decifrando a realidade, dentre as dezenas de produtores de cachaça nos arredores de Fortaleza, a Ypióca estabelecia novos recordes de produção de aguardente nos idos de 1930. Nas décadas seguintes, é de presumir que o

²¹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 29 de dezembro de 1930.

²² *Correio do Ceará*, Fortaleza, 09 de março de 1934.

comércio de destilados continuou em expansão, apesar das doutrinas e opiniões contrárias, e com a multiplicação em ofertas de bebidas nacionais e internacionais, o slogan da Ypióca ilustra bem o feitio do consumo alcoólico e os outros sentidos e táticas adotados pelos “consumidores de bens culturais”: “No lar, no bar, em todo lugar. Ypióca.”²³ A mesma fonte que em alguma medida estigmatizava o consumo de álcool, colocava como representação cultural e signo do moderno o consumo de bebidas alcoólicas (por vezes, importadas. Ver figura 8) em *todo lugar* e, neste caso, em qualquer horário do dia ou da noite.

Há uma única mulher na imagem, e pela associação do que era escrito com o cenário representado, é de supor que a intenção fosse reproduzir uma “pensão alegre”, prostíbulo, ou ainda à perdição envolta da prostituição. Há o boêmio segurando a meretriz diante o que seria uma noitada agitada por bebedeira, fumo, música alta (eventuais gritarias) e namoro a contradizer a tradição secular das boas famílias. A prostituição era revalada como um eminente perigo para toda a sociedade, mas a ação contrária ao seu exercício também ocorreu de forma a contradizer as partes interessadas, pois assim como a bebida e os jogos, na prostituição as autoridades responsáveis por combatê-la também a encorajaram, pois dali também se aproveitavam. Até porque durante a primeira metade do século XX, o papel da mulher que se prostituía era exatamente o inverso do papel da mãe e mulher de família.

O Nordeste, por exemplo, desde a década de 1920 fazia campanhas moralizadoras contra a libertinagem sexual, exigindo rigor dos responsáveis pela vigilância moral. Este periódico que auto se proclamava como defensor da tradição familiar – católica – alertava para o discurso incongruente no controle de determinadas diversões, pois a cidade ordenada e civilizada não poderia admitir o pleno funcionamento de estabelecimentos que pregassem o consumo do vício.

Durante a década de 1930 e 1940 os cabarés e centros de prostíbulos se concentravam no centro de Fortaleza, e tamanho era o seu número que em 1948 em meio a tentativas de reaver as exposições festivas em praça pública, animada inclusive por bandas militares, o fracasso festivo ocorreu “dada a

²³ Slogan criado pelo proprietário da aguardente cearense Ypióca, Paulo Campos Telles, nos anos 1950. O slogan atual é “Ypioca, paixão brasileira”.

vizinhança de casas suspeitas e cabarés”²⁴, o que imputaria num péssimo exemplo de vivência e comportamento populacional. Apesar de sua concentração no centro de Fortaleza, os bordéis e casas de prostituição em geral já haviam se expandido também para as áreas periféricas, acompanhando o crescimento citadino, dividindo espaços com outras zonas e fitando intimidade com outros hábitos perniciosos. Ainda que a partir, principalmente, da segunda metade da década de 1940 os periódicos passaram a questionar explicitamente a incompetência policial em refutar os vícios acometidos pelos fortalezenses, as representações sociais diluíam em generalizações estereótipos sobre a camada menos favorecida, e mais uma vez, os centros diversionais das elites estavam garantidos e acobertados pela incoerência e cegueira dos projetos moralistas. A imagem criada pelo *Correio do Ceará* proporciona o contraponto do espetáculo regulado no ruído dos grupos sociais; se ela detalhou determinados instantes, foi para internalizar a sociabilidade de cercanias e zonas que não se sujeitavam facilmente ao horizonte de hábitos cotidianos saudáveis.

Outro ator social muito descrito e acima representado, bem centralizado na imagem, foi o vagabundo, ou melhor, a vagabundagem sintetizada por aqueles que não qualificavam o fruto do trabalho. Os sujeitos maltrapilhos, vivendo de mendicância, pequenos assaltos e marcados pela miséria urbana foram noticiados à deveras. Na maior parte dos casos eram estampados como símbolos de um sertão pobre e dependente (dependência e vício) da cidade maior, no caso, Fortaleza. Na capital que se fortificava e se materializava, também se multiplicava a necessidade de sobreviver numa cidade que ansiava por retirar de circulação mendigos e sujeitos que se eram distinguidos de uma sociedade distinta.

Certamente a caracterização da personagem é marcada por elementos que pertencem ao detalhe do confronto entre o produzir e fazer valer o seu esforço e a necessidade de estar confiado à sua própria sorte. Uma possível leitura sobre essa visualização é o sujeito agarrando o que seria uma ave, ao mesmo tempo em que sinaliza a fome declara o quão ainda havia de elemento rural na cidade de Fortaleza, e sobre as costas um receptáculo cheio (fruto de

²⁴ *O Nordeste*, Fortaleza, 09 de junho de 1948. In.: JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003. 2ª ed. p. 148.

roubo ou fazer ver a miséria perambular? Talvez os dois.) de riquezas duvidosas e, por fim, mas não menos chamativo, as vestes dissipadas em fendas e um olhar ritmado (noção de tempo) pelo passo acelerado a desfazer da vigilância do guarda e do observador, ou ainda, transeunte rasgadamente separado da ordem moderna.

Não por acaso, o periódico *Gazeta de Notícias*, exprimiu o contraste flagrante entre o ideal e o real espreitando para a circulação indesejada do paradoxo da riqueza, observando a necessária manutenção das fronteiras, onde há

Falta de braços no sertão. Excesso de vagabundagem em Fortaleza. Bem sensível é a falta de braços para o trabalho de lavoura em quase todos os municípios do interior cearense. Durante o verão, para a apanha do milho, do arroz e do feijão, do algodão e da oiticica, a ausência de trabalhadores continua um entrave á colheita dos valiosos produtos. Agora, na fase invernososa, no plantio, a capina, o preparo de terreno, verifica-se a mesma prejudicial lacuna. Pois bem. Enquanto ocorre isso no interior, aqui na capital a vagabundagem campeia de modo impressionante. Homens e mulheres percorrem, diariamente, as ruas explorando a caridade publica. Pessoas válidas habituaram-se nisso e não querem outra "profissão". Não haverá um meio de retirar esses malandros para o sertão?²⁵

As distinções culturais estavam a serem ressaltadas num cenário urbano que procurava ocultar dos espaços públicos os aglomerados infaustos que divagavam pelas vias de Fortaleza.²⁶ No contexto do cotidiano moderno, os conflitos em torno de diversões ou trabalho (a meretriz, o funcionário do bar, o que oferecia a *poule* do jogo...) faziam parte da trama na "cidade civilizada", a busca pelo prazer proporcionava disputas que ilustravam os periódicos, os processos crimes, as questões sociais eram apresentadas por meio de transgressões e atos infracionais a códigos e conhecimentos científicos e médicos que tinham por propósito construir valores familiares patriarcais. Quadro que se esboçava nas composições espaciais de sociabilidade, ou seja, há costumes e disposições que não seriam mais aceitas em áreas comuns, sendo reservado a sua prática para um lugar privado.

No canto esquerdo superior da imagem, há a visualização do choque não apenas originado pela diferença de aceleração entre dois veículos, um automotor e o bonde, mas a fusão e altercação do que seria o espaço público

²⁵ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 12 de março de 1940.

²⁶ Vide o correspondente a nota 43, do capítulo 1, para revelarem-se algumas das normas do Código de Posturas diante práticas e sujeitos.

com o privado. O número crescente de automóveis, a intensificação do trânsito, a velocidade em excesso dando o tom nas relações exigia constante diligência por parte das autoridades, assim “não há uma hora sequer em que a Inspectoria de Trânsito não esteja a reprimir abusos, a punir culpados, a melhorar as condições do serviço viatório”²⁷, porém, a vigília em torno deste problema não provocou efetivamente a extinção dos conflitos. E o mesmo vale para as outras representações da presente imagem, isto é, há uma relação assimétrica entre as próprias vivências. O tecido social é composto por movimentos e relações, onde pouco adiantava, por exemplo, a razão política afirmar que “diante o problema do tráfego (...) o Inspetor Simão coloca-se como um chefe enérgico no reprimir os abusos praticados pelos guiadores e como um estudioso interessado em melhorar as condições do serviço viatório”²⁸, pois o poder não emana de uma instituição ou saber (por mais científico que fossem os saberes, leis, discursos médicos e etc), mas ocorre nas próprias relações de força. É por isso que os documentos policiais costumavam tratar de forma diferenciada, mais branda até, os seus membros envolvidos em crimes ou contravenções penais.

E como o discurso jurídico e policial é apresentado sob a suspeição da vigilância e punição, o espaço social é sucedido nessas noções, logo suprimindo a vaga noção de diligência exterior, o que permitiu a introspecção da vigilância interna, própria. E o efeito desse poder flutuante foi a defesa do suposto interesse de populares, seria a definição de República, em prejuízo até particular. Tem-se que a combinação dessas premissas da mecânica do poder estejam de forma permanente nas ações representadas pela imagem da exclusão. Nas palavras do filósofo francês Michel de Foucault,

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento. (...) Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício.²⁹

²⁷ SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Veículos e acidentes**: estatística do ano de 1939. Fortaleza: Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda do Estado do Ceará. p. 37.

²⁸ Idem, 1939:37.

²⁹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 182

Portanto, segundo Foucault, a organização estatal é importante na disposição burocrática, mas o poder de fato estaria repartido na sociedade ou pela sociedade. Controlar corpos, indivíduos, hábitos, moldar as aparências, burocratizar as relações, controle sobre as vias, diferenciações territoriais, reclusão, tudo isso significa que a imagem da exclusão seja mesmo uma rede única de marcas num tempo. E como o poder não é algo invisível, e “só existe em ação (...) [e] acima de tudo numa relação de força”³⁰, é de supor que num território codificado aqueles que ousassem desrespeitar as normas estariam sujeitos aos riscos de uma sociedade moderna e movimentada, e ao menos no caso do trânsito, esse perigo poderia ser traduzido como que

o grande número de atropelamentos é devido, na maior parte, à imprudência do pedestre, que, desrespeitando sinais, não olhando para os lados, antes de atravessar as ruas, se expõe assim a toda sorte de perigos.³¹

E o elemento sorte não estava restrito ao computado trânsito caótico. Na imagem em questão existe a representação de outra prática que há muito se mostrava significativa, ação lúdica para alguns e experiência transgressora para outros: o jogo, sobretudo, o jogo de azar. Muitos são os textos e destinos passíveis de simbolizarem o conjunto de interesses na cidade de Fortaleza, mas talvez o forte desta cidade tenha sido realmente as suas contradições, onde as transgressões e as ordens eram imputadas. Concedidas numa zona só, a roda da fortuna permitia aos homens e mulheres que a ela ofertassem suas esperanças, a sorte ou o azar timbrado pelo destino³².

Em tempos de aspirações modernas, o auxílio em favor de novos ares poderia vir de longe, como demonstra o anúncio presente no *Correio do Ceará*, em 1934, onde transparece o sonho do crescimento social de forma rápida, com a tentadora indagação:

Quer ganhar sempre na loteria? A astrologia oferece-lhe hoje RIQUEZA. Aproveite-a sem demora e conseguirá FORTUNA e

³⁰ Ibidem, p. 175.

³¹ SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Veículos e acidentes**: estatística do ano de 1939. Fortaleza: Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda do Estado do Ceará. p. 47.

³² Na mitologia grega, o Destino era uma divindade desprovida do sentido da visão, onde nem “o mais poderoso dos deuses, Zeus, não pode dobrar o Destino nem em favor dos deuses, nem dos homens”. In: COMMELIN, P. **Mitologia grega e romana**. Tradução Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 7.

FELICIDADE. Orientando-me pela data de salvamento de cada pessoa, descobrirá o modo seguro com que minha experiencia todos podem ganhar na loteria sem perder uma só vez. Mande o endereço e 600 réis em sellos, para enviar-lhe GRATIS "O SEGREDO DA FORTUNA", Milhares de attestados provam as minhas palavras. – Prof. PAKCHANG TONG (...) Rosario (Sta Fé) – República Argentina.³³

Infelizmente não sabemos se algum ou quantos fortalezenses que se depararam com essa comunicação compraram essa ideia sedutora. Com efeito, a constatar pela quantidade de matérias jornalísticas, a preocupação policial em instaurar ações e a legislação a aproximar-se do assunto, é possível afirmar que os jogos de azar estavam distribuídos de forma múltipla no cotidiano de Fortaleza. A Fortuna, na mitologia helênica, era a divindade responsável por “distribui[r] os bens e os males segundo seu capricho.”³⁴ Todavia, parece-nos que o limite para a fortuna do professor da província de Santa Fé, estava reiterada nos devotos que se arriscavam pelo misticismo numa perspectiva longínqua. Contudo, arriscamos a afirmar que a ferramenta disponível e mais requisitada foi mesmo as diversões e prazeres encontrados em Fortaleza, a fé e esperança foram realmente lançadas no mundo dos populares – e também das elites – num universo de jogatina. Bem verdade que os discursos repressivos ao jogo eram voltados para os mais pobres, pois estes é que, segundos os que se julgavam civilizados, estavam passíveis ao ócio, vício e desregramento social.

Ainda que pensando em outro tempo e espaço o historiador José Murilo de Carvalho aponta, acerca da sociedade carioca da virada do século XIX para o XX, que

Ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (...) tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo desordem, vadiagem, embriaguez, jogo. Em 1890, estas contravenções eram responsáveis por 60% das prisões de pessoas recolhidas à Casa de Detenção.³⁵

³³ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 13 de abril de 1934.

³⁴ COMMELIN, P. **Mitologia grega e romana**. Tradução Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p. 175.

³⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p 18.

Importante perceber que a limpeza social acima mencionada fez parte do processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, compreendida entre os anos de 1890 e 1908, que serviu de modelo de reforma urbana a ser aplicado (quase que receita) em todo o restante do país. A modernidade ou o seu pensamento social atravessou as mais diferentes áreas por todo o século XX, com as cidades brasileiras se modernizando em décadas variadas e sob auspícios diferenciados.³⁶

O processo de modernização da capital cearense começou na segunda metade do século XIX, mas se acentuou durante os anos 1930, sobretudo no que se referiam a retirar das ruas os sujeitos adeptos dos vícios. E a ascensão de Vargas ao poder, bem como a conseqüente centralização das decisões, fez com que os gêneros que não agradassem à época fossem extirpados do teatro urbano. E foi saneando as ruas, modernizando os veículos de transporte e comunicação, expelindo a população mais pobre, intervindo judicialmente nas atividades urbanas, criando ambientes agradáveis que a modernização excludente em Fortaleza, como em outras cidades brasileiras, foi intensificada no século XX.

2.3 CONTRADITÓRIA (DES)ORDEM DOS JOGOS DE AZAR

Todos os estereótipos trazidos pela imagem da exclusão foram reprimidos e combatidos em nome do progresso e da civilização. Porém, no caso dos jogos, toda essa perseguição que procurava transformar sujeitos que se divertiam em vagabundos e malandros, “alimentou o próprio jogo do bicho pelo uso de códigos e valores presentes neste mesmo processo [de perseguição].”³⁷ E em matéria de divertimentos, o poder público oscilou bastante sobre o quê, quando e como poderiam ocorrer as espécies de jogo – de azar, pois “uma cidade em franca expansão deveria criar formas para entreter seus moradores e visitantes (...) [e a] população [estava] disposta a se

³⁶ SOUZA, A. Clarindo B. (Org.); FALCÃO, Luiz Felipe (Org.). **Cidades médias do Brasil na historiografia contemporânea**. Campina Grande: EDUFPG, 2012.

³⁷ MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou, leva!**: o jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890 – 1960). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 89.

divertir, mas nem sempre de acordo com os limites desejados pelo poder público.”³⁸ A transgressão estava em todo lugar, inclusive nos jogos.

A caça aos jogos no Brasil ocorre desde o Estado Imperial, o primeiro conjunto de leis contra esta prática ocorreu em 1831 e 1834³⁹, no Rio de Janeiro, e com o advento da República se multiplicaram as maneiras de se jogar. Durante o período republicano se multiplicou também a política de repressão, e entre idas e vindas, em 30 de abril de 1946, o então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, considerou determinantemente proibido todas as modalidades de jogo de azar. Eis um trecho do decreto presidencial da contravenção penal dos jogos válida até tempos hodiernos:

Decreto-lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946
Proíbe a prática ou exploração de jogos de azar em todo território nacional.
O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e
Considerando que a repressão aos jogos de azar é um imperativo da consciência universal;
Considerando que a legislação penal de todos os povos cultos contém preceitos tendentes a êsse fim;
Considerando que a tradição moral, jurídica e religiosa do povo brasileiro é contrária à prática e à exportação dos jogos de azar;
Considerando que, das exceções abertas à lei geral, decorreram abusos nocivos à moral e aos bons costumes;⁴⁰

A verdade é que apesar dos mais variados dispositivos punitivos, os jogos de qualquer natureza jamais deixaram de ser executados no Rio de Janeiro, Fortaleza ou qualquer outra cidade brasileira. Com o Decreto-lei nº 6.259, de 1944, só estavam autorizados a funcionar as loterias federais e estaduais controladas pelo governo, pois estas teriam a finalidade de prover recursos financeiros para melhorias sociais. Contudo, dentro do significado do jogo do bicho (o mais famoso dos jogos de azar), o número do Decreto-lei nº 6.259 fazia menção direta à escolha do jacaré.⁴¹ Na contradição do cotidiano e as leis, o jacaré como alegoria remete ao feitio da traição, tornando ineficaz a modernidade que a tudo – ou quase – legislava e punia.

³⁸ Idem, 2011:41.

³⁹ Idem, 2011:99.

⁴⁰ Até o ano de 1941 a moeda monetária brasileira era o “Conto de Réis” ou Mil-Réis, a partir de 1942 a moeda monetária adotada foi o Cruzeiro, sofrendo outras significativas mudanças ao longo do tempo. Contudo, ainda hoje as contabilizações das infrações menores, contravenção penal, são contabilizadas em Réis. O que por si demonstra a ingerência e lentidão das leis em serem transmutadas visando acompanhar as transformações culturais na sociedade.

⁴¹ CARRADORE, Hugo Pedro. **Folclore do jogo do bicho**. Edição da Tribuna Piracicabana, Piracicaba, 1979. p. 46.

Num conto de 1935, João Luso, em *Contra o jogo*, fez com que as suas personagens criticassem alguns males da sociedade, jogo e álcool, numa mesa de botequim enquanto usufruíam de bebida alcoólica. O curioso é que entre as apologias as personagens solicitam ao garçom a presença de “dados”, pois a conta da mesa será pormenorizada na sorte do cubo marcado pelos pontos.⁴²

Se na literatura a sorte poderia ser repartida junto à mesa, em Fortaleza um dos cenários escolhidos foram as portas de estabelecimentos públicos e comerciais, sob a percepção do órgão policial

como tivemos oportunidade de noticiar, o Sr. Cap. Chefe de policia, vendo uma jogatina de sortes defronte da porta principal da Bibliotheca Publica, foi à delegacia do 2º districto e deu ordens para não consentirem aquillo. O delegado encarregou o agente Olympio Semeão de Carvalho, e tudo foi acabado. Levados á policia e apprehendidos os apetrechos, tinha-se terminado o jogo das taes sortes, que dias depois, foi surgir, ás tardes, defronte do Café Poty, sendo novamente dispersado. Agora, pela 3ª vez, novamente defronte da Bibliotheca lá estavam os homens das sortes. O capitão chefe de policia acaba de mandar recambialos para a delegacia do 2º districto, com todos os apetrechos como se fez, pois o inspector Markan Dourado, providenciou conforme as ordens determinadas, sendo todos os engraçados (3) para ali levados com mesas, mercadorias e caixas com bilhetinhos de sortes, onde foram devidamente autoados. Ainda irão, pela 4ª vez, desobedecerem ás ordens policiaes?⁴³

Os aspectos sociais estavam carregados de situações proibidas, mas traziam consigo o cotidiano ambíguo e contraditório, e os jogos de azar representavam a marca indelével das condutas que se delineavam pela (des)ordem e engendramentos praticados a contestar a frieza dos códigos penais.

Assim, todas as modalidades apresentadas pela Imagem da Exclusão definiam os caminhos que proporcionavam em alguma medida porções de prazeres, fantasias e regras próprias de convivência. Todavia, essas práticas rivalizavam com o discurso da sociedade moralizadora e detentora de meios propagandísticos, embora na realidade urbana as mesas de jogatinas pudessem ser enredadas bem próximas dos órgãos responsáveis pelas diligências aos vícios da sociedade.

⁴² LUSO, João. **Ares da Cidade**. Rio de Janeiro, 1935. In: SOARES, S. S. F. O jogo do bicho: a saga de um fato social brasileiro. Rio de Janeiro: Bentrاند Brasil, 1993. p. 213.

⁴³ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 16 de março de 1932.



FIGURA 8 – Jornal *Correio do Ceará*. 9 de julho de 1945.
 Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel

Os próprios jornais que lançavam campanhas contra os jogos de azar despontavam com sugestões para a “fé dos apostadores”, onde a matéria jornalística tratava sobre o desentendimento entre dois condutores da empresa de bonde Light, e sugere que o número de um dos empregados fosse empenhado no famigerado jogo do bicho. Vejamos:

O condutor da Light, n. 290. apresentou queixa á policia, contra o seu collega de profissão, o condutor n. 217. O 217 (que bella centena para uma fezinha no cachorro!) é mesmo dos diabos.⁴⁴

⁴⁴ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 08 de março de 1933.

Por fim, vale ressaltar que ao menos na construção das imagens presentes no quadro da “Crônica da Cidade”, as representações eram essencialmente masculinas, sendo que a única mulher a aparecer está a serviço do prazer/desejo dos homens. Porém, em outros textos que não a imagem mencionada, homens e mulheres participavam dos conflitos envolvendo bebidas alcoólicas, jogos de azar e outras ações relativas à vadiagem em geral.

2.4 JOGOS DE “SORTE”: ENTRE A DIVERSÃO E O LAZER

O jogo é fato mais antigo que a cultura, pois esta, mesmo em suas definições menos rigorosas, pressupõe sempre a sociedade humana.⁴⁵

É assim que o importante filósofo holandês Johan Huizinga inicia o seu tratado sobre o instinto do jogo, concebido originalmente em 1938, na busca de compreender esse fenômeno cultural que desde há muito arrebatava corações e mentes através de grandes manifestações culturais lúdicas próprias de um jogo na cultura.

E por ser a cultura manifestada por grupos sociais que possuíam espaços de chancelas diferenciados, foi a partir de limites e regras permitindo ou não modos de jogar que algumas competições ganharam visibilidade e apreço por parte da “boa sociedade”.

Nas palavras de Johan Huizinga,

A paixão de ganhar ameaça por vezes destruir a ligeireza própria o jogo. E aqui surge uma distinção importante. Nos jogos puramente de sorte, a tensão sentida pelo jogador só muito francamente é comunicada a qualquer observador. Os jogos de azar constituem um curiosíssimo objeto de pesquisa cultural, mas devemos considerá-los inúteis para o estudo da evolução da cultura. São estéreis, nada acrescentam à vida do espírito. Mas esta situação muda logo que o jogo exige aplicação, conhecimentos, habilidade, coragem e força. (...) Quanto maior é sua capacidade de elevar o tom, a intensidade da vida do indivíduo ou do grupo, mais rapidamente passará a fazer parte da civilização.⁴⁶

⁴⁵ HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 3.

⁴⁶ Idem, 2010:55.

Talvez inebriado pelos ares civilizacionais da época, Huizinga tenha desprezado o jogo a serviço dos populares, ou melhor, dos jogos que por ventura não se coadunavam ao que era entendido como cultural – formas, convicções e advertências de ser de uma elite. Mesmo reconhecendo o seu valor cultural, segundo o filósofo, os jogos de azar (de sorte) não estavam no mesmo nível cultural enquanto divertimento e jogos que “acrescentavam” algo à sociedade. Os jogos de azar, ainda segundo o pensador holandês, mereceriam mais atenção da ciência por seu caráter lúdico. A ciência da civilização, portanto, não poderia/deveria permitir esse gênero de jogo.

Todavia, os jogos de azar no Brasil, representaram e continuam a representar grande parte das práticas diversionais. De forma geral, quando populares se lançavam sobre os jogos de sorte (jogo do bicho, rifa, bacará, roletas, jaburu, cartas, dados e etc) eram enquadrados em atividades ilícitas, mas os de categoria social privilegiada muitas vezes praticavam os mesmo jogos, mas não eram disciplinados da mesma forma.

Os jogos de azar, considerados práticas desviantes, eram frequentes pela cidade de Fortaleza. E os problemas sociais eram associados pelos periódicos e juristas à contravenção do jogo, entrando em rota de colisão com a modernidade. Os jornais, amplificadores do discurso moralista, exigiam o uso da racionalidade e há “cada dia a cada hora do nosso papel de povo culto (...) corrigindo-nos quanto possível, dos maus hábitos, dos costumes provincianos, dos defeitos inerentes a todo povo em formação.”⁴⁷

Na formação do território idealizado, alguns jogos foram considerados lícitos e próprios para a inserção da civilização na cidade, foi o caso do tiro ao alvo, jogos de agitação física, futebol (ainda que condenado pela imprensa se praticado na rua, sobretudo durante a década de 1930), bilhar, algumas modalidades de carteados. Já os jogos ilícitos possibilitariam a inversão da ordem moderna, ou seja, abriria a expectativa de se imaginar, sonha e apostar numa subversão da ordem social, pois o ganho monetário ocorreria independente do trabalho. Singular associar a modernidade com a expansão capitalista, onde surgem outras possibilidades do ganho fácil – loterias estaduais e federais, bolsas de valores, especulação financeira, mas que não

⁴⁷ *O Estado*, Fortaleza, 11 de julho de 1940.

eram associadas ou simbolizadas como alternância ao sistema que aflorava a posição social como amarra contrária a palpites ou experiências populares.

E desde que Fortaleza iniciara seu processo de modernização, ainda no final do século XIX, os jogos de azar eram diversões criminosas e ameaçavam o progresso dos cearenses que até então eram trabalhadores determinados. Em 1897 surgiu em Fortaleza o jornal “O Jogo dos Bichos – Órgão Popular”, envolvendo humor e defesas ao respectivo jogo, certificando a paixão popular pelos jogos desde outrora. Na ambiguidade do lícito e ilícito, há no *O Jogo dos Bichos*, o diálogo carregado de humor viciado no confessionário da Igreja:

- Sr. Padre é pecado ser cambista?
- É e muito grande; esse maldito jogo, meu filho deve ser condenado pela igreja; além disso só dá é prejuízo ao comprador, eu, por exemplo, há mais de um mez que compro no macaco; elle ainda não deu e lá se foi o meu santo dinheiro.⁴⁸

Desse modo, as contradições e justificativas públicas se multiplicavam em diferentes opiniões, as diversões se colocavam como insumos prioritários dentro da sociabilidade de Fortaleza e os pecados se intrometiam com as demonstrações de fé e oportunidades de sorte e azar. Independente da classe social, os sujeitos se divertiam e reordenavam o seu cotidiano segundo o universo de prazeres que os convinha. O *Correio do Ceará* em “ligeiros commentarios ao Codigo de Posturas Municipais de Fortaleza”, criticava o referido Código de Posturas por este fomentar “multa de 50\$ e á prisão por 24 horas aquele que for encontrado jogando nas ruas, praças e mais lugares públicos, bem como nos corredores, adros das igrejas e nas casas de tavolagem”⁴⁹, pois esta fiscalização era responsabilidade da Polícia de Costumes.

E o Art. 429 do Código de Posturas de Fortaleza dizia que “somente será concedida licença para abertura de casas de bilhares e outros jogos lícitos, si o interessado declarar, em petição, que se obriga a não permitir em seu estabelecimento jogos proibidos.”⁵⁰ Ora, tal situação já era prevista pelo Código Penal, mas o considerável era que as cidades legislavam ao seu

⁴⁸ *O Jogo dos Bichos*, Fortaleza, 05 de setembro de 1897. In: SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. Humor, vergonha e decoro na cidade de Fortaleza (1850-1890). Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2009. p. 161.

⁴⁹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 17 de abril de 1933.

⁵⁰ PREFEITURA DE FORTALEZA. **Código de Posturas do Município de Fortaleza**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1933.

arbítrio sobre essa pauta, o mesmo se verificou, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro. E o arremate que se desferia em Rio de Janeiro, também era amplamente noticiado na imprensa cearense, permeando a configuração dos jogos de azar. Com efeito, os governos procuravam construir suas rizejas segundo acontecimentos imbricados nos interesses em voga, assim o *Correio do Ceará* pôs em destaque a nova missão da polícia carioca, que claro, serviria de exemplo para o aparato público cearense, avultando a “Guerra ao jogo do bicho”, em que

O capitão João Alberto, novo chefe da policia, deu ordens expressas a todos os delegados, no sentido de ser cumprido com o maximo rigor o decreto do governo provisorio que prohibe o jogo do bicho. A policia realizou diversas batidas, prendendo varios banqueiros e arrecadando quantias vultosas.

As leis municipais tinham por objetivos serem executadas de forma mais rápida, fixando-se sobre os problemas locais, analisando a vivência cotidiana da cidade, talvez por isso o esforço e ações dos Códigos Municipais em funcionarem (ainda que muitos artigos merecessem pouca atenção dos vigiados e vigilantes). Afinal de contas,

Fortaleza, que muito tem progredido, realizando em meia duzia de annos melhorias que não conseguira em quase meio seculo, deve quanto antes modificar certos costumes que prejudicam a sua esthetica, bastando para tal que faça cumprir as suas leis municipaes.⁵¹

Apesar das proibições em geral, as artimanhas encontradas por jogadores e a complacência das autoridades permitiu que os jogos de azar fossem aficionados não apenas na imaginação, mas exibidos em ruas e publicados pelos jornais como fortificações e práticas de cunho popular. Se as leis eram decretos de uma elite que procurava manter as hierarquias sociais, a realidade das práticas dos jogos fortificava a interação da vida social, estavam pulsando pelas ruas e aos encontros e desencontros gerados pela sorte, Gilberto Freyre exprimiu o acesso ao jogo como que vencendo qualquer empecilho. Nas palavras de Gilberto Freyre,

Nos bondes de regresso do trabalho a casa, um dos assuntos principais era qual dos passageiros ganhara no bicho. (...) participavam [das conversas] indivíduos de diferentes classes, raças

⁵¹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 23 de fevereiro de 1934.

e profissões, democraticamente reunidos pelo bonde e pela paixão pelo jogo do bicho.⁵²

Os jogos de azar compunham parte importante no dia-a-dia, principalmente de populares abandonados à sua própria sorte que depositavam sua simpatia e colaboravam para a manutenção de tais jogos.

Os processos criminais e periódicos indicam que todos os elementos presentes na “Imagem da exclusão” faziam parte do cotidiano, apesar de serem acessados de forma diferente e proporcionarem quebras de códigos e outros movimentos/associações que nem sempre eram os mesmos em toda parte da cidade. O “triumvirato moderno” que compreendia o cadinho entre o consumo de álcool, prostituição e jogo teve sua perseguição intensificada a partir dos anos 1930, com a instituição de reforma urbana moral pelas ruas da cidade. Essas práticas foram tematizadas e se viram divididas, na encruzilhada entre o caminho da diversão ou lazer.

Na Europa, centro de modelo para as grandes cidades brasileiras, o lazer tornara-se assunto em voga entre o século XIX e XX, em grande parte devido ao desenvolvimento cultural de suas cidades, sendo algo coordenado e realizado em âmbito científico. Fenômeno no qual o estudioso Joffre Dumazedier denominou por “civilização do lazer.”⁵³ O trabalho é super valorizado na concepção da sociedade moderna, e o ócio deixou de ser apenas uma pausa enérgica entre uma tarefa e outra, pois as atividades fora do “expediente de trabalho” devem ser cuidadosamente planejadas e socialmente bem definidas. Logo, nos termos de Joffre Dumazedier, temos que

O lazer é uma realidade fundamentalmente ambígua e apresenta aspectos múltiplos e contraditórios. (...) Para o trabalhador, a elevação do nível de vida apresentou-se acompanhada pela crescente elevação do número de horas livres. (...) Surgiu um tempo novo para seus atos e sonhos. (...) A necessidade de lazer cresce com a urbanização e a industrialização.⁵⁴

A partir dessas influências exteriores, em Fortaleza a moral e o trabalho eram de sentidos íntimos à urbanização, premissas para a produtividade e ordenamento a que os fortalezenses estavam sujeitos. Segundo o ideal

⁵² FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. São Paulo: Global Editora, 2004. p. 148

⁵³ DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 15.

⁵⁴ Idem, 2008:21, 24 e 25.

burguês, os jogos de azar não poderiam se apresentar como alternativa ao trabalho, sem demora

O chamado jogo do bicho, tido como mantenedor da subsistência de centenas de chefes de família, está pedindo, contudo, uma rigorosa fiscalização a fim de coibir-se o escândalo que o mesmo vem provocando na cidade. (...) A Praça do Ferreira, o coração da cidade, e as ruas centrais estão contaminadas de toda sorte. (...) Quanto ao jogo de azar, o Código Penal (...) exige sua extinção radical, e com referência ao jogo do bicho, a moral pública exige mais decência e menos escândalo.⁵⁵

Ora, se a condenação ao referido jogo de azar era profícua, o mesmo parecia não valer para a modalidade jogo do bicho – também este de azar – que se desenvolveu como vanguarda da cultura popular, laço alucinado no convívio social.

Os jogos de sorte/azar estiveram entre a diversão e o lazer, transitaram entre o permitido e reprimido, findaram entre a normatização e a (i)legalidade. Índícios mostram que nas transgressões havia outras possibilidades de triunfo sobre os códigos estabelecidos por administradores, tal quais alguns donos de casas de diversão denunciaram ao jornal *Gazeta de Notícias*:

Esteve, à tarde de ontem, em nossa redação, uma comissão composta de humildes proprietários de casas de diversões, em nossa capital, a qual, nos solicitou fizessemos um apêlo, por intermédio da GAZETA, ao ilustre Secretário de Polícia e Segurança Pública, no sentido de coibir o abuso de certos investigadores inescrupulosos, encarregados da fiscalização do jogo que, abusando da autoridade, cometem diariamente, toda especie de injustiças.⁵⁶

O curioso é que nesse período o decreto de Eurico Dutra já suprimira qualquer divergência sobre o que era legal ou não, e mais importante ainda, as campanhas contra vícios (inclusive, claro, os jogos) estavam a todo vapor e fomentando grandes discursos pelos periódicos da cidade. E a nota da *Gazeta de Notícias* prosseguiu com a denúncia sobre o assédio e aceitação por parte do poder repressor quando observado alguns pontos, logo

“essa história de jogo proibido, é boato. O jogo só é proibido quando não se solta ‘gaita’ para determinados policiais.” [supostamente seria a fala de alguém envolvido com os jogos] Assim é que, ainda ontem, dois investigadores chegaram numa casa X, onde encontraram funcionando jogo permitido por lei, então, como o encarregado na ocasião não tivesse dinheiro para dar-lhes o costumeiro charuto, foi preso e recambiado para a D.O.P.S., enquanto que, na cena seguinte, havia uma outra casa funcionando com Pif-Paf (jogo

⁵⁵ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 25 de novembro de 1937.

⁵⁶ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 21 de outubro de 1949.

proibido por lei) e, nenhuma providencia aqueles policiais tomaram, dois receberam, do encarregado, a minguada importância de cinco cruzeiros. Aqui fica a reclamação, para a qual esperamos que o Sr. Major José Rabelo tome as necessarias providências, a fim de que, no futuro, não venha a se repetir casos desta natureza.⁵⁷

Os agentes responsáveis pela vigilância e disciplina sobre os divertimentos populares também eram invocados para solucionarem os problemas de sociabilidade. Nessa reclamação, apesar das diferenças dos grupos sociais, parece-nos que o interesse se encontrava em nível semelhante. É de se imaginar o diálogo na obra *Cem anos de solidão*, entre o padre Nicanor e José Arcádio Buendía, quando este recusa o convite do padre para jogar damas e justifica-se afirmando que “jamais conseguiu entender o sentido de contenda entre dois adversários que estavam de acordo nos princípios.”⁵⁸ Se a polícia cearense, os jogadores e donos de casas de diversões não estavam de acordo em princípios, bem verdade que estavam afinados em muitos outros momentos.

Entre a diversão e o lazer existiu o olhar negativo para as atividades de divertimento dos trabalhadores/populares. Se a rua era o espaço do mal, o jogo talvez fosse o espectro advindo do sortimento que precisou se adaptar para se inserir na modernização. Destarte, se o jogo era uma mercadoria, logo, sua prática precisou ser disciplinada em todas as esferas. Os jogos de azar estavam entre a diversão e o lazer, pois aquele era um costume espontâneo e próprio de populares, mas o lazer era a distração eminentemente regulada e programada socialmente.⁵⁹ E Fortaleza de certa forma já nasceu num processo regulado de modernização.

⁵⁷ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 21 de outubro de 1949.

⁵⁸ GARCÍA MARQUEZ, Gabriel. **Cem anos de solidão**. Tradução de Eric Nepomuceno. 80ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 125.

⁵⁹ SOUZA, A. Clarindo B. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil, 2002, p. 21-24.

CAPÍTULO 3

JOGOS DE AZAR E SUAS REPRESENTAÇÕES EM PROCESSOS CRIMES E PERIÓDICOS DE FORTALEZA

3.1 MAS ALI TAMBÉM SE JOGAVAM SORTES

Era 14 de setembro de 1917¹, cerca de uma hora da madrugada, no andar superior do Majestic Palace, edifício inaugurado naquele ano e situado na Praça do Ferreira, centro de Fortaleza, quando o delegado de polícia Waldemar Falcão, acompanhado do escrivão Isaias de Mello, e mais testemunhas policiais, surpreenderam em jogatina ilegal (seria o bacarat, lú, sólo e pôquer – todos modalidades de cartas) alguns membros da elite local, lavrando o auto de flagrância contra o “Doutor Leonardo Motta, Dr. Alfrêdo de Castro, Manoel de Oliveira Rôla, Dr. José Gomes Parente, José Collares, Idelfonso Amorim, Antônio da Silva, José Collares, Tobias Ferreira e Dr. José Silveira”.² Concomitante ao flagrante, houve a apreensão dos objetos utilizados para o jogo e demais utensílios encontrados no recinto, a exemplo de mesas, baralhos, fichas e tinteiros.

Se o jogo de azar era prática insuportável segundo as leis, o mesmo parecia valer para os objetos que adornavam os cenários da jogatina, como se esses objetos sustentassem os gestos indelévels dos jogadores em apostas aterradoras que assombrassem a precondição familiar. O ato de apreender itens nessas circunstâncias também ficou registrado nos documentos de inquérito e jornais pelo menos até os anos 1950. Talvez as apreensões de objetos servissem de testemunhas contra o jogo, mas poderiam ser também o

¹ Chama atenção um processo de 1917 não por ser o mais antigo – dentre os arquivos organizados – mas pelos sujeitos envolvidos e, principalmente, pela forma articulada que o advogado defendeu aqueles que se aventuraram pela destreza do jogar. Apesar do intento judicial se encontrar aquém do recorte temporal escolhido para esse trabalho, é importante para a análise e percepção sobre os modos que o arquivo judiciário guiava as querelas sobre o jogo proibido. Ambíguo era o olhar das leis sobre o posicionamento social dos sujeitos. Parecia apontar para a irrupção em anos seguintes, segundo as tendências e interesses de uma sociedade em vias de se modernizar, sem possuir respostas definitivas para os entremeios ao universo social no apostar dos jogos.

² Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 01, Nº do Processo: 1917/02. Auto de Flagrante. p. 4.

protesto da justiça contra o depauperamento material do capitalismo marginal, onde esses materiais apreendidos são “ricamente absorvente de significado simbólico e no qual as memórias e as relações sociais são literalmente corporificadas”.³

Sobre acessórios envolvendo jogos, interessante foi o processo do estofador Leopoldo Serra, em 1938.⁴ O jovem de 22 anos que fazia e negociava móveis resolveu rifar um “riquíssimo grupo de quatro poltronas novas”, vendendo cartelas a 10 mil réis cada, estas eram numeradas com dezenas e o premiado seria aquele que possuísse o bilhete adquirido consoante com os últimos numerais das dezenas do resultado da loteria federal, extraída em 9 de julho de 1938. A vítima e denunciante do caso, João Batista Caminha Muniz, teve a cédula da rifa premiada, mas não recebeu o prêmio, pois Leopoldo Serra, com o intuito de vender mais apostas, resolveu adiar o sorteio por mais uma semana. Ele teria informado a alguns clientes sobre a transferência de data, porém, nem todos foram comunicados e este parece ter sido o caso de João Batista.

A legislação em repressão aos jogos afirmava que

fazer loterias e rifas, de qualquer especie, não auctorizadas por lei, ainda que corram annexas a qualquer outra auctorizada. (...) Será reputada loteria ou rifa a venda de bens, mercadorias, ou objectos de qualquer natureza que se prometter ou effectuar por meio de sorte.⁵

O artifício de extrair resultados para loterias ilícitas a partir das legalizadas era algo denunciado de forma recorrente pelos jornais, representando a forma de se produzir uma conduta transgressora relacionada às loterias oficiais. No imbricar da atividade lícita e ilícita, Leopoldo Serra argumentou em sua defesa que não cometera crime algum, pois existia uma portaria do Secretario de Polícia e Segurança Pública do Estado que permitia a realização do jogo do bicho, apesar da ilegalidade do “bicho”. Na verdade, não consta nenhuma liberação oficial ao jogo do bicho, até porque o mesmo era proibido em todo o país, mas, na prática, a jogatina era tamanha que as autoridades responsáveis pela coibição, por vezes, não inibiam a sua prática. O

³ STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. Tradução de Tomaz Tadeu. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 15.

⁴ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 03, Nº do Processo: 1938/01.

⁵ Art. 367, Capítulo 2. Código Criminal da República do Brasil, 1890.

réu Leopoldo Serra acabou condenado e sua pena resultou na multa de 500 mil réis.



FIGURA 9 - Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 03, N° do Processo: 1938/01. Bilhete de rifa.
Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará

Voltando ao caso do Majestic Palace, segundo os autos de inquéritos, o delegado anunciou em alta voz que todos os presentes estavam presos em nome da lei e do dispositivo legal de artigo 367 (trezentos e sessenta e sete) do Código Penal da República, e em seguida o delegado passou a interrogar os que se encontravam interceptados. O interrogatório inicial era uma espécie de triagem social, onde se inferia ao interrogado o seu nome, idade, filiação, naturalidade, endereço residencial, profissão e o respectivo grau instrucional. Essas questões aparecem nos processos de contravenção até pelo menos meados do século XX.

Contudo, a perceber os nomes e títulos procedidos à fatura de flagrantes, fica claro que eram pessoas pertencentes a uma classe social privilegiada e que procuraram desqualificar o ato de flagrância seguindo o discurso pronunciado e influído diretamente por Leonardo Mota⁶. A exceção do interrogatório coube ao Dr. José Gomes Parente, pois este se evadiu

⁶ Leonardo Mota era natural de Pedra Branca, município do Ceará, foi membro do Instituto do Ceará e é Patrono da Academia Cearense de Letras, ocupando a cadeira de nº 19. Devido a sua bagagem literária é conhecido por “Príncipe dos folcloristas brasileiros”. Formado em 1916 pela Faculdade de Direito do Ceará, foi secretário do governo, escritor, promotor de justiça e exerceu outras atividades. Faleceu em 1948, e em princípios de 1952 foi homenageado tendo seu nome por batizar uma rua em bairro de forte expansão urbana e de concentração elitista, o bairro do Meireles.

furtivamente do recinto. O delegado perguntou a Leonardo Mota se este tinha algo para dizer em sua defesa, que respondeu:

Na ocasião em que o Doutor Delegado de Polícia entrou na sala do jogo não se achava jogando como também nenhum dos outros contraventores, pois havia na ocasião um ligeiro intervalo na suíte, isto é, naquela ocasião quem estava bancando o jogo havia terminado o jogo, estando porem, tanto o respondente como os seus companheiros todos acercado da mêza do jogo, sendo que ninguem tinha na mão instrumento ao jogo.

Os demais companheiros de Leonardo Mota seguiram a sua resposta e acrescentaram que aquele salão servia como espaço de sociabilidade entre os amigos e demais atividades, como ingestão de bebidas alcoólicas e festas dançantes ao som de orquestras alugadas; e muitas pessoas se divertiam sem cometerem nenhum ato infracional. Ainda segundo o gerente da casa, João Quinderé, o Majestic Palace “não é uma casa de jogo e sim um Club de dança, diversão e botequim”.⁷

Termos de flagrância assinados, os interrogados não compareceram à inquirição na Primeira Delegacia de Fortaleza e o delegado Waldemar Falcão disse ter se valido de peritos para constatar que os objetos apreendidos eram realmente utilizados em jogos de azar, havendo inclusive mecanismo denominado de “coati”, que serviria para facilitar a aquisição de cartas em jogos como o bacarat e lasquet.

Em 19 de setembro de 1917, o inquérito foi despachado por intermédio do Juiz Substituto da 2ª Vara, para a Promotoria de Justiça de Fortaleza, onde ficou a cargo do promotor de justiça, e o delegado Waldemar Falcão aproveitou a ordem de despacho e conclusão do inquérito com um pedido de desculpas sobre o não cumprimento de prazo legal de flagrante, “em razão do acumulo de serviços desta Delegacia”.⁸

Não bastando o atraso e demora por abundância de trabalho, o promotor Olavo Oliveira⁹ classificou como improcedente jurídico alguns autos realizados

⁷ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 01, Nº do Processo: 1917/02.

⁸ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 01, Nº do Processo: 1917/02.

⁹ Olavo Oliveira nasceu em 1893, em Granja-CE, estudou na Faculdade de Direito do Recife, foi jornalista, professor na Faculdade de Direito do Ceará, membro do Partido Republicano Conservador e Deputado Federal entre 1935 e 1937. Faleceu em 27 de novembro de 1966. Em maio de 1978 foi homenageado na gestão de José Waldemar Alcântara da Silva, já que o então governador Aduvaldo Bezerra

pelo delegado Waldemar Falcão quanto à realização do processo criminal, pois segundo aquele não houve queixa ou denuncia, e indagou o delegado se “permite a natureza das figuras criminaes deste inquérito, que dizem respeito ao exercicio de jogo prohibido, outro sujeito passivo que não a Sociedade?”¹⁰ Dessa forma, o promotor acatou a peça processual da prática de jogo de azar, captada pela diligência policial, mas refutou a modalidade de ação criminal e desqualificou a forma com a qual os depoimentos foram tomados, pois deveria ser individual e dentro de auto circunstanciado. Cabendo a principal responsabilidade ao João Quinderé, gerente responsável pelo funcionamento do Majestic Palace.

Houve o auto de qualificação ao acusado, onde aqueles arguidos de terem praticado jogos de azar se apresentaram para o cumprimento das fases jurídicas. O advogado de Quinderé assim começou o seu parecer de defesa:

Si medicos existissem entre nós, que estudassem as enfermidades na sua origem, que as encarassem do ponto de vista pathologico, certo concluiriam que esta desgraçada gleba cearense ostenta, no momento, um horrivel mal reinante, de fundo psychico-moral, que se alastra de modo assustador por todas as camadas sociaes atacando homens e mulheres. A perigosa doença nova, é o prurido da exhibição, é a mania de fazer figura, seja como for, mania que já domina boa fracção dos nossos conterraneos. (...) Si rumamos á Praça do Ferreira, recuamos com espanto da primeira esquina, porque a mendigação [sic] barata está encaraptada em seus bancos, afugentando os seus frequentadores, em cujos ouvidos a oratoria produz dolorosos callos. Em toda parte, no Bond, no trem, na avenida, domina a mesma comichão. A policia, por um phenomeno chamado do meismo, não podia fugir aos effeitos de mal reinante. Ahi está a nossa infelicidade suprema... a policia doente tambem, de modo que não ha quem se incumba da medida meio prophylatica, meio preventiva, de prender aquelles loucos, trancafiando-os no manicômio da sua ignorância. A deligencia policial que gerou o caso do “Cabaret”, analysada scientificamente, não passará de um dos muitos espalhafatosos da epoca, de uma exhibição quixotesca de força, de uma pedanteria enfim.

O agente social em questão deu início a sua versão de defesa atentando para as diferentes narrativas que compunham o contexto de Fortaleza, a conduta de pobres infringindo os limites das posturas morais e a contradição da polícia em não incorrer contra as verdadeiras mazelas cidadinas, ao invés disso, se depreendem contra homens argutos e socialmente bem assentados.

renunciou o Governo do Estado do Ceará em janeiro daquele ano, tendo seu nome a batizar uma casa de detenção em Fortaleza, no caso, o Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira.

¹⁰ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 01, N° do Processo: 1917/02. P. 37.

Ao adotar a expressão da fala em termos científicos, pretendia o advogado apresentar objeções irrevogáveis, diversificando a análise e transformando os autos. Os problemas de ordem social deveriam ser operados em verossimilhança a procedimentos de medicina alopática, ou seja, identificada a moléstia as ações seriam enérgicas contra tal enfermidade. Segundo esse pensamento, se havia mendigos na calçada, por exemplo, bastava o órgão regulador da moralidade recolher os mesmos e interceder em detrimento de outros contextos inseridos à cena. O manicômio, o hospício, a prisão, a escola, espaços da sociedade disciplinar e ambiguidades da sociedade em vias de se modernizar, funcionaram como artefatos científicos e técnicos que fundamentavam todos os seus indivíduos como pretensamente sujeitos a serem moldados e oprimidos no interior da tecnologia disciplinar.

São Bernardo, de Graciliano Ramos, publicado em 1934, diz de forma singular e despojada sobre a ambiguidade do moderno, ultrapassando a barreira das leis e as relações opressoras, num cadinho social a combinar modelos que destoam e escapam pelas margens da modernidade: “está claro que o jogo é uma profissão, embora censurável, mas o homem que bebe jogando não tem juízo.”¹¹ O estigma do jogo é muito forte para a frieza das leis e a frivolidade dos bons costumes. Aberta ao prazer humano o ato de jogar atingiu o cotidiano, sendo coringa para os desejos e esperanças para as interrogações dos oprimidos.

No entrelaço de versões apresentadas, os atos transformados em autos, os acontecimentos foram apresentados pela defesa como atividade sorrateira da polícia, pois após encontrarem mais de sessenta pessoas no salão do “Cabaret”, “pelos caras a autoridade [delegado Waldemar Falcão] ia mandando autohar a fulano e cicrano.”¹² Segundo a defesa, em reconstrução da narrativa dos acontecimentos, os agentes da lei foram categóricos ao selecionarem dentre aqueles que estavam no recinto, no que o Leonardo Motta avisou ao Delegado que “aquillo não valia um caracol, que a diligencia não passava de

¹¹ RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. 79ª ed. – Ed. revista. – Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹² Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 01, Nº do Processo: 1917/02.

mera formalidade”¹³, pois a verdade é que não havia acontecido o flagra sobre a contravenção do jogo.

Em processos crimes, é essencial entender o que era considerado crime, visto que a conceituação jurídica do que se entendia como ato passivo de punição, é relativo a mudanças na sociedade disposta pelo tempo. Desde o Código Penal de 1890 os jogos de azar foram imputados como contravenção, ou seja, de menor potencial ofensivo.¹⁴ Desde o início do período republicano os jogos de azar foram estabelecidos em normas, onde basicamente estavam liberadas as loterias e rifas autorizadas por lei e classificadas como “Do jogo e aposta”, onde todas as demais práticas que dependessem da aposta e/ou sorte estavam proibidas. As exceções também seriam para as apostas de corridas de cavalo, a pé ou similares, e os jogos de habilidade e combinação (bilhar, futebol, natação, xadrez e etc.). O Código Penal de 1890, no artigo 370, já dizia em parágrafo único que “consideram-se jogos de azar aqueles em que o ganho e a perda dependem exclusivamente da sorte”.

Os tempos mudam e as leis procuram – ou assim deveria ser – acompanhar essas mudanças, de tal forma que a Lei Alfredo Pinto¹⁵ (Lei nº 628, de 29 de outubro de 1899) dispunha do mecanismo do encarceramento (entre um e três meses) em nome dos bons costumes e contra os vícios. De forma geral, os jogos foram pautados por pequenas mudanças legislativas desde o Código Penal de 1890, anterior até a primeira constituição republicana no Brasil, como mudanças, arrecadações, penas, concessões etc. Em 1940 devido à adoção do novo Código Penal, sob o governo do Getúlio Vargas, os jogos de azar passaram a ser normalizados pelo Decreto-Lei nº 3.688, Lei das Contravenções Penais, de 03 de outubro de 1941. O próprio Getúlio Vargas foi ajustando os decretos de forma a permitir o funcionamento de cassinos-balneários na capital da República e que tal autorização suscitava em diferentes momentos a possibilidade de se ter o mesmo em outras cidades.

¹³ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 01, Nº do Processo: 1917/02.

¹⁴ Segundo o Código Criminal de 1830, em artigo de número 281, os jogos eram classificados e proibidos de acordo com os Códigos de Posturas Municipais. Na verdade, estavam mais preocupados e coibir as casas de tavolagens do que qualquer outra coisa.

¹⁵ Alfredo Pinto Vieira de Mello, abolicionista e republicano nasceu em 1863, Recife, bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Foi advogado, juiz de direito, chefe de polícia, deputado federal e criador da lei que levou seu nome.

Então, mesmo o governo de Getúlio Vargas outorgando que a prática de jogos de azar com seu vício ameaçavam a ordem e o progresso social, permitiu o funcionamento de Loterias que fossem autorizadas por lei pelo governo e tolerou o funcionamento de algumas casas voltadas à exploração de jogos. Todavia, o jogo do bicho – mais popular – jamais foi regularizado ou sequer admitido perante a legislação. Com o Decreto-lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, o então presidente Eurico Gaspar Dutra tornou sem efeito todas as concessões e acordos realizados, visando o funcionamento de casas com a exploração de determinados jogos de azar – medida válida em âmbito municipal, estadual e federal. Definitivamente a exploração dessa modalidade de jogo estava autorizada apenas pelo governo, e tal medida era justificada como meio de proteção aos “abusos nocivos à moral e aos bons costumes”¹⁶, a civilidade contra a jogatina, prostituição, vadiagem e alcoolismo. As inúmeras tentativas de proibição e repressão não impediram o seu desenvolvimento enquanto prática comum e social pelos mais diferentes estratos da sociedade brasileira.¹⁷

Sobre a defesa do advogado de João Quinderé, a respeito da anúncio de Leonardo Mota ao delegado Waldemar Falcão – que aquela diligência nada valeria – suscitou aos demais presentes agirem da mesma forma que os doutos, ou seja, num primeiro momento se recusaram a cumprir as ordens policiais e se negaram a assinar os respectivos autos de flagrância. Porém, com algum embaraço, acabaram por assinar. Logo, o advogado fez questão de reconstruir o acontecimento nos seguintes termos:

Não há duvida que houve falta de espirito da parte de todos, máxima dos doutores presentes, que perderam a calma e a noção das theorias apprendidas, tornando-se incapazes de uma atitude vencedora. (...) Os sertanejos, dizem com muito accerto que por falta de um grito perde-se uma boiada. Aqui podemos dizer: -“Por falta de um homem, quase que uma dúzia delles ia parar na cadeia.”¹⁸

¹⁶ Decreto-lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946.

¹⁷ Sobre legislação e jogo de azar, ver: KRELLING, Carolina Malagoli. **A noção de jogo de azar entre o direito brasileiro e o direito italiano**: aspectos penais e civis dos jogos de azar nos séculos XIX e XX. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Centro de Ciências Jurídicas. Brasil, 2014; MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou, leva!**: o jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890 – 1960). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

¹⁸ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 01, Nº do Processo: 1917/02. p. 57.

O uso inventivo por parte da defesa não se baseou apenas em objeções científicas e análise citadina, mas também em dizeres sertanejos. Resumida a reconstrução da ocorrência, o advogado se debruçou a desqualificar as provas testemunhais. Das três testemunhas apresentadas na formação da culpa, duas eram oficiais da Guarda Cívica, Gumercindo Gadelha e João Medeiros, e dentro de seus depoimentos a defesa apresentou uma série de incoerências e inconsistências, como por exemplo, a divergência entre o número de cartas vistas e a declaração do tipo de jogo (bacaará, ou seja, fazia-se necessário uma quantidade maior de cartas) que ocorrera no salão do “Cabaret” e a ineficácia de depoimentos de policias como prova para o delito, pois estes seriam da parte acusadora:

Si os tribunaes acceitassem como verídicas as declarações dos agentes de policia, os seus dizeres valessem, então adeus liberdade porque os governos teriam nos seus quartéis centenas de depoentes, para a affirmação ou negação de tudo que a maledicência ou perversidade humana é capaz de engendrar.¹⁹

Em meio às argumentações ratificadas em juristas nacionais e internacionais, a defesa deu ênfase ainda a dois pontos extraídos dos próprios discursos das testemunhas. A primeira era, segundo o depoente Gadelha, que “as pessoas encontradas no “Cabaret” são dignas, do melhor meio social, de profissões certas e que não precisam de auferir lucros em banca de jogo para a sua manutenção e das suas famílias.”²⁰ De acordo com tal afirmação estava a terceira testemunha, Lucio Ribeiro Bauerfeldt, acrescentando ainda que “a dependência do Magestic Palace onde funcionava o Cabaret, não é um lugar publico, tanto assim que o depoente para lá entrar, precisou de exhibir um seu amigo, um cartão ao porteiro”.²¹

¹⁹ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 01, Nº do Processo: 1917/02. p. 59.

²⁰ Idem, 1917:59.

²¹ Idem, 1917:59.



FIGURA 10 - Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 01, Nº do Processo: 1917/02. Senhas que davam admissões em cerimônias.
Fonte: Arquivo Público do Estado do Ceará

A partir dessas observações, o advogado pediu a nulidade do processo e aplicou as classificações jurídicas nas questões acima apontadas. Pelas referências das testemunhas, indicou alguns desrespeitos da jurisprudência cometidos pelo delegado Waldemar Falcão, por exemplo: as declarações dos depoentes deveriam ter sido tomadas de forma isolada e a escolha do artigo 367 do Código Penal para intimar os indivíduos reunidos no Majestic Palace. Baseado em juristas e estudiosos internacionais (Frere Jouan Du Saint, E. Garraud, François Couron, Silveira Serpa) versados em matéria de jogo como contravenção penal, enumerou cinco circunstâncias para caracterizar tal delito:

Ter o delinquente praticado, ou facilitado o jogo; ser este um jogo proibido; ser praticado em lugar publico; pratical-o o delinquente habitualmente; constituir o jogo a única fonte de rendimento daquelle que o exercita. (...) Para nós esse requisito [o do jogo como fonte de renda] é o mais importante de todos. Porque, sendo exigido para a constituição da contravenção em foco, foi somente com elle que surgiu na lei a verdadeira razão de se punir o que infringisse o preceito. (...) E a razão é que somente os vadios são os que tiram unicamente da pratica do jogo os meios necessários á sua subsistência. (...) No caso, não se tratou de jogadores de profissão, equiparáveis aos vadios, visto como todos os summariados são pessoas que occupam posição definida na sociedade, onde, publicamente conhecidos teem os mais definidos meios de vida, não os tirando absolutamente da pratica de jogo nenhum. (...) A inquestionável verdade é que somente aos jogadores de profissão [leia-se: vadios] se applica [a lei de contravenção do jogo].²²

Os processos não revelam apenas experiências envolvendo indivíduos à margem de uma respectiva sociedade, não são apenas pobres e desvalidos os

²² Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 01, Nº do Processo: 1917/02. p. 60 e 61.

sujeitos chamados a prestarem contas diante os preceitos da lei. A historiadora Keila Grinberg, em *A história nos porões dos arquivos judiciários*, afirma que “o objetivo primeiro da produção do documento [processo crimes] não é reconstituir um acontecimento mas buscar produzir uma verdade, acusando e punindo alguém.”²³

Assim, as pessoas de diferentes classes sociais praticavam a contravenção do jogo, mas só era assim entendida quando referida aos pobres, sendo logo associada à vadiagem.²⁴ Os registros judiciários e denúncias veiculadas por jornais constituíram a promessa do ganho fácil pelo jogo como o enaltecimento do ócio em detrimento da profissão, ou seja, o tempo não preenchido pelo trabalho não deveria ser ocupado com atividades a macular a imagem da família e ordenamento social. Logo, o uso de bebidas alcoólicas e jogo, práticas comumente vistas em associação pelas instâncias de vigilância, quando cometidas por sujeitos pobres, sem demora eram taxados de vadios.

Os jogos como diversões de populares – ociosos – eram perigosos, segundo a ótica dos bons costumes cívicos e morais, pois estavam à margem dos lazeres regulamentados, estes como recompensa após a jornada de trabalho. A conexão que se faz é que “o vício aparece como um mal causado pela vadiagem, e o trabalho como o ‘remédio’ para ele”.²⁵ Não obstante, o enlace entre vadiagem e trabalho estava para além dessa ligação, compreendia também as categorias que representavam as condutas de “imoral, jogador, bêbado, desordeiro ou mendigo”²⁶, classificações que não correspondiam à imagem da cidade moderna.

²³ GRINBERG, Keila. *A história nos porões dos arquivos judiciários*. In.: Carla B. Pinsky; Tania Regina de Luca. (Org.). *O historiador e suas fontes*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 127.

²⁴ Sobre vadiagem, ver: CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001; GOMES, Maria Adaiza Lima. “**O baluarte do decoro e da moralidade**”: o jornal *O Nordeste* e sua atuação no combate aos “maus costumes” (1922-1927). Dissertação (Mestrado em História e Culturas) – Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil, 2015; RODRIGUES, Cristiane. *A construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886- 1906)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006; LIMA, Marcos Melo de. *A vadiagem e os vadios: controle social e repressão em São Luís (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil, 2014; KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo. HUCITEC; Salvador. EDUFBA, 1996.

²⁵ GOMES, Maria Adaiza Lima. Op., cit., p. 80.

²⁶ LIMA, Marcos Melo de. Op., cit., p. 20.

Segundo a historiadora Maria Gomes, “a criminalização da vadiagem, muitas vezes, servia como recurso das autoridades na intenção de coagir essas pessoas aos meios formais de trabalho”²⁷ Não somente, pois tal criminalização também foi utilizada como instrumento de distinção entre o homem civilizado introduzido aos lazeres, e o pobre arraigado a diversões ilícitas ou degradantes da ordem pública. Por isso, na primazia de douto, a alegação, no caso de 1917, o contexto denunciando a presença da mendicância e calamidades pelas ruas (lugar de perigo) com a consequente condenação dos vadios, digo, na maioria das vezes, dos pobres²⁸. Entre o corpo individual e o corpo social havia a estranheza entre a articulação da oferta de trabalho e sua falta. O vadio estava sentenciado ao expurgo, “lançado fora de uma sociedade que, conforme as utopias de antanho, limpa suas ruas e suas casas de tudo o que parasita a razão do trabalho.”²⁹

Atraídos pela jogatina e traídos pela invasão súbita por parte da polícia, os doutos que se viram em cenário para discussões sobre assuntos variados, jogaram com o azar e tiveram a “sorte” de ter o promotor de justiça pedido a nulidade do processo, acatando os argumentos apresentados pela defesa. Condenada estava a vadiagem. Para o filósofo Michel de Certeau, as aventuras dos desprovidos de poder são conduzidas segundo uma lógica chamada tática, ou seja, os “prazeres cotidianos que articula”³⁰ As práticas táticas cotidianas dos vadios se dinamizavam marcando os espaços e criando seus lugares no seio da urbanização.

Segundo o Catálogo de Fontes, do Arquivo Público do Estado do Ceará, há 2.581 processos listados e organizados a facilitar o ato de pesquisar, processos sobre ações criminais que ocorreram entre os anos de 1910 e 1950, período que engloba o recorte temporal proposto nesta pesquisa. Os processos foram organizados por diferentes temas, por exemplo: Crimes de sedução e defloramento (128 processos), Crimes de trânsito (444 processos), Crimes

²⁷ GOMES, Maria Adaiza Lima. Op., cit., p. 82 e 83.

²⁸ O pobre não é só o que não trabalha, mas o que não simpatiza com o trabalho, aquele que deseja enriquecer por meio da sorte e é desatencioso com a aceitação de práticas higiênicas, morais e regras estabelecidas na conduta social. Por isso, as representações jornalísticas e jurídicas estreitavam propositalmente as compreensões de vadio e pobre com jogador e sujeito não adepto ao esforço do trabalho.

²⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Epharim Ferreira Alves. 21. ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2014. p. 265.

³⁰ Idem, 2014:46.

políticos (5 processos), Extorsão e estelionato (23 processos), Crimes sexuais (33 processos) e etc. Esses números não representam a totalidade dos atos sucedidos em tal período, mas se referem aos processos que foram classificados e delimitados num rol de circunstâncias.

A série comum desses processos foi a falta de cumprimento das leis, ou seja, o assunto que os unem foi a circunstância à maneira de possivelmente romper preceitos e normas estabelecidos por direito. Dentre essa quantidade de processos e papéis relativos a cunho jurídico e criminal, os autos que interessam a esta pesquisa são os de Contravenções (41 processos), pois as práticas de jogos de azar que transgrediam as leis estavam a infringir os modelos diversionais estabelecidos em lei.

3.2 INCERTAS CERTEZAS DOS JOGOS DE AZAR

Johan Huizinga pensando sobre a anatomia dos jogos, exprimiu que o jogo

É uma atividade ou ocupação voluntária, exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias, dotado de um fim em si mesmo, acompanhado de um sentimento de tensão e alegria e de uma consciência de ser diferente da vida cotidiana.³¹

Em *Homo Ludens*, Johan Huizinga estabeleceu relações entre jogos e outras atividades culturais que institucionalizaram a civilização (religião, direito, filosofia, arte e etc.). Na década de 1930, estabeleceu uma série de características e aspectos que seriam próprios da atividade do jogo³², como pode ser percebido pela nota acima, destacando que o ato de jogar exige tempo e espaços próprios. A jogatina ocorre no cotidiano, mas os jogos possuem regras distintas daquelas normatizadas pelos órgãos oficiais, seria um universo paralelo ao âmbito da vida, constituído a certas regras e jornadas a serem transpostas em um determinado feixe espaço-tempo. Logo, existia

³¹ HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 33.

³² Algumas dessas características seriam: Liberdade; Imaginação; Fraternidade entre os que jogam; Tempo e espaço para se jogar; Atividade passível de ser repetida; O jogo cria ordem e é ordem; Elemento de tensão.

uma linha que diferenciava a realidade da vida com aquela vivenciada no e pelo jogo.

Uma partida de futebol, por exemplo, exige um terreno e é estipulado por um tempo, além de possuir regras que o diferenciam de outras práticas. Outra situação que serve para exemplificar o exposto ocorreu no caso envolvendo os doutos, visto em tópico anterior, onde o advogado de defesa desfaz os autos de inquérito apresentados pela polícia ao confrontar a denúncia do dito jogo com os objetos apreendidos, demonstrando que o discurso da acusação não corroborava com as regras do jogo – o suposto delito. Quando ocorria a transgressão entre o cotidiano civilizacional e a diversão, como crianças a jogar futebol em praças e vias públicas, espaços a priori a serviço de passagens de transeuntes e não destinados ao desvio da realidade, ocorriam denúncias nos jornais: “aos domingos então a canalhice redobra porque esses moleques entendem de transformar o local [via pública] em campo de foot-bal impedindo o trânsito de quem passa”.³³ E passadas duas décadas desta manchete, a *Gazeta de notícias* em outubro de 1949 cravou que as praças precisam deixar de “ser um campo de futebol e um antro de molecagem” e para tanto “a polícia deve coibir o jogo de futebol nas praças públicas.”³⁴

Mas nem toda partida de futebol era condenada pelos jornais, logo que aqueles praticados em clubes e quadras esportivas eram amplamente promovidos e as agremiações futebolísticas tratadas com esmero no destaque jornalístico, onde os times de futebol por vezes eram identificados como legítimos representantes de seus Estados, como foi o caso do embate entre equipes do Ceará e Paraíba: “um publico bastante numeroso assistiu o match Fortaleza x Treze. (...) O tricolor [Fortaleza] atuou bem, perseguiu o triunfo e se não o obteve, foi porque a sorte foi sua madrasta.” E para desferrar o brio do futebol cearense, a *Gazeta de Notícias* informou no mesmo dia da derrota do Fortaleza que o próximo adversário do Treze seria o Ferroviário (time de operários), “é de nossas equipes a que joga com mais ardor e objetividade, tudo fará para vencer o seu antagonista e reabilitar o nosso futebol.”³⁵

³³ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 31 de agosto de 1929.

³⁴ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, outubro de 1949.

³⁵ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 06 de setembro de 1949.

O “nosso futebol”, ou melhor, o futebol resguardado por clubes e veiculado com orgulho espacial pelos jornais não era interagido com o praticado nas ruas. O Estado Novo implementou a profissionalização do futebol³⁶, normatizando seu exercício e como que a precisar seus fundamentos técnicos, a *Gazeta de Notícias* com o patrocínio empresarial (Gillete), apregoou em 18 de março de 1942 uma ilustração a ensinar seus leitores a jogar futebol. Tal artifício também fora empregado por outros jornais, por exemplo, *Correio do Ceará*, para divulgar outras modalidades esportivas, divulgadas como saudáveis e, claro, praticadas em clubes, a exemplo do caratê, xadrez, vôlei, basquete etc. Práticas esportivas sadias não deveriam ser aprendidas na rua, mas em associações e até mesmo em jornais. Afinal, na rua “o despolicimento é notório, de modo que, ébrios, arruaceiros e boêmios mal educados contam com campo vasto para as suas intoleráveis perturbações”.³⁷ As ruas de Fortaleza foram edificadas para comportar o movimento desordenado de uma cidade em constante modernização e, dependendo do segmento social a se movimentar, as ruas se transformavam em desencontros de preocupações, disciplinas e criando um jogo de forças sobre segregações do meio. De maneira que

Um dos aspectos sociais mais deselegantes de Fortaleza é a falta de educação que campeia, em plena cidade, por parte de diversas classes. A começar pelas crianças, que não manifestam o menor respeito às pessoas grandes, podemos apontar o jogo de foot-ball, o brinquedo de corda, a patinação, que as mesmas praticam nas calçadas, com o maior desembaraço como se estivessem num campo de esporte. (...) Palavras torpes, indecorosas, insultos, pilherias atrevidas, galanteios grosseiros são ouvidos a cada momento nas esquinas, nos passeios à porta dos estabelecimentos, em toda parte e por toda parte. (...) A gritaria em todos os tons de vendedores e compradores ambulantes é bárbara.³⁸

Ademais, se multiplicavam as queixas e denúncias pelos jornais sobre tipos não desejáveis de convivência e entraves encontrados nas ruas. Repudiando ocupações e expressões a diferir condutas sociais, os jornais clamavam contra crianças, bêbados, desocupados, vendedores ambulantes etc. que estivessem a ocupar a rua em desconformidade com a ideia de

³⁶ Sobre futebol em Fortaleza na primeira metade do século do XX, ver: PINTO, Rodrigo M. S.. **Do passeio Público à Ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (1904-1945)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil, 2007.

³⁷ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 27 de março de 1942.

³⁸ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 27 de março de 1942.

moderno. Na continuidade, em expurgar os danos da pobreza – intelectual, material e comportamental –, a *Gazeta de Notícias* alertava que

O Ceará precisa mais do que nunca não só de um movimento renovador como, e antes de mais nada, de uma limpeza intelectual. Nosso ambiente é horroroso de desorganização, de falta de coesão. (...) Tal gente, amigos sem uma formação intelectual pelo menos sofrível, se mete a escrever sobre tudo: música, futebol, poesia, esporte, romance etc. A seleção dos valores está se fazendo sentir em todos os setores da vida presente. Ora, possíveis leitores deste 'bate-papo' inofensivo, é preciso limpar o ambiente. O Ceará está cheio de literatos-mirins, de intelectuais de segunda classe, de 'fazedores de livros'. É preciso mesmo 'revolucionar'. Não deixar que os medíocres se estabeleçam.³⁹

Se populares eram atacados pela imprensa e enclausurados pelos escritos de lei por presenciarem as ruas de outras maneiras que não as desejadas pelas elites, estavam também ameaçados de terem suas manifestações tolhidas em outros espaços, pois as ideias de sujeitos não chancelados pelos estudos formais confrontavam a razão da ciência e a hierarquia dos saberes. Portanto, o asseio deveria acontecer nas ruas, escritos e o alinhamento da boa ordem pulsar sobre os pobres, pois “a rua é um cenário continuamente móvel e variadíssimo”.⁴⁰

Por sua vez, nos jornais, os jogos de azar (leia-se: praticados por populares) possuíam um espaço e tempo bem definido. O tempo era da caça aos crimes praticados, exclamados por sensacionalismo, figurados como diversões suspeitas e dignas de intervenções por parte das autoridades. Enquanto o espaço era o das páginas policiais ou denúncias sociais.

O jornal *Gazeta de Notícias*, em março de 1928, denunciou diversos locais em que ocorria atração pelos jogos, delatando a espécie praticada e por vezes até o nome do proprietário. A publicação da *Gazeta* sob o título “Relação (muito incompleta, já se vê) das casas de jogatina em Fortaleza”, informava os seguintes endereços:

Nos altos da União Syria – Rua Floriano Peixoto, canto da Rua das Flores, funciona uma roleta, de Alberto Severino.
Rua das Flores, nº 160. Funciona uma roda de Lucas Paixão.
Rua das Flores, nº 134. Funciona uma roda. O nome do proprietário é ignorado, por funcionar recentemente.
Rua das Flores, nº 131. Funciona um bozó de propriedade de Thomás de Tal.
Rua das Flores, nº 70. Funciona uma víspera de Lucas Paixão.

³⁹ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 27 de março de 1942.

⁴⁰ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 20 de março de 1942.

Rua das Flores, nº 50. Funciona uma roda, de Joaquim da Penha.
Travessa do Mercado, nº 03. Há um bozó de José Balão.
Praça da Sé, nº 54. Há uma víspora de Semião Paixão.
Praça da Estação Central, nº 7. Há uma roda de Turquinho.
Rua das Trincheiras, nº 7. Há uma roda de Turquinho.
Rua João Bernardo, canto com a Senador Pompeu. Há uma roda de Turquinho.
Rua Senna Madureira – Há um bozó, de Turquinho que vae ser mudado por funcionar quase em frente ao palácio do governo.
Rua Barão do Rio Branco, quarteirão da Beneficente.
Rua Floriano Peixoto, nº 441, na decahida Maria do Café.⁴¹

Desperta interesse na publicação acima a quantidade de pontos de jogos na rua das Flores, atual rua Castro e Silva, via que se estendia da igreja de São José ao cemitério São João Batista, como todas as demais esta também se localizava no centro de Fortaleza. Apesar de estarem difundidas por toda a cidade, era principalmente no centro segundo denúncias encontradas nos processos crimes e nos jornais, que as práticas de jogos de azar estavam mais concentradas. Isso ocorria, sobretudo, nas ruas em que encadeavam a Praça do Ferreira, Praça da Estação e Passeio Público, o que parece demonstrar que era uma área em que os populares mais circulavam e os conflitos sociais estavam presentes. Essas praças eram interligadas por ruas (por exemplo: Major Facundo, Senador Pompeu, Sena Madureira, Barão do Rio Branco etc.) e quarteirões conhecidos por conterem estabelecimentos de prostituição, tavolagens e, claro, jogos. Nas palavras do historiador Sebastião Ponte,

O Passeio [Público] era um lugar para todos... mas separadamente. O logradouro possuía três planos; entretanto não havia nenhuma determinação oficial reservando cada um para as três distintas classes sociais. O fato é que acabou acontecendo “naturalmente”, no dizer do cronista da época. Mais plausível considerar que essa separação se deu por força do segregacionismo social já existente, mas então reforçado pela modernização em curso que conferia às elites a primazia dos espaços públicos ora embelezados.⁴²

Dentro desse espaço da cidade, o centro, podemos encontrar o caso de Patriolino Ribeiro de Sousa, preso em flagrante vendendo cartelas do jogo do bicho na rua Senador Pompeu, em 28 de novembro de 1930. O vendedor (cambista) mesmo preso em flagrante foi liberto no mesmo dia após o

⁴¹ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 15 de março de 1928.

⁴² PONTE, Sebastião Rogério. **A Belle Époque em Fortaleza**: remodelação e controle. IN.: Uma nova história do Ceará/ organização, Simone de Sousa; Adelaide Gonçalves ... [ET al] – 4. ed. rev e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 171.

pagamento da fiança de duzentos mil réis pelos comerciantes Eduardo Rodrigues e José Simões. Estes eram proprietários de casas comerciais na mesma rua em que houve a detenção. Patriolino Ribeiro foi autuado pelo guarda cívico José Félix de Souza, enquanto aquele comercializava o bicho dentro da mercearia de seu patrão Eduardo Rodrigues, com a quantia de vinte mil e cem réis e mais as *poules*. O curioso neste caso é que todos os guardas convocados a prestarem depoimentos negaram conhecer o réu em questão, como afirmou o guarda Francisco Rabello: “ignoro por completo o fato constante da denúncia”⁴³. Ou ainda o sargento da guarda cívica, Manuel Nogueira de Sales, afirmou que durante “toda a campanha contra o jogo do bicho teve de trabalhar na mesma, um dia, não tendo prendido nenhum jogador de bicho; que nem ao menos conhece o denunciado.”

Ao todo foram arrolados sete guardas cívicos, mas apenas o que efetou a prisão declarou estar ciente dos fatos ocorridos. Vale ressaltar ainda a variação homônima entre o comerciante José Simões e o cabo de mesmo nome, sendo que este último não compareceu para prestar depoimento, sob a alegação presente nos autos de não mais fazer parte das fileiras da guarda. Não é possível afirmar a partir dos autos que se tratava da mesma pessoa, porém, os guardas exprimiram sistematicamente nada saberem e com certa malícia e prudência pareciam indicar os limites da atuação contrária ao jogo, ou mais especificamente, alguém ligado ao mesmo.

Pouco antes da prisão de Patriolino, na tarde de 28 de novembro de 1930, no Café Nestlé, Praça do Ferreira, o cambista José Braga da Silva⁴⁴ foi preso em flagrante com três cadernetas vendendo o jogo do bicho, sendo afiançado no mesmo dia. Durante a audiência um funcionário do Café Nestlé, o cozinheiro Augusto de Souza, disse não ter conhecimento sobre venda de jogos naquele comércio; já os guardas em seus depoimentos afirmaram de forma geral que não viram ninguém a jogar, que apenas viram o denunciado com algumas cadernetas”.⁴⁵ O advogado do réu apelou de forma ampla e

⁴³ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 02, N° do Processo: 1931/15.

⁴⁴ Disse ter 34 anos, cearense, casado, auxiliar de comércio, residente no bairro da Porangaba (distante do centro de Fortaleza) e sabe ler e escrever. Quando perguntado sobre sua profissão disse ser auxiliar de comércio e vendia *poules* do jogo do bicho porque não tinha outro meio de se sustentar.

⁴⁵ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 01, N° do Processo: 1931/05.

eloquente para a sentença judicial que “a menos que se pretenda condená-lo pela prova exclusiva de uma confissão... policial, que é a única prova que se faz neste momento.” O juiz não entendeu dessa forma e José Braga da Silva foi condenado a dois meses e dez dias de prisão, mais multa de quinhentos mil réis. Talvez tenha faltado ao cambista em questão o asseguramento de um comerciante comprometido com o jogo do bicho.

O centro de Fortaleza comportava várias culturas e muitos atores sociais, mas a divisão social era intensa e se relacionava com os contrastes realçados pela modernização. Assim, em 09 de junho de 1948, o jornal *Nordeste* verificou que “ali [Passeio Público] se reunia a fina flor da nossa alta sociedade, sem ficar esquecida também a parte mais baixa, que dispunha (...) de espaço para divertimento, sem que se verificasse qualquer mistura”.⁴⁶

Muitos grupos sociais faziam diferentes usos do espaço central, desde o início do século XX havia lazer, comércio, moradia, mas com o Código Municipal de 1932 o disciplinamento urbano (sobre sujeitos, mas também buscando padronizar medidas espaciais para obras físicas, como a verticalização) se tornou mais rígido, inclusive incentivando uma expansão para outras faixas espaciais da cidade, novos bairros surgiram a partir de meados da década de 1940 acolhendo assim problemas que até então eram praticamente exclusivos do centro. Contudo, ao longo das décadas de 1930 e 1940, o centro de Fortaleza foi equipado com grandes obras e edifícios a demarcar a importância central, mesmo sem planos remodeladores e urbanísticos oficiais⁴⁷, como o Excelsior Hotel em 1931, o Edifício São Luiz em 1937, o Cine Diogo em 1940 e o prédio da Secretaria de Polícia e Segurança Pública em 1942.

As praças eram referências para os acontecimentos da cidade, dotadas de edifícios fosse religiosos, de lazer, de serviços ou particulares, eram demarcadas por fronteiras (o Passeio Público era dividido por pavimentos) e símbolos da passagem temporal e ritmo de vida (a Coluna da Hora, na Praça

⁴⁶ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota Jucá. **Fortaleza:** cultura e lazer (1945-1960). IN.: Uma nova história do Ceará/ organização, Simone de Sousa; Adelaide Gonçalves ... [ET al] – 4. ed. rev e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 204

⁴⁷ O poder público tentou políticas a refundir o centro de Fortaleza em 1933 e 1947, mas não obteve êxito, prevalecendo interesses mercantis de particulares. Ver: ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica:** Poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade, 1810-1933. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, USP, Brasil, 2012.

do Ferreira). Nas praças existiam infraestrutura do tipo: “no campo dos transportes, havia bondes, ônibus e automóveis; no do lazer – cinemas, clubes, confeitarias, cafés, retretas, footing, bilhares, bares e casas de jogos de azar.”⁴⁸ Na Fortaleza dos anos 1920 já se delineava uma “estrutura espacial estratificada através de espaços compostos para cada grupo social, porém é a década de 1930 que marca a aceleração desse processo.”⁴⁹

A rua das Flores era de certa forma um caminho para os mortos, daí a sua terminologia estar associada às flores de ritos fúnebres.⁵⁰ Ao mesmo tempo em que o moribundo ou defunto já estava condenado a não existir, os jogos de azar também estavam sentenciados em não ter existência entre as pessoas – populares – vivas. No entanto, tal qual a pessoa morta que desperta paixões entre parentes e amigos, sobrevivendo por memórias alheias, os jogos afloravam interesses nas criaturas humanas e em alguns casos contaminavam o meio urbano, análogo às impurezas do corpo abatido.⁵¹

Segundo as normas de higiene e saúde pública, os falecidos já eram enclausurados intramuros, destinados a espaço próprio e até possuíam um último caminho de nome singelo a ser percorrido: Rua das Flores. Na descrição do cronista João Nogueira,

[falando sobre os carregadores] Após este percurso de 1300 metros, que portanto se estende a rua das Flores, ali se chegava esbaforido; mas de tal caminhada ninguém se queixava, dados os sentimentos que a todos animavam. Antonio Bezerra dizia que a rua das Flores deveria ter um nome que lembrasse o baptismo e a sepultura ou o alpha e o ômega da vida.⁵²

Nesse âmbito práticas populares eram entendidas pelas entidades administrativas como degenerativas ao estado social, a exemplo das tramas sociais que envolviam meretrizes, vendedores ambulantes, alcoólatras, jogadores de ações ilegítimas, praticantes de religiosidade afrodescendente, mendigos, doentes mentais, capoeiras, o futebol praticado nas ruas etc. Enfim,

⁴⁸ ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica: Poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade, 1810-1933.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, USP, Brasil, 2012. p. 218.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 183

⁵⁰ A “Empreza Funeraria” solicitou à Prefeitura Municipal o “conserto nas depressões existentes à Rua Castro e Silva, facilitando de tal forma a passagem dos enterros (...) até ao portão do Cemitério.” Ver: *Correio do Ceará*, Fortaleza, 20 de junho de 1932.

⁵¹ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁵² NOGUEIRA, João. **Enterros nos tempos antigos.** Revista do Instituto do Ceará (histórico, geográfico e antropológico). Tomo. 48. P. 75-81, 1934. p. 79.

as classes populares eram estereotipadas, suas diversões e ritos de alegrias estavam destacados como costumes infaustos e passíveis de ações policiais. As próprias ruas possuíam nomes concedidos por populares, de acordo com as atividades que ali se desenvolvessem, e na marcha de normatizações as autoridades políticas em conjunto com a elite letrada, adotaram novos nomes para as ruas de Fortaleza, inclusive para as vielas que ainda não possuíam denominações, fosse pelo descaso do poder público ou por constituírem novos espaços de trânsito. Logo, a intenção se manifestou da seguinte forma:

A Prefeitura de Fortaleza, de acordo com as sugestões do Instituto Histórico, fez uma grande reforma na nomenclatura das ruas desta capital e, por edital de 13 do corrente, está notificando que não serão recebidos na portaria daquela repartição quaesquer documentos que não tragam os nomes das vias publicas de acordo com as novas disposições, sendo applicada uma multa aos infractores. O decreto da autoridade municipal merece o apoio da população, porque foi inspirado em um critério e ordem geral, sem preferências pessoas, qual tenha sido o consubstanciado no parecer do Instituto. (...) [Aqui há uma lista grande contendo os nomes antigos e novos]. Além dessas mudanças, foram dadas denominações a vias publicas que ainda não tinham nomes.⁵³

As normatizações ou os efeitos das regularizações, em geral, se faziam presentes e adotadas empregando meios coercitivos, no caso do batismo das ruas, a repressão perfilhada foi a multa. Ademais, a população deveria admitir com agrado as novas denominações, pois segundo a Prefeitura de Fortaleza, foram os estudiosos que escolheram os digníssimos a emprestarem seus nomes. Nomes insípidos ou sem maiores identificações com as características locais, algumas alcunhas eram de figuras do período Monárquico, era o perímetro urbano sendo remodelado à interpretações da ciência e do saber, afastando-se do cotidiano das pessoas comuns. A nomenclatura anterior nada tinha de científica, era advinda da experiência de populares geralmente advindos do sertão, retirantes da seca, procurando sociabilizar suas sensibilidades com as experiências vivenciadas pelos trajetos da cidade, nas palavras do jornalista Eduardo Campos, entre reminiscências e rótulos modernos definiam as ruas com

Nomenclatura antiga e saborosa, ruas e travessas referendadas por suas legítimas origens populares, quais as travessas das Hortas, das Flores, do Cajueiro, do Pocinho, da Cacimba, da Bica, em que se evidencia mais uma vez a formalização de nossos antecedentes

⁵³ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 17 de janeiro de 1933.

rurais. (...) Daí, o batismo espontâneo de vias públicas, como rua Formosa, rua dos Mercadores, do Forte, das Belas, da Palha etc.⁵⁴

Em março de 1928, exatos dez dias após a acusação do jornal *Gazeta de Notícias* sobre alguns locais endereçados aos jogos de azar, o jornal *O Povo* publicou os nomes das ruas em que se tinha jogo ilícito em Fortaleza, abrangendo principalmente as ruas centrais, mas também havia jogos em bairros mais afastados e terminou a notícia atestando que “temos jogo por todas bibocas desta cidade abandonada, despolicuada, sitiada.”⁵⁵

Entre os jogos, as resistências populares e o imaginário modernizador, a crítica era direcionada à própria cidade. Palco das distinções e transformações cotidianas, Fortaleza fora apresentada no ritmo que contradizia os signos modernos, oscilando entre padrões e percepções comuns, as experiências diversas foram sintetizadas pelo *O Povo* como completo sítio e as estratégias disciplinares repudiadas diante ineficiente aparato policial e em reputação burlesca, atrasada e erigindo em vista da desconfiança do aludido periódico. Esse tipo de incitação policial presente desde a década de 1920, mas também nas décadas seguintes, proporcionavam a propagação dos bons costumes, por mecanismos de críticas aos serviços policiais e em outros momentos felicitações à vigilância policial. A sensibilidade policial, no entanto, se revelou ao longo do século XX em contínua inconsistência, ou seja, a vigília dos órgãos repressores esteve sujeita mais à conveniência pessoal daqueles que encarnaram o perfil de repressão, do que propriamente o cumprimento de uma legislação. Foi com esse caráter personalista que “Cordeiro Neto [quando Secretário de Segurança], tentava revigorar a severa vigilância, de que se orgulhava a polícia e a sua inflexibilidade como homem ordeiro lhe abriu as portas da carreira política.”⁵⁶

Em 1923, portanto cinco anos antes da queixa sobre a cidade despolicuada, o delegado de polícia Aducto de Alencar Fernandes já criticava

⁵⁴ CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza provincial:** rural e urbana. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. p. 120.

⁵⁵ *O Povo*, Fortaleza, 25 de março de 1928. In: GOMES, Maria Adaiza Lima. **Paixão arraigada no seio da população:** os jogos de azar no cotidiano fortalezense (1900-1930). XIII Encontro Estadual de História do Ceará - Comunidades e Identidades: Histórias para quem?, 2012, Sobral. p. 10.

⁵⁶ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota Jucá. **Fortaleza:** cultura e lazer (1945-1960). IN.: Uma nova história do Ceará/ organização, Simone de Sousa; Adelaide Gonçalves ... [ET al] – 4. ed. rev e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 209.

a falta de policiamento, ou antes, a falta de instrumentos que efetivassem a descriminalização por meio da violência, assim ele afirmara que “para melhor garantia da ordem pública, necessitamos um efetivo de 300 homens, não como os que possuem o Estado, presentemente, porém, armados a cassetete e revólver, com um esquadrão de cavalaria.”⁵⁷ As denúncias contra os jogos de azar foram muito cativadas nos periódicos, revelando a sua forte incidência na cidade de Fortaleza. Contudo, os jogos se alastraram para outras cidades além da capital. Dentro desse quadro social, apareceu uma carta que referente às famílias de Sobral: “queremos salvar os nossos maridos do jogo. Eles, que são operários, estão completamente viciados fazendo-nos passar por melindrosas situações.”⁵⁸

Ainda para além de Fortaleza, em abril de 1933 a Prefeitura do Rio de Janeiro autorizou o funcionamento de Cassinos, ou seja, casas de jogos para a elite, e no fim daquele mês o Cassino Copacabana entrou em funcionamento.⁵⁹ Todavia, no mês anterior, o *Correio do Ceará* reproduziu a reportagem intitulada “A regulamentação do jogo combatida pela imprensa”, do *Correio da Manhã*, periódico da capital federal, em que acusava os políticos do Rio de Janeiro de serem os mais interessados no jogo e que a “regulamentação do jogo é uma ofensa a sociedade brasileira. Invocalo como necessario, nas suas obras, ao ensino e á saúde populares, chega a ser a mais penosa das humilhações. Alarma-se a família.”⁶⁰ Não obstante, entre avanços e retrocessos no que diz respeito as liberações de Cassinos, os jogos de azar populares eram perseguidos pelas autoridades – quase sempre pelos jornais – e não se tinha a percepção de legalizar. Em Janeiro de 1942, a *Gazeta de Notícias*, publicou com a manchete “Jogatina desenfreada em Russas”, uma suposta carta assinada por Manuel de Abreu, morador da cidade de Russas, distante aproximadamente 170 km de Fortaleza, e informava aos leitores do respectivo jornal que

a existência de um grande mal que vem atentando e, de maneira pronunciada, contra os foros de civilização da sociedade local. (...) Quero referir-me á manifestação insidiosa do chamado canero social, a jogatina. (...) Os jogos de azar, por meio de cartas, não só no centro

⁵⁷ CAMPOS, Eduardo. **A memória imperfeita: ideias, fatos e costumes**. Fortaleza: Expressão gráfica e editora LTDA, 1993. p. 75.

⁵⁸ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 05 de fevereiro de 1941.

⁵⁹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 26 de abril de 1933.

⁶⁰ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 14 de março de 1933.

urbano, (onde existe um cassino em miniatura) como em outros pontos, estão assinalando, livre e impunemente, o seu nefasto domínio. Rapazes de boa aparência, pais de família e pessoas imprevidentes estão vendo, a cada instante, gradualmente comprometidos: os seus parques ou mesmo regulares recursos econômicos, nas bancas fatídicas do poker e do relancinho!⁶¹

Disperso pelo tempo e espaço, os jogos subsistiam pelas capitais e também pelas pequenas cidades, se a política de Getúlio Vargas sobre os cassinos era incoerente, pois ficava entre a legalidade e ilegalidade, as práticas populares que eram proibidas desafiavam o ordenamento social. Se os turistas tinham os cassinos e salões dos hotéis do Rio de Janeiro para se divertirem em meio a apostas, os moradores e a circunvizinhança de uma pequena cidade do interior do Ceará, de forma análoga à capital federal, também tinham uma casa aberta a diversões com apostas, talvez até aberta para apostas provenientes de sujeitos comuns.

Muitos jogos sofreram o enalço policial, o bozó (dados), a víspora (bingo), a roda (roleta), o carteadado, a rifa não autorizada etc. Mas nenhum jogo sofreu tanta perseguição por parte das autoridades policiais quanto o jogo do bicho.⁶² Foi a prática de maior evidência quando se observa as campanhas e denúncias nos jornais e as ações em processos crimes quanto a jogatina. Seguramente foi, pelo menos na primeira metade do século XX, o mais importante manejo de jogar exercido pelas classes populares.

Segundo o antropólogo Roberto DaMatta, o interesse dos populares pelo jogo do bicho é que este “é uma das raras instituições nacionais nas quais a teoria corresponde à prática, o pensamento é coerente com a razão, a norma acompanha a realidade social.”⁶³ Ou seja, o jogo do bicho ocorre por um comportamento direto entre o apostador e os donos da aposta, não havendo meios burocráticos ou institucionais a implicar e gerar falácias que não aquela posta no papel, ou antes, na *poule*⁶⁴. Aventurar-se pelos jogos de azar era a

⁶¹ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 07 de janeiro de 1942.

⁶² Sobre o jogo do bicho, ver: ALENCAR, Chico. **Jogo dos Bichos**. São Paulo: Moderna, 1995; ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007; DAMATTA, Roberto. **Águias, burros e borboletas**: um estudo antropológico do jogo do bicho. Rio de Janeiro: Rocco, 1999; MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou, leva!**: o jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890 – 1960). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011; SOARES, S. S. F. **O jogo do bicho**: a saga de um fato social brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

⁶³ DAMATTA, Roberto. **Explorações**: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. P. 168.

⁶⁴ Comprovantes ou notas de apostas.

oportunidade de amenizar as resignações de uma vida simples, e a sorte sendo volumosa com o prêmio, talvez sujeitar-se ao risco da inversão social, desejo bem verificado na fala de Ho Det Men⁶⁵, uma personagem popular no livro *O crime do restaurante chinês*, de Boris Fausto: “Sempre pensava ganhar no [jogo do] bicho, tirar uma sorte grande. Se tirasse, o patrão trabalhava para mim.”⁶⁶

O desejo de ascender financeiramente e aspirar novos ares socialmente, cobiçando inverter a hierarquia até então vivenciada em sociedade, através não do trabalho convencional estabelecido segundo normas da coletividade, mas da suposta igualdade que o universo dos jogos (re)produz, provocou “uma verdadeira caça à boa fortuna. Sobretudo o povão que não sabe a cor do dinheiro e só pode jogar barato, arriscando pouco para ganhar muito.”⁶⁷ Os jornais exaltavam os clubes que permitiam as práticas esportivas que proporcionassem agilidade e desenvolvimento corporal, bem como os divertimentos exibidos e permitidos a alguns sujeitos que detinham condições de financiar e apostar em corridas de cavalo ou roletas de casas sofisticadas.

O jornal *Correio do Ceará*, em setembro de 1930, informou com esmero a premiação realizada no Ceará S. Clube pela competição atlética de natação e diferentes modalidades de atletismo. A entrega dos prêmios contou com a presença da “senhorinha Rachel de Queiroz, talentosa escriptora patrícia” e, por fim, o jornal noticiou a abertura do Jockey Club para o mês de outubro, onde “a directoria desta futura sociedade que está constituída de elementos da nata social fortalezense.”⁶⁸ Dessa forma, os clubes estavam reservados à elite fortalezense ou a “nata social”, enquanto os jogos de azar (principalmente, o jogo do bicho) reservava-se particularmente aos populares. Até os animais estavam sujeitos ao trato diferenciado, pois o Jockey Club adquiriu seis cavalos no Rio de Janeiro com a descrição de serem “puro sangue” e com o objetivo de

allevantamento moral das corridas de cavallos não só irá provocar a affluencia de boas assistências ao prado do Bemfica, como tambem vem influir no melhoramento dos nossos futuros animaes por via dos cruzamentos e através das reproduções.⁶⁹

⁶⁵ Vale a pena dizer que Det Men era imigrante chinês e em São Paulo buscava melhores meios de vida.

⁶⁶ FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 96.

⁶⁷ DAMATTA, Roberto. *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. P. 168.

⁶⁸ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 30 de setembro de 1930.

⁶⁹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 30 de setembro de 1930.

E as reproduções e possíveis boas influências estavam mesmo a delimitar os ingressos nos clubes, após jantar comemorativo em função da construção da nova sede oferecido à radiodifusão e imprensa escrita fortalezense, o jornal *Unitário* difundiu uma nota intitulada “Ideal Club”, em que reafirmava o progresso da cidade simbolizado pelos clubes e estes tem por finalidade e meios de “elevar o ‘standart’ social e esportivo.” E no caso do Ideal Club⁷⁰, era mais uma sociedade recreativa a dotar “Fortaleza de uma organização social de elite que não seja permitido a quem quer que seja alegar a ausência de um club que satisfaça a pretensão dos mais exigentes.”⁷¹

Os frequentadores dos clubes, os associados dos espaços destinados a festas e divertimentos que em outros lugares eram proibidos e reprimidos, em Fortaleza pareciam mesmo ter um acordo tácito com as autoridades policiais. Já vimos que em 1938, o estofador Leopoldo Serra acusou existir uma portaria do Secretario de Polícia e Segurança Pública em a polícia permitia a realização do jogo do bicho. As forças públicas responsáveis pela manutenção das leis não conferiam autorização oficial, apesar de em algumas situações a prática dos jogos de azar não terem sido inibidas.

À vista das incertas certezas dos jogos de azar, a *Gazeta de Notícias* publicou que as campanhas propagadas pelos jornais contrárias aos jogos de azar estavam seriamente prejudicadas, pois o sistema de pagamento ou doação de casas de jogos de azar às instituições de caridade estava sendo amplamente utilizado em defesa dos proprietários de locais ocupados por apostas, e que a priori não faziam parte da sociedade de clubes. Ou seja, talvez a associação feita pelo Leopoldo Serra entre a permissividade de atividades contrárias à lei e a sua experiência cotidiana em notar a ocorrência de jogos pela cidade, o fizesse acreditar que as diversões em geral já estivessem liberadas. Contudo, os jogos praticados por populares eram em geral clandestinos e subjugados como contravenções. Enquanto isso, a *Gazeta de Notícias* revelava conexão estreita entre a certeza de jogos nos clubes e a incerteza da censura, onde chamava a atenção para que as

⁷⁰ Clube fundado em 1932 pela elite burguesa de Fortaleza na Praia de Iracema. Caracterizado arquitetonicamente por possuir sua entrada contrária à praia, pois esta ainda não era valorizada à época.

⁷¹ *Unitário*, Fortaleza, 29 de dezembro de 1939.

diretorias dos clubes dos Diarios e Iracema não permitam que a mesa da rolêta fique colocada, como se acha atualmente, à vista de todas as pessoas que penetram nos salões. Seria conveniente guardar-se um pouco de decôro, evitando, aos olhos dos visitantes estranhos às sociedades, esse espetáculo tão deprimente e vergonhoso. A medida aqui lembrada não traria nenhum prejuizo para os clubes, nem para os jogadores, concorrendo, ao contrario, para colocar as mencionadas associações familiares em melhor posição perante o publico.⁷²

A gênese do espetáculo diversional nos clubes, segundo o próprio jornal *Gazeta de Notícias*, era tolerada e consentida pelas autoridades políticas e policiais. Desse modo, como quem a evitar receios por alimentar hábitos não desejáveis, o periódico sugeriu a artimanha de se jogar escondido, sem a observação pertencente ao público, ou seja, a roleta não poderia ficar às vistas públicas. Porém, visto que dirigiu a mensagem acima para uma elite poderosa, o jornal reconheceu o confronto de interesses em cena e concluiu o texto revelando sua subordinação àqueles clubes, afirmando que “se estamos erradas, perdõem-nos”. As sugestões jornalísticas eram atravessadas pela preocupação em relação às certezas da nata social.

De modo contraditório, os jogos que eram criminalizados segundo as leis federais, eram não apenas admitidos com ressalvas pelo Estado do Ceará, como este recolhia cotas relacionadas aos jogos de azar para reverter em benefícios para a cidade, uma vez que essas arrecadações eram destinadas em infraestrutura, instituições de caridade, serviços públicos de saúde, ensino e segurança.⁷³

O historiador Erick Assis de Araújo, ao analisar balancetes de arrecadação do Ceará em final dos anos 1930 e início de 1940, constatou que “em termos genéricos o Estado arrecadou do jogo em 1938 a quantia de 173:096\$100, em 1939 subiu para 281:386\$700 e em 1940 chegou ao montante de 642:185\$000.”⁷⁴ Os jogos de azar estavam entre as passagens contraditórias da ação legal e as deliberações ilegais, estabelecido entre essas proposições os jogos não cessaram e continuaram a fomentar os cofres públicos, ao passo que se conservava e resistia de ataques e manifestações

⁷² *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 20 de julho de 1935.

⁷³ Sobre essa contribuição aos cofres públicos do Estado do Ceará pelos jogos de azar, ver: ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007. p. 194.

⁷⁴ *Idem*.

contrárias a sua realização. Se os conflitos entre populares e elites existiam, igualmente existiam harmonias veladas e uniformidade na vontade de jogar.

3.3 DIFERENTES LETRAS ENTRE DESARRANJOS COTIDIANOS

Desde a segunda metade do século XIX, a cidade de Fortaleza passava por inúmeras reformas, construções, transformações e processos a desenvolver outros movimentos e acelerações na vida urbana. Projetos que decretaram a modernidade existiram no século XIX e continuam a persistir e existir em tempos hodiernos. Fosse pelo planejamento urbano - ou ainda, à falta deste – ou concentração populacional e administrativa (econômica, jurídica, industrial, comercial, militar etc) representou a excelência de elementos estimulados ou estimuladores à superioridade do espaço urbano, asseado e favorável ao que era compreendido como moderno.

A expansão da cidade de Fortaleza ocorreu armada de concreto, mas também plantada, ordenada e prescrita em papéis; e, já nos anos 1930, por ondas hertzianas. Assim os fortalezenses se fizeram conhecer, e também conheceram os acontecimentos que ocorriam pelo Brasil e mundo. Os jornais impressos em Fortaleza, entre o século XIX e XX, noticiavam e encurtavam as distâncias temporais e espaciais entre as ações ocorridas e sua propagação, registrando assim as mais diversas impressões sobre as imagens e acontecimentos de ordem local, nacional, ou mesmo internacional.

Jornais e revistas captavam as experiências que construía outros mundos e cobriam com tintas “fatos” que radicalizavam lugares, cotidianos, cristalizavam figuras, imaginários e constatavam os choques socialmente versados e doutrinados em mensagens escritas. As subjetividades das experiências urbanas passam pela construção das interpretações segundo as representações manifestadas pela imprensa, onde materializaram e embaralharam algumas atividades diversionais de acordo com a intensidade social e interesse em registrar, ou não, o delineamento de práticas de prazer que fomentaram contendas e polêmicas na construção de práticas aceitas e outras não. As disputas culturais e sociopolíticas, e as tensões relativas aos meios circundantes na capital do Ceará também se estabeleceram nos veículos de informação produzidos e gestados em Fortaleza. Dessa forma,

A atividade de imprensa em Fortaleza foi bem diversificada. Positivistas, maçons, cientificistas, republicanos “de última hora”, intelectuais orgânicos e poetas boêmios, dentre outros, estiveram empenhados nos debates cotidianos sobre as mais variadas formas de governo e projeto sociais que deveriam organizar a experiência da vida em sociedade naquela época.⁷⁵

A vida da imprensa jornalística de Fortaleza é repleta de “causos” e disputas a implementar projetos de contemplação coletiva, ainda que muitas vezes os membros das classes populares não tenham sido convidados a emitir opiniões acerca das ordens estabelecidas. De certa forma, aquela pode ser compreendida como um escalímetro que revelou os privilegiados da sociedade, expondo e impondo as convenções de ordem à coletividade, mobilizando inclusive as atividades de lazer como características de determinados espaços e classes.

Pelos veículos de informação, os fortalezenses souberam, por exemplo, dos inovadores aparelhos domésticos que proporcionavam novas agilidades, das estreias nas salas de cinema, dos alimentos industriais que prometiam serem ricos em nutrientes, do entrelaçamento político que excomungava o comunismo da política nacional, dos crimes que banhavam de sangue o noticiário local, dos abalroamentos que enleavam o trânsito, da descoberta de novos usos para a eletricidade, da escassez de água que há muito assolava os mais pobres, dos bairros que nasciam e, também, das áreas que eram esquecidas pelo poder público.

Os fortalezenses, ou melhor, aqueles que tinham acesso à leitura dos jornais, também eram munidos diariamente com notícias sobre o teatro de operações militares durante a Segunda Guerra Mundial; a agitação de Lampião pelos estados nordestinos; o surgimento e a negligência de leis que quase tudo reprimiam e, ao mesmo tempo, se omitiam em executá-las; os acontecimentos e personagens das festas populares e também de folguedos em clubes; os produtos de saúde testados em inúmeras experiências; a abertura de estabelecimentos comerciais se dedicando a produtos com chancelas internacionais; os automotores mais velozes e as mais diversas campanhas moralizadoras a proibir, dentre outros, a jogatina de azar.

⁷⁵ CARDOSO, Gleudson Passos. **Padaria Espiritual**: biscoito fino e travoso. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. P. 72.

Não obstante, os jornais noticiavam as prescrições jurídicas, políticas e, por vezes, clamavam pela interdição policial. Porém, pelas publicações diárias os fortalezenses também tomavam notas dos resultados dos jogos de azar, então proibidos, mas aceitos e tolerados por parte da população. E a imaginar pelos espaços e difusões nos periódicos, Fortaleza se modernizava e os espaços de diversões seduziam membros de todos os pontos da cidade.

A modernização de Fortaleza proporcionou a construção de novas ruas, mas criou – reforçou – uma sociedade hierárquica (não engessada e com disputas) e com a reafirmação de lugares que proporcionavam práticas aceitas para sujeitos ligados às elites, enquanto outras diversionais concebidas pela camada popular eram representadas pela mídia como aglomerados para a desordem e aperfeiçoamento de vícios.

É singular que em 1932, ainda como viés de política de escolarização em uma cidade em processo de modernização, as estratégias expressadas pelo Governo do Estado do Ceará através da Diretoria da Instrução Pública do Ceará, enquanto medida pedagógica, visava manter o conservadorismo dos interesses das classes dominantes e desestimular o estabelecimento de inovações culturais. Enquanto Fortaleza foi peremptoriamente reinventada por parafernalias que idealizavam o progresso cultural e material, a demanda por ensino aos trabalhadores e seus filhos era traduzido da seguinte forma pela Diretoria responsável pela alfabetização e divulgação do ensino:

No Ceará, evidentemente, temos tido escolas para literatos, em vez de escolas para trabalhadores. Numa terra pobre, como a nossa, a escola só tem servido para aumentar a corte de desempregados que se avolumam, á porta das repartições públicas.⁷⁶

Esse discurso de uma educação prática, voltada para a classe de trabalhadores, não era algo específico da política do Ceará, pois havia também em outras cidades brasileiras, a exemplo de grandes centros como o Rio de Janeiro, Recife e em São Paulo. Para os pobres bastaria uma educação utilitarista, sem maiores esperanças de ascensão social por meio das letras. As autoridades propunham a escola como instituição disciplinadora e de controle sobre a classe de trabalhadores, evitando reduzir a possibilidade de práticas que desembocassem em vícios ou atitudes a prejudicar a produção capital. De

⁷⁶ LIMA, Filgueiras. João Pergunta e o Ceará. **Revisa Educação Nova**, ano I, .n.1, p.6, jan. 1932.

acordo com a historiadora Margareth Rago, tais centros de instrução disciplinar surgidos desde o final do século XIX, em São Paulo, foram modelares ao restante do país durante o século XX, onde

O interesse pela educação dos operários desde a infância reflete a intenção disciplinadora de formar “cidadãos” adaptados que internalizassem a ética puritana do trabalho comportando-se de modo a não ameaçar a ordem social.⁷⁷

Essa preocupação pela educação operária estava carregada de uma ética a favor da imagem moral e social concebida pelas classes dominantes. O controle disciplinar atingiu diferentes áreas e atividades, por exemplo, os centros educacionais, os espaços de trabalho, os centros familiares e as atividades de lazer. Portanto, as estratégias das autoridades políticas e policiais também visaram o controle sobre as diversões, sobretudo as fomentadas pelos populares. “Assim, vagabundos, mendigos, ébrios, jogadores e operários que não operam, isto é, não trabalham, não exercem sua função na ordem estabelecida, são todos pervertidos, perigosos”⁷⁸, ou seja, os padrões conservadores estatais procuravam coibir e encarcerar comportamentos que desarranjassem a imagem da cidade pretensamente moderna e disciplinada.

Se a vida em sociedade passava pelo imaginário da diversão e o medo das tensões do cotidiano, as normas da convivência social também proporcionavam outras regras nas experiências com os jogos. De acordo com os sujeitos envolvidos na prática do jogo, estes foram classificados como de azar ou não, logo, as experiências culturais no contexto diversional urbano resultaram em diferentes leituras – e criações de processos - pela hierarquia social.

3.4 NEM TODO ESCRITO É/ ESTÁ CERTO

Em 1934, a guarda de Fortaleza prendeu por estar perturbando o sossego público o carreteiro Benedicto Bernardo, 22 anos, morador do bairro

⁷⁷ RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – 1980-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 159.

⁷⁸ ACIOLI, Gustavo. **O micróbio do crime: repressão policial à vadiagem e higienismo no Recife (1922-1926)**. In: Os anos 1920: histórias de um tempo. Organizadores: Natália Barros, Antonio Paulo Rezende, Jailson Pereira da Silva. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 44.

popularmente chamado de Otávio Bonfim, limítrofe com o centro. Segundo o *Correio do Ceará*⁷⁹, Benedicto Bernardo ganhava seu sustento transportando cargas em veículos de tração animal, mas no último final de semana de maio 1934, este anunciou aos guardas no momento de sua detenção que carregava em seu bolso algo que não daria a ninguém. O corpo de vigilância acreditando que encontraria uma espécie de arma escondida se deparou com um escrito de samba famoso gravado em ano anterior. A canção de 1933, autoria de Alcebíades Barcelos e Valfrido Silva, tendo a letra transcrita pelo jornal, dizia em sua primeira estrofe que “Se o samba morrer meu Deus, meu Deus!/ Sei que vou sofrer/ As cabrochas vão se lastimar/ A cidade em peso vai chorar.”

Como tantos outros indiciados pelas mesmas razões, Benedicto Bernardo depreciava da assistência pública apregoada pelo *Correio do Ceará* em fevereiro de 1934, quando o periódico disseminava ao “interesse geral do povo de Fortaleza”, que

É preciso trabalhar, para que os nervos funcionem bem: órgão inactivo atrophia-se, aniquilla-se, desaparece. (...) Cumpre que a cada 2/3 de trabalho succeda 1/3 de repouso. No dia de 24 horas, o homem pode trabalhar 16 horas, desde que durma 8 horas (...) Os princípios da hygiene moral confundem-se com o culto da virtude. Virtude! (...) Ser virtuoso não é respeitar apenas os mandamentos da lei de Deus e os artigos do Codigo Penal dos homens. É ainda ser tolerante para com os outros, e não ter ambições dentro de si mesmo.⁸⁰

Equiparando a divindade com as leis terrestres, o jornal *Correio do Ceará* procurou expor a fragilidade dos homens diante destas duas categorias e tinha por ideia infundir o ânimo do trabalho e descanso, cujos benefícios se repercutiriam numa moralidade administrativa e sem ensejo para fraturar o ordenamento social. O trabalho deveria esgotar os esforços de homens e mulheres comuns e com essa extenuação não haveria tempo para divertimentos e oportunidades a consumir dinheiro e o tempo livre do trabalhador.

Porém, a cadência do cotidiano não era tão filarmônica como desejavam as ciências e os moralistas de plantão. Tanto que havia um samba muito afamado chamado “Pelo telefone”, de autoria e composição polêmica, mas

⁷⁹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 29 de maio de 1934.

⁸⁰ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 27 de fevereiro de 1934.

registrada como sendo de Donga⁸¹, de 1916, que já demonstra a captação e a argúcia popular em fazer escárnio com a autoridade policial e de fisco. Porém, para se evitar problemas com as autoridades, fez-se necessário fomentar uma versão popular⁸² daquela letra que já abria inteiramente a cumplicidade e tolerância das autoridades da máquina pública com os contraventores. Gilberto Gil, na música “Pela internet”, de 1997, fez uma paródia da canção “Pelo telefone” e demonstrou as rupturas nos hábitos de se obter e transmitir informações na construção coletiva; porém, nota-se na letra uma permanência no hábito de jogar, ao modo de suas respectivas épocas.

Os centros urbanos foram dotados com novos modos de diversão, mudanças acompanhadas por novos meios de comunicação, avenidas alargadas e muitas influências culturais a ferver no cotidiano da população. A valorização moral e a difusão dos jogos de azar também passavam pelas músicas. Logo que em 1935, Noel Rosa, em canção intitulada “Conversa de botequim”, entoava a malandragem numa proposição de ordem e contraordem, a saber, que a existência da malandrice ou o jogo de acepção popular dependia de negociações entre os ordenamentos sociais postos em cena, cantou alguns versos que diziam:

Telefone ao menos uma vez/ Para 344333/ E ordene ao Seu Osório/
Que me mande um guarda-chuva/ Aqui pro nosso escritório/ Seu
garçom me empresta algum dinheiro/ Que eu deixe o meu com o
bicheiro,/ Vá dizer ao seu gerente/ Que dependure essa despesa/ No
cabide ali em frente. (Noel Rosa, 1935, “Conversa de botequim”)

O telefone na versão de Noel Rosa, em trecho da canção acima, não fora utilizado pelas forças públicas como instrumento de coação, e sim, pelo

⁸¹ Ernesto Joaquim Maria dos Santos. Músico e compositor brasileiro da primeira metade do século XX.

⁸² “O chefe da polícia / Pelo telefone / Mandou avisar / Que na Carioca / Tem uma roleta / Para se jogar / Ai, ai, ai / O chefe gosta da roleta, / Ô maninha / Ai, ai, ai / Ninguém mais fica forreta / É maninha. / Chefe Aureliano, / Sinhô, Sinhô, / É bom menino, / Sinhô, Sinhô, / Prá se jogar, / Sinhô, Sinhô, / De todo o jeito, / Sinhô, Sinhô, / O bacará / Sinhô, Sinhô, / O pinguelim, / Sinhô, Sinhô, / Tudo é assim” Sobre a canção *Pelo telefone*, ver: ANJOS, F. W. **Ramos Cotoco e seus “Cantares Bohêmios”**: trajetórias (re)compostas em verso e voz (1888-1916). Dissertação (Mestrado em História e Culturas) – Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil, 2009; MONTEIRO, B. M. **Sinhô**: a poesia do Rei do samba. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil, 2010; NAPOLITANO, Marcos; WASSERMAN, Maria Clara. **Desde que o samba é samba**: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. *Ver. Bra. His.* [online]. São Paulo, v.20, n.39, p. 167-189, 2000. Acesso em 07 de março de 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882000000100007>; REIS, Letícia Vidor de Sousa. **A aquarela do Brasil**: reflexões preliminares sobre a construção nacional do samba e da capoeira. *Cadernos de Campo*. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Antropologia, USP, SP, v. 3, 1993.

insolente freguês que dá ordens e que revela o indício de sua não condição de pagar a conta, pois o seu dinheiro foi destinado – e perdido – no jogo do bicho. Cantando o trabalho formal Ataulfo Alves e Felisberto Martins utilizaram os sons musicais em “É negócio casar”, em 1941, para concluir a inteira certeza da disciplina familiar e valorização do trabalho em contraposição ao malandro – que dispensara seus ganhos no jogo, como entoadado por Noel Rosa, em versos como “Não sou mais aquele/ Que entrava em casa alta madrugada/ Faça o que eu fiz/ Porque a vida é do trabalhador.” A dívida versada por Noel Rosa no botequim, causada pela perda no jogo, o seu desenlace estava atrelada também ao jogo, pois “Eu devo, não quero negar, mas te pagarei quando puder/ Se o jogo permitir, se a polícia consentir e se Deus quiser.” (Noel Rosa, 1930, “Malandro medroso”)

Antes de Roberto DaMatta afirmar que o jogo do bicho é uma instituição nacional, o periódico *Correio do Ceará* em 1930 já dissera o mesmo. Este relatou evento ocorrido em São Paulo segundo uma publicação paulista, infelizmente não sabemos que periódico era este. O noticiário tratou sobre um ato de violência ocorrido na Rua 11 de Agosto, na Sé, zona central de São Paulo. A ocorrência, segundo o jornal, dizia que um menor de idade ganhou 3.900\$ no jogo do bicho, mas a casa “Predilecta”, responsável pelo jogo, se recusou a pagar ao alegar que a aposta não fora registrada. E isso teria acontecido por má-fé de um funcionário. Populares teriam se revoltado com o incidente e depredaram a loja, esta ficava diante o Palácio da Justiça e a cólera popular teria sido apenas observada pelos policiais. Diante as “scenas pittorescas”, um policial teria afirmado: “nós não temos nada que intervir. O jogo do bicho é proibido. Se a polícia interviesse era para prender o banqueiro e o jogador.” Assim, como a polícia apenas se deleitava com o panorama visto e pouco se importou, “um quarto de hora depois não restava mais nada intacto [e a] taboleta [instrumento utilizado para prover os resultados do jogo] foi deslocada e atirada á rua.” A conclusão do *Correio do Ceará* sobre a aludida matéria paulista foi:

Instituição nacional, o jogo do bicho é capaz de levar o povo a verdadeiros actos de heroísmo, confraternizando-se populares e polícia, todo o mundo, na mesma reacção. Poucas, pouquíssimas, as outras instituições capazes de levar o povo a tanto...⁸³

⁸³ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 11 de novembro de 1930.

Se em São Paulo, nessa ocasião, a polícia apenas acompanhou o desfecho sem atuar efetivamente, no Rio de Janeiro a polícia em dezembro de 1930 reiterava as restrições ao famoso jogo que já possuía status de “instituição nacional.” O *Correio do Ceará* assim reforçou “a campanha contra o jogo” na capital federal:

Continua intensa a campanha da policia contra o jogo do bicho. Hoje foram dadas rigorosas batidas nas casas do jogo sendo apreendidos apetrechos de jogatina e dinheiro e effectuadas numerosas prisões. O chefe de policia recomendou aos delegados districtaes agissem com a maior serenidade possível mas com energia e actividade que se fazem precisas.⁸⁴

Em Fortaleza, mais precisamente no “coração da cidade”, a polícia sob o comando do delegado Faustino Nascimento, fechou em 30 de dezembro de 1930 a casa de jogos “Cycle Ball”. O jornal *A Razão* classificou o estabelecimento localizado à Praça do Ferreira como “templo erguido não á virtude, porém ao vício, ao jogo, essa lepra da alma”. A nova modalidade esportiva trazida da Europa envolvendo bola e bicicleta em Fortaleza pareceu constituir sociedade com outras modalidades diversionais desejadas pelos fortalezenses, mas não pelas autoridades e redatores de jornais. *A Razão* continuou a matéria:

Um templo à jogatina, sob a capa de divertimento innocente para engabelar os incautos. Verdadeira pílula dourada. (...) Viam-se ali innumerous rapazes inexperientes. Muitos delles ganhando pequenos ordenados no commercio, expostos às terríveis consequências do jogo que é sempre pernicioso à sociedade em graus diferentes. (...) O jogo do bicho é uma instituição brasileira: não há quem o acabe; é como capim de burro. Quando muito se poderá regularisa-lo, e é o que realmente se deve fazer, pois o jogo do bicho está na massa do sangue.⁸⁵

Um dos locais em que as oportunidades ao bicho aconteciam, segundo o jornal *A Razão*, contrariava com a desenvoltura da praça. O “Cycle Ball” era subterfúgio para a deterioração pública por meio da artimanha de se dourar a pílula, ou seja, mascarar o real funcionamento e consolidar a pobreza dos populares.

Assim, as cidades eram constituídas por diferentes composições, e as músicas transitavam por desavindos ritmos, a comunicar experiências e

⁸⁴ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 03 de dezembro de 1930.

⁸⁵ *A Razão*, Fortaleza, 03 de janeiro de 1931.

propósitos marcados no incorrigível discurso do cotidiano. O samba não morreu, mas o surgimento e aperfeiçoamento de novos instrumentos tecnológicos que faziam prosperar as investidas de um tempo que aspirava a modernização e o que era novo presenciaram também as inovações e reutilizações de máquinas em campos ilícitos.

Por conseguinte, o jornal *Correio do Ceará*, em coluna “Chronica da cidade”, expressou admiração e perplexidade ao constatar que a polícia apreendeu máquina eletrônica a serviço de jogos de azar. No último sábado de maio de 1932, a polícia confiscou em pontos de jogos “fixas, baralhos e até uma machina de caçar nickeis.” O jornal foi à delegacia verificar a existência de tal mecanismo autômato e constatou que “talvez se não fosse muito caro muita gente em Fortaleza, certamente possuiria [a máquina de caçar níquel].” Na bilateralidade do inesperado e a apreensão como recompensa da atividade policial, o jornal incitou os seus leitores a procurarem a delegacia e convencerem-se daquele “objecto interessante que não nega fogo e zás traz, venha para o bolso e vá buscar mais.”⁸⁶ Os jogos eram diversões, mas seus objetos poderiam servir também de entretenimento proporcionado à visita na delegacia em deleite ao se deixar levar pela sensualidade e relampear de um aparelho a persuadir o ganho monetário de forma rápida e fantasiosa.

A questão da adesão ao fascínio das máquinas não se restringia àquelas ligadas aos jogos e ao aparelhamento moderno da cidade, pois em 1934 circulou em Fortaleza uma dupla que estava a vender máquinas que muito furor causou em quem travou contato com a mesma. O delírio de certos fortalezenses se dava por conta da apresentação de máquinas de fazer dinheiro, aparelhos que a priori “fabricavam notas perfeitas de 100, 50, 20 e 10 mil réis”. O *Correio do Ceará* descreveu a manobra da seguinte forma:

[A pessoa interessada na compra] via entrar papel na machina e do outro lado sahir uma perfeita cédula da Republica dos Estados Unidos do Brasil. O freguez aprendia a manejar o negocio, comprava a machina e dava ainda um dinheirão por um papel especial. Chegando em casa, ansioso pelas pelegas, cortava o papel e ao dar a segunda rodada na manivela, o negocio incendiava.⁸⁷

⁸⁶ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 02 de junho de 1932.

⁸⁷ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 09 de janeiro de 1934.

A polícia conseguiu prender os indivíduos que estavam a comercializar a tão sonhada máquina e confiscou alguns exemplares, expondo para quem quisesse ver na delegacia o mecanismo de promessa extraordinária.

A entrada de formas modernas de atender aos jogadores foi o prelúdio para outras estratégias na execução de jogos. Tradicionalmente o jogo do bicho, por exemplo, era extraído pela combinação de números verificados em loterias oficiais, advindos de outros estados ou por meio de uma espécie de roleta que misturava bichos e números e era executada de forma manual. O espaço público estava a se modernizar, o jogo do bicho a confluir o imaginário do animal estimado e a racionalização dos algarismos matemáticos, “desafiou simbolicamente a impossibilidade do mundo da ciência conviver com o mundo da superstição.”⁸⁸ Nesse sentido, o jogo do bicho percorria junto com outras possibilidades de diversão ao tentar a sorte, mas detinha a peculiaridade da paixão e razão no comércio do jogos.⁸⁹

Os banqueiros de Fortaleza em busca de acompanhar a modernização e aumentarem seus lucros, admitiram em meados da década de 1930 uma máquina elétrica no ato de extrair o resultado do bicho. Porém, em 29 de maio de 1934, aconteceu uma confusão com relação ao sorteio realizado na casa de jogo localizada à Rua 24 de Maio, número 926, centro de Fortaleza. O prêmio máximo no jogo do bicho era dado para quem acertasse a milhar seca, ou seja, acertasse os quatro números no primeiro sorteio. O sorteio teve como resultado os números 7796, veado, mas devido à quantidade de apostas nesse milhar, os banqueiros se recusaram a pagar os premiados e alegaram ter ocorrido manipulação pelo responsável da casa. Na manhã seguinte, o responsável pela realização do jogo convidou os jornais *A Rua* e *Correio do Ceará* para indicarem “um perito, a fim de dizer a honestidade do processo da extracção.”⁹⁰

⁸⁸ MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou, leva!:** o jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890 – 1960). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 94.

⁸⁹ O futebol também estava inserido no universo das apostas e da paixão, ainda que não na mesma proporção que o bicho. Nesta pesquisa só encontrei uma nota de jornal que falava sobre a relação de apostadores e futebol, a *Gazeta de Notícias*, de 24 de março de 1942, dizia que: “Não gostamos de falar sobre os apostadores [esportivos, pois os do jogo do bicho por vezes eram criticados duramente]. Dominados pelas suas paixões, eles são entes que experimentam a sua própria desgraça, toda vez que são mal sucedidos os seus cálculos. (...) As coisas, porém, nestes dias angustiosos, não vão bem para o lado dos apostadores esportivos. Apesar da grande experiência de muitos deles, a celeuma estabeleceu-se nos seus arraias. Não acertam. Estão de azar”. O que denota que a prática apesar de pouco noticiada, talvez ocorresse numa frequência e volume maior que o explicitado nesta pesquisa

⁹⁰ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 30 de maio de 1934.

Com a modernização dos jogos não eram apenas os jogadores que estavam sujeitos aos vícios, mas as máquinas estavam suscetíveis a perverter-se e repetir o estágio de vício.

No intuito de suprimir as desconfianças e restabelecer a honradez com seus clientes na qual o jogo do bicho estava pautado, sem delongas “Um amante da justiça”, certamente o dono ou proprietário da casa de jogo responsável pela confusão envolvendo o milhar 7796, escreveu para os jornais *A Rua, Correio do Ceará e Gazeta de Notícias* e tornar claro “O caso do milhar 7796”:

Porque grande seja o numero de cambistas que tiram a subsistência, e de suas famílias, desse jogo, os banqueiros acertaram, de algum tempo para cá, de, nos outros dias [que não ocorrer a Loteria Federal], exceptuados os domingos e feriados, fazer correr o bicho localmente, em uma machina apropriada, que é accionada por energia electrica, parando tambem electricamente, o que exclue a hypothese de qualquer tramoia, ou, pelo menos, de ser facil tal se conseguir, obtendo se determinado numero.⁹¹

O que estava em destaque era a credibilidade do jogo do bicho, assegurada desde o seu princípio pela comercialização direta entre o cambista, ou seja, aquele que vendia e fazia a ponte entre o banqueiro (dono do jogo, o que paga o prêmio) e o jogador. O jogo do bicho se estendeu nacionalmente pela sua simplicidade e originalidade em ser realizado e efetivado. Ainda que os praticantes desse jogo fossem conhecidos pelas mirabolantes percepções postas em uso no momento de realizarem suas apostas.⁹² Os próprios jornais que, na maior parte das vezes, estavam a execrar esse jogo, por vezes sugeriam aos seus leitores que apostassem neste ou naquele número de acordo com situações corriqueiras. Logo a placa de um veículo envolvido em acidente ou o número de um guarda serviriam como palpite para o jogo. Por exemplo, em março de 1934 o carreteiro nº 278 foi preso pela guarda cívica e o *Correio do Ceará* não perdeu a oportunidade de constituir fé no jogo: “registrando o facto, esperamos, porém, que o 278 nos sirva como palpite para o bicho de hoje.”⁹³

⁹¹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 01 de junho de 1934.

⁹² Sobre as capacidades criativas e símbolos que traduzissem na escolha de bichos a serem jogados, ver: SOARES, S. S. F. **O jogo do bicho: a saga de um fato social brasileiro**. Rio de Janeiro: Bentrard Brasil, 1993.

⁹³ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 09 de março de 1934.

A Loteria Federal ocorria nos dias de quarta-feira e sábado, dias que não deveria ocorrer o jogo do bicho possivelmente por um acordo indistinto no mercado de jogos, tal qual a quase sempre tolerância policial com o bicho. O responsável pelo “caso do milhar 7796” continuou a requerer com a inserção da eletricidade no jogo a boa-fé e a escrita recrutava qualquer interessado para analisar o cujo aparelho, onde “quem quer que examine, com atenção e minuciosamente, esse aparelho electrico, e o movimento, fica certo, desde logo, de ser isso apenas impossível, senão difficilimo de ser demonstrada qualquer falcatrua.”

Os jornais *A Rua* e o *Correio do Ceará* enviaram representantes para validarem o funcionamento da máquina elétrica e “concluíram pela impossibilidade de qualquer alteração.” Todavia, na busca de afastar peremptoriamente as hipóteses de ganhos indevidos, o mencionado “amante da Justiça” afirmou que “as futuras extrações, a fim de ser evitada qualquer duvida, serão feitas sob a direcção de pessoas outras, de conhecida probidade e de estreitas relações com o publico interessado.”⁹⁴ O controle do tempo na realização do resultado do bicho estava sujeito agora à economia da eletricidade, tempo da máquina e não mais da força ou movimento humano. Este passou a ser apenas espectador ao acompanhar a cadeia de pulsos causada pela frequência eletrônica.

Durante as décadas de 1930 e 1940 a polícia fiscalizou com certas incertezas os jogos de azar, sobretudo o jogo do bicho. Às vezes censurava com mais veemência, em outros momentos afrouxava a vigilância e a imprensa fortalezense seguia essa mesma linha de ambiguidade, “a repressão ocorria quando a contravenção ultrapassava determinados limites, nesses momentos a imprensa, insistia nas denúncias.”⁹⁵ As leis eram incoerentes e a incerta certeza é que estas não admitiam o jogo do bicho, apesar desse ocorrer sem a menor dúvida com a condescendência das autoridades e escritos jornalísticos.

Em 28 de novembro de 1930 o cambista Justiniano Saraiva foi preso vendendo jogo do bicho no Café Caixeiral, Praça Capistrano de Abreu, centro de Fortaleza. Em seu poder estava à quantia de 18\$400 réis e a caderneta do

⁹⁴ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 01 de junho de 1934.

⁹⁵ ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007. p. 192.

jogo. Justiniano foi condenado “à pena mínima de dois meses e quinhentos mil réis (500\$000).”⁹⁶ Em 16 de dezembro de 1931, à Praça do Ferreira, Cláudio Ramalho e Manuel Moreira foram presos também vendendo *poules* do jogo do bicho. Porém, estes lograram mais êxito que o cambista da Praça Capistrano de Abreu, pois tiveram as ações punitivas prescritas e o arquivamento do processo.⁹⁷

O ano de 1931 não foi dos mais fáceis para Cláudio Ramalho, pois além da detenção acima, o mesmo foi preso em 23 de janeiro do corrente ano. Apreendido na Praça do Ferreira, como da segunda vez, em parceria com Walter Lima, estavam com 60 cadernetas do bicho e a importância de 26\$800. Nessa apreensão, o sargento da Guarda Cívica José Victoriano Pereira surpreendeu o apostador Octacilio de Freitas, “quando, em um café, escrevia uma nota de jogo do bicho, este declarou ir fazê-lo em alludida agencia, onde sabia ser vendido mencionado jogo”⁹⁸. Dessa forma, o sargento apenas acompanhou o jogador e conduziu todos os envolvidos à delegacia, chefiada pelo delegado Faustino Nascimento. Dessa vez esses se beneficiaram da fiança paga por um comerciante da Rua 24 de Maio, centro, identificado como Bernardo de Castro Jucá. Cláudio Ramalho e Walter Lima alegaram estarem as cadernetas do bicho em branco, o que não caracterizaria crime algum. Nos autos, o guarda cívico Luis Gomes de França, um dos responsáveis pela vigilância na Praça do Ferreira, atestou “que sabe por ouvir dizer que os denunciados foram encontrados vendendo jogo do bicho e que conhece a casa Chantecler à Praça do Ferreira onde nunca viu vender jogo do bicho”.⁹⁹ Ao fim do processo os réus foram absolvidos, por falta de provas, e no fim de 1931, Cláudio Ramalho¹⁰⁰ voltou a ser preso sob a mesma alegação e na mesma praça.

A face dos dois processos envolvendo o mesmo réu demonstra a fragilidade das leis, um servir-se de guardas que conhecem “por ouvir”, e

⁹⁶ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 02, N° do Processo: 1931/16.

⁹⁷ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 02, N° do Processo: 1932/02.

⁹⁸ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 02, N° do Processo: 1931/13.

⁹⁹ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Subsérie: Contravenções, Caixa: 02, N° do Processo: 1931/13. p. 8.

¹⁰⁰ No Auto de Qualificação disse ter 21 anos, solteiro, negociante (auxiliar de comércio) e alfabetizado.

merece atenção o fato desses auxiliares de comércio (como geralmente os vendedores de jogo do bicho se identificavam quando flagrados vendendo as cartelas dentro ou próximo de algum estabelecimento comercial) ser acudidos e terem as fianças pagas por comerciantes estabelecidos em ruas do centro conhecidas pelo apelo do mercado popular, sobretudo entre Passeio Público, Praça da Estação, Cemitério São João Batista e Praça do Ferreira.

A *Gazeta de Notícias* com a intenção de alertar as autoridades policiais sobre jogatina em plena Praça do Ferreira, em clima de repressão, publicou a carta de “um leitor constante” que por meio de uma imprensa estruturada e influenciada por cunho político se manifestou com aspereza sobre atividades culturais promovidas pelos mais pobres. Desse modo, a carta intitulada de “Jogo de Azar na Praça do Ferreira?”, era mais uma expressão para o

Conhecimento e necessarias providencias do exmo. Sr. Dr. Secretario de Policia e Segurança Publica, o ilustre capitão Cordeiro Neto, denuncio a esse prestigioso órgão da imprensa o jogo de azar que existe na Praça do Ferreira. Como já deve saber v. s. há muitos dias foram instaladas 3 casas de jogos de azar, no ponto mais central desta cidade: a Praça do Ferreira, em flagrante desrespeito à lei federal e às autoridades policiais que, por certo, ignoram o que na verdade se passa. (...) Ali se joga toda espécie de coisa proibida de 3 horas da tarde até alta madrugada.¹⁰¹

A atividade repressora contra os jogos era de sobremaneira incentivada e organizada pelos jornais, havia as leis federais que regulamentavam a situação dos jogos, mas o que parecia realmente estimular a polícia a fazer algo contra essas práticas eram os jornais. E essa interferência se fazia acontecer quando do extrapolamento dos envolvidos com os jogos proibidos, ou ainda por meio de denúncia da expansão desses jogos num espaço garantido, ou antes, pretendido aos bons valores morais e, ainda, como expressão da imprensa em promover matérias de representatividade pública em encontro a algum político ou exercício de função. Na certa, a polícia “ignorava o que na verdade se passava” não porque alguns de seus guardas não soubessem da atividade em questão, afinal, a jogatina ali ocorria, segundo a denúncia, de forma permanente e em tempo integral. Porém, a abordagem a questões de jogos, ainda que estas estivessem sob penal federal, era articulada e reprimida segundo os interesses em voga. Por isso, o “leitor

¹⁰¹ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 26 de maio de 1940.

constante” da matéria acima concluiu a delação “esperando imediatas e salvadoras providencias ao exmo. Capitão Cordeiro Neto, autoridade que sei não compactuar com semelhantes imoralidades”.¹⁰²

O Estado em todos os âmbitos explorava os jogos de azar, cobrando inclusive rendas que custeassem serviços básicos, mas em 1944 o Estado Novo Vargas estabeleceu novas diretrizes administrativas e repressivas desguarnecendo de certa maneira a tolerância com o jogo. O *Correio do Ceará* anunciou em letras garrafais o “Novo decreto lei do presidente Vargas contra o jogo do bicho”, estabelecendo novas medidas a punir os envolvidos com o jogo do bicho: “6 meses a 1 ano de prisão e multa de 50 a 1000 cruzeiros para os banqueiros ou vendedores, e 30 a 40 dias e multas de 200 a 500 cruzeiros para o comprador.”¹⁰³ Paulatinamente os jogos de azar estavam envoltos por uma sanção penal mais rígida, porém, em Fortaleza, a repreensão dependia mais de uma coordenação de indivíduos a proporcionar argumentos favoráveis contra a atuação de cambistas e jogadores. As autoridades policiais às vezes eram mais rígidas no cumprimento das leis e em outros momentos ignoravam o que os escritos da lei consideravam como danoso ao coletivo.

Na primeira página do jornal *Gazeta de Notícias*, difundido no domingo, 03 de fevereiro de 1946, os seus leitores se depararam com o anúncio de um automóvel Chevrolet-1942 à venda, e mais em destaque estava a mensagem que comunicava a chegada de novos chapéus à loja Gavel e a ilustração da companhia de cigarros Souza Cruz, a promover os cigarros Azas. Contudo, o jornal que estava à venda por \$0,40, metade disso se poderia jogar no bicho, divulgou com a manchete de “Verdadeira deshumanidade a extinção do ‘jogo do bicho’, mil pessoas sem pão.” Reagindo aos decretos e atos que vinham cerceando o jogo, alguém que se identificou como sendo José Peixe Alves, escreveu para a *Gazeta de Notícias*:

O ato que extingue o ‘jogo do bicho’ entre nós é sobremodo injutsto, para não dizer deshumano. A Loteria do pobre, dos jogos, é o menos prejudicial que há. O ‘ponteiro’ faz a sua FESINHA e retira-se para o trabalho sem perda de tempo. É o contrario, pois, da roleta, do meia-meia, do campista, do bacarat, do poker, etc. (...) Acresce notar ainda que vivem do ‘jogo do bicho’ em Fortaleza, cerca de duas mil famílias que representam no mínimo dez mil pessoas. Com a proibição da policia o jogo passará a funcionar ás quartas e sábados. Isto porque nunca houve uma autoridade no Brasil, faz cerca de cem anos, que

¹⁰² Idem.

¹⁰³ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 11 de fevereiro de 1944.

extinguisse o jogo, cujo invento, é do Barão de Drummond. (...) Só há um meio de extinguir o 'jogo do bicho': é com o desaparecimento da Loteria Federal. E esta providencia não é possível visto como é tratada com o governo federal por setenta e cinco milhões de cruzeiros anualmente. Outro dano que causa a injusta providencia: os meninos de Pitaguari, instituição criada pelo notável Carneiro de Mendonça, irão entrar no regime de privação. Não há motivo, pois, para regosijo. E sim de tristeza.¹⁰⁴

Na tabela do jogo do bicho não há peixe, mas José Peixe estava interessado em manter a escrita do jogo. A carta era um posicionamento contrário às diligências ocorridas em Fortaleza com o intuito de realizar o ordenamento social e combate à vadiagem, medidas correspondentes às normas do Estado Novo. Antes que o descompasso da repressão acertasse em medidas a eliminar o jogo do bicho, era preciso lembrar a quantidade de pessoas que dependiam do jogo. A mesma medida se verificou em Recife no ano de 1933, quando o *Correio do Ceará* veiculou a notícia recebida por via postal do *Diário da Tarde*, informando que “a extinção do chamado ‘jogo do bicho’, vae deixar sem ocupação um numero superior a 20 mil pessoas, restringindo ainda mais a circulação do dinheiro.”¹⁰⁵ Como as matérias anunciam, a presença de populares no jogo do bicho era marcante.

Como a polícia estava mais sensível em debandar o jogo, seria de esperar que as ferramentas imbuídas da jogatina caíssem mais vezes em mãos repressoras e deflagrassem o funcionamento da extração do bicho. Portanto, para evitar que roletas, tabuletas e máquinas eletrônicas fossem apreendidas, os sorteios dos resultados seriam novamente obtidos a partir das dezenas da loteria oficial, por isso, os jogos de azar estariam em comunhão ilícita mais uma vez com a Loteria Federal.

Destarte, por mais repressora que as autoridades conseguissem ser, o jogo do bicho para acontecer sequer precisaria de um prédio e ferramentas próprias para a sua realização. Além do mais, com a repressão vigente, as doações e tariffações para a criação do ex-interventor federal no Ceará Carneiro de Mendonça¹⁰⁶, a escola para menores que haviam cometido delitos

¹⁰⁴ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 03 de fevereiro de 1946.

¹⁰⁵ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 16 de janeiro de 1933.

¹⁰⁶ Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça foi interventor federal no Ceará entre 1931 e 1934. O internato agrícola Santo Antônio do Pitiguari, onde hoje se localiza o município de Maracanaú, área metropolitana de Fortaleza,

e existia ligada à polícia do Estado, estavam suprimidas das receitas do Estado do Ceará.

O Secretário de Polícia, em meados dos anos 1930, era o capitão Cordeiro Neto¹⁰⁷, este tinha como objetivo capturar “os malandros, vagabundos e gatunos colhidos pela rêde de polícia, estendida em toda a cidade e seus arrabaldes, deixarão de ficar detidos em xadrez, passando a ser empregados nos serviços de construções públicas.”¹⁰⁸

Em 1946 o Secretário de Polícia era Oscar Pires de Castro, estava a manter áspera diligência contra os jogos¹⁰⁹, mas parece que nem todos os seus subordinados e colegas de fardas pensavam do mesmo jeito sobre o cuidado com os jogos. A *Gazeta de Notícias*¹¹⁰ denunciou que o referido Secretário nomeou um subdelegado para o município de Guaiuba, cerca de 30km de Fortaleza, mas este recém-nomeado foi assediado pelo delegado seu chefe imediato “com uma propina de cem cruzeiros”, para que o jogo continuasse sem ser perturbado pelas autoridades. Ainda de acordo com a matéria o dono do jogo era o próprio delegado e que acabou por afastar o subdelegado, tal fato mereceu a denúncia pela designação de “proibiu o jogo e foi demitido”, mas talvez o mais apropriado fosse: não aceitou a tolerância policial com a sintonia popular e foi afastado.

Aqueles que representavam as instituições favorecidas por poderes, por vezes se apresentavam em diferentes formas, inclusive negociando e contribuindo com práticas populares consideradas viciantes e irregulares. Destarte, não eram apenas os populares que arquitetavam formas de burlarem as normas. E foi à procura de relativizar as intervenções policiais que novamente escreveram para a *Gazeta de Notícias*, dessa vez o autor do escrito se manifestou apenas como “Um leitor”, mas o objetivo pretendido era muito semelhante, para não dizer igual, do escrito divulgado pelo mesmo periódico dois meses antes e assinado por José Peixe Alves. Logo, sob o rótulo de “O

¹⁰⁷ Manuel Cordeiro Neto foi prefeito de Fortaleza entre 1959 e 1963. Desde os tempos de Secretário de Polícia, 1935 a 1941, ficou conhecido por providências extremas contra mendigos e forasteiros.

¹⁰⁸ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 30 de setembro de 1930.

¹⁰⁹ Oscar Pires de Castro designou José Carlos de Alencar, em maio de 1946, como delegado da Ordem Política e Social e o instituiu encarregado de dirigir o serviço de repreensão ao jogo em Fortaleza. Sobre atuação imediata de ambos contra os jogos, ver: *Unitário*, Fortaleza, 01 de junho de 1946; *ibidem*, 18 de junho de 1946; *ibidem*, 30 de agosto de 1946.

¹¹⁰ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 02 de abril de 1946.

jogo do bicho instituição nacional”, e ao lado de uma convocação católica para a preparação da Semana Santa, o jornal reproduziu a carta:

Já temos dito e hoje repetimos que o jogo do bicho é um dos que menos prejuízo traz à coletividade. Isto poque quem faz a sua FEZINHA, desde o tostão aos cem cruzeiros, não perde tempo, não desvia a atenção dos negócios não entra em conflito com os parceiros, não gasta mais do que deseja. Ademais é um jogo serio, que uma ‘poule’ tem mais validade do que uma promissora avalisada. Considere-se ainda o beneficio que presta a dois mil pais de família que representam dez mil pessoas mantidas a custa da loteria dos pobres. O imposto que orça em cento e muitos milhares de cruzeiros serve para amenizar anualmente o sofrimento de milhares e milhares de pessoas carecidas de assistências.¹¹¹

Os argumentos de escapar à regra e a condição das palavras são deveras semelhantes ao texto de José Peixe Alves. De modo que inclusive a ordem das ideias e as palavras escolhidas deixam pouca margem para não se acreditar que um indivíduo apenas ou o mesmo grupo não tenha criado ambos os textos. Como na década passada, o bicho fora novamente designado de instituição nacional, e em busca de indicar a sua existência pelo país afora, o texto prosseguiu:

Outra particularidade: em Pernambuco o jogo é franco, semioficializado. O mesmo sucede na Bahia. Verifica-se a mesma coisa em Minas Gerais. E estes Estados, decerto cheios de possibilidades financeiras, precisam menos do imposto do jogo que o nosso paupérrimo Ceará.¹¹²

Nas forças políticas e econômicas a influenciar e captar recursos públicos, era comum pelo menos desde o século XIX as autoridades do Ceará, quiçá do Nordeste, adotarem o discurso de serem estados debilitados, combalidos pelas secas e necessitados de reparações advindos de outros estados, principalmente do governo federal. Intenção análoga teve o autor a destinar a sorte do jogo no cenário nacional, onde o “paupérrimo Ceará”, ou antes, suas conservadoras elites locais não podiam envaidecer e excluir o bicho que teimava em se proliferar. Então, o último parágrafo da carta é um claro aviso e provocação aos serviços repressores e à viabilidade da ambiguidade:

Ao Ministro Pedro Firmeza, caboclo da aldeia, conhecedor profundo das necessidades do meio, se nos fosse permitido daríamos um conselho, á maneira do que fez o ilustrado causídico Gomes de

¹¹¹ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 10 de abril de 1946.

¹¹² *Idem*.

Matos quando chefe de polícia: “a polícia não consente o jogo: apenas fecha os olhos.”¹¹³

Pedro de Brito Firmeza foi nomeado interventor federal no Ceará seis dias depois dessa prevenção. Nomeado pelo recém-empossado presidente da República Eurico Gaspar Dutra, ambos estavam coligados em proibir o jogo de viés popular, com decretos presidenciais visando já em abril de 1946 combater a exploração dos jogos de azar. Nessa medida, deram azar os grandes cassinos que foram admitidos por Getúlio Vargas, pois os de viés popular estavam habituados a conviver na penumbra das intervenções. Enquanto o jurista Raimundo Gomes de Matos, segundo o autor, foi pouco enérgico em combate aos jogos. Interessante observar que o jornal *Diário da Tarde*, em 1945, solicitou ao então chefe de polícia, Raimundo Gomes de Matos, procedesse contra proteções arbitrárias que estariam sendo realizadas por policiais em Fortaleza, valendo a máxima que “antes da justiça e do direito, prevalece ‘compadresco’”, e para tanto o chefe de polícia foi anunciado pelo recente jornal como o “que acabou com o jogo do bicho.”¹¹⁴ O homem das ciências jurídicas, que foi advogado de Padre Cícero, de acordo com as palavras do “leitor”, senão misturava as crenças da reza com a do jogo, certamente fazia o papel de promover a que contravenções, digo, contradições ocultar.¹¹⁵

Se o bicho era instituição nacional, era porque estava incrustado historicamente em populares e de maneira corpórea e (i)material nas cidades. No movimento de regras e perspectivas, a *Gazeta de Notícias* manifestou o desejo de um periódico de São Paulo, infelizmente não divulgou a matriz, e assim se dirigiu:

Novamente volta a polícia as suas vistas sobre o jogo do bicho, ameaçando fazer cessar esta dinâmica atividade do povo paulistano. Temos certeza de que, caso se fechem mesmo os nossos chalés de bicho, os protestos surgirão às centenas, pois são vários milhares de pessoas que vivem dessa honesta ocupação, sem distinção de grupos. O jogo do bicho é a única instituição verdadeiramente

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ *Diário da Tarde*, Fortaleza, 21 de novembro de 1945.

¹¹⁵ Além disso, o escritor Italo Calvino sustentou a não contradição entre a cidade materializada e vivenciada cotidianamente com as escritas que a idealizam ou as tintas que a pintam, logo “as cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.” Ver: CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 44.

nacional que até hoje não se perverteu. (...) Permitindo ao povo a concretização dos seus sonhos, que muitas vezes falham devido apenas à má interpretação dos mesmos. Por exemplo, um sujeito sonha que viu um gato cair do telhado, joga no gato. A tarde, dá o burro. Ora, a coisa é lógica: gato que cai do telhado é burro. (...) Vendem esperanças, e a esperança é a última coisa que se pode tirar ao cidadão. (...) Que mal há em fazer uma fezinha no 24 quando percebemos que o destino nos vira as costas? Em matéria de jogo de bicho, este é o nosso palpite.¹¹⁶

O jogo do bicho fora feito para ser jogado pelo próprio jogador, da maneira que cada habitante faz a sua cidade, o bicho era decifrado na inquietação cotidiana, representado pelas ligações fornecidas ao longo do dia, ou da noite, em caso de símbolos surgidos em sonhos noturnos. O jogo era verdadeiramente nacional não porque não tenha se pervertido, como foi o desejo do noticiário paulista, mas porque estava no rol da criatividade de populares que por meio de bichos enxergaram outras posições sociais que não aquelas estabelecidas na ordem do dia e da noite, pois enquanto uns descansavam, outros a vivenciaram.

Assim, na primeira sexta-feira de maio de 1946, a *Gazeta de Notícias* dividiu o título principal da edição em dois acontecimentos. Em primeiro plano estava “o mundo árabe encontra-se em pé de guerra” devido a expectativa para a chegada de cem mil judeus na “terra santa”; em segundo plano, mas não menos destacado, havia os “aplausos à extinção do jogo.” Na véspera o governo federal, por meio do ministro da Justiça Carlos Luz, declarou não estar indiferente às “ideologias que não se coadunam com a nossa educação política e nossos costumes e tradições.”¹¹⁷ A ameaça política era o comunismo, enquanto os hábitos se referiam aos jogos de azar. Se a chegada de judeus suscitava conflitos, as novas medidas já anunciadas pelo Estado acirraram as relações emaranhadas nos jogos.

A resposta do Estado do Ceará ao chamado presidencial foi o fortalecimento das instituições moralizadoras, e em outubro de 1948 foi criada a Loteria Estadual do Ceará. Às sextas-feiras ocorriam os sorteios da lotérica estadual, sendo transmitido pelo rádio para todo o estado e as extrações ocorriam por meio de bolas numeradas postas em globos giratórios, no intuito de convencer os apostadores à impossibilidade de fraudes – as mesmas que

¹¹⁶ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 21 de abril de 1946.

¹¹⁷ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 03 de maio de 1946.

algumas vezes a imprensa dizia ocorrer em jogos populares. As extrações dos sorteios ocorriam na Rua Edgar Borges, centro, diante do Edifício Beleza.

No aniversário de um ano da inauguração, o jornal *Gazeta de Notícias* dedicou à primeira página inteira do dia 01 de outubro de 1949 em congratular a loteria estadual e seu concessionário, Jonas Carlos da Silva. Este empreendedor do ramo de apostas assim foi descrito pela *Gazeta*:

Todo o povo cearense conhece e admira, aliás, esse grande trabalhador das boas causas, cuja popularidade decorre, justamente, do interesse que ele demonstra em estar sempre ao lado da coletividade, quando se trata de seus legítimos interesses. Cidadão de moral inatacável, com um coração boníssimo, o concessionário da Loteria Estadual do Ceará tem sido a mola impulsionadora dessa organização.¹¹⁸

“Cidadão de moral inatacável”, mas que atacou em 1953 à bala o coração de seu ex-funcionário Artur Dias, em pleno Jockey Clube.¹¹⁹ Na década seguinte foi eleito deputado federal, cargo que ocupou até 1979. Em seus escritos afirmou que “o nosso trabalhismo olha sempre para frente, porque tem ideias próprias, capazes de mudar essa estrutura arcaica e viciada, que está intoxicando o organismo de nossa Pátria.”¹²⁰ Em dimensões de vícios, o propósito da Loteria Estadual do Ceará era substituir os jogos de azar que eram proibidos, mas continuavam a resistir às imposições postas pelos escritos oficiais. Os que dependiam financeiramente dos jogos, principalmente os cambistas, se manifestaram ao procurar imprensa escrita e no rol de reivindicações contra as oscilações repressoras, o cambista José Alves da Silva Moreira indagou:

Por que no Ceará, terra de vintém, terra de necessidade, terra onde há funcionários, em numero elevado, que faltam o expediente impostos pela fome, fome essa decorrente dos quatro meses de vencimentos que se encontram atrasados, é desumanidade tirar o pão de milhares de pais de família que vivem à custa do popular jogo. (...) O chefe do executivo [deveria] conseguir meios para sair da presente bancarrota, e nunca procurar incentivar a faminta policia contra famintos pais de numerosa prole.¹²¹

¹¹⁸ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 01 de outubro de 1949.

¹¹⁹ NIREZ, Miguel Ângelo de Azevedo. **Cronologia Ilustrada de Fortaleza**. BNB, 2001.

¹²⁰ SILVA, Jonas da. **Roteiro de uma nova estrutura**. Fortaleza: Composto e impresso no jornal A Fortaleza, 1965. IN: BARROS, Luciana Ximenes. Nas trilhas de um guerreiro: trajetória, visão de mundo e prática política de um trabalhador. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) – Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil, 2011.

¹²¹ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 09 de outubro de 1949.

Os banqueiros reagiram executando o jogo do bicho também na sexta-feira, concorrendo diretamente com a Loteria Estadual do Ceará e em resposta a *Gazeta de Notícias* alertou os empresários do bicho:

É sabido e dito por todos que ninguém, no nosso país, consegue acabar o jogo do bicho entre nós. E por isso, sejamos francos, ele existe entre nós. Entretanto, com relação a ele, acontece uma coisa com que não concordamos. É que a Loteria Estadual, é uma entidade legalizada (ao contrário do jogo do bicho, injustamente ilegal), que paga impostos e que, portanto, tem seus direitos adquiridos. (...) Desejam apenas, os dirigentes da Loteria, que o jogo não seja vendido às sextas-feiras, dia das suas extrações semanais. (...) O fato é lamentável e nós, que sempre estivemos ao lado dos bicheiros, achamos que devia ser evitado. Do contrário, ninguém terá o direito de se queixar, se o concessionário da Loteria buscar o remédio legal que tem às mãos, para evitar o abuso.¹²²

Com efeito, o jornal *Gazeta de Notícias* pareceu ter esquecido as ocasiões e campanhas estimuladas contra os jogos de azar, sobretudo o jogo do bicho, desde antes da ascensão do Estado Novo. Os redatores do aludido periódico omitiram no enunciado acima que, entre os dias 21 de março e 24 de maio de 1948, divulgaram diariamente em primeira página e em destaque (letras garrafais do milhar e animal sorteado) o resultado do jogo do bicho do dia anterior como protesto pela suposta negligência policial em combater a prática de sucesso entre os populares. Concomitante a essa situação, o mesmo periódico divulgava a lista contendo os nomes dos vencedores da Loteria Estadual e a tabela com os prêmios semanais.

Os jogos estavam resguardados pela população fortalezense, as estruturas da jogatina se movimentavam, pretendiam alcançar outros públicos e para tanto criavam outros espaços para se jogar. Em 1949, a Rádio Iracema criou o “Bingo pelo espaço”, vendendo cartões a dez cruzeiros, oferecia prêmios materiais e o maior desejado na inauguração era “uma viagem ao Rio de Janeiro, ida e volta de avião e sete dias no Serrador Hotel, tudo gratuito.”¹²³

E não era apenas a imprensa de Fortaleza que noticiava os acontecimentos sucedidos no Rio de Janeiro, segundo a *Gazeta de Notícias* um jornal do Rio de Janeiro publicou com o título “No Ceará é assim...” uma severa crítica à divulgação dos resultados do jogo do bicho feito pela *Gazeta de Notícias*. E a resposta do periódico fortalezense não tardou a acontecer:

¹²² *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 22 de novembro de 1949.

¹²³ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 14 de julho de 1949.

Não resta dúvida que a distância, apreciando a nossa campanha correta e irresponsável, aos confrades sulistas há de parecer assim o caso em apreço. Não sabem eles que o governador do Estado é peremptoriamente, categoricamente contra os jogos proibidos! (...) Em verdade, o jogo de bicho subsiste aqui, sob a complacência do Delegado da Ordem Política e Social. Mas que fazer? No Ceará é assim. Uma autoridade permanece no cargo a que não merece, porque aplica bem e com pontualidade injeção no Secretário de Polícia.¹²⁴

Para amenizar as críticas que vinha sofrendo nos últimos meses e tornar mais eficaz as questões sobre os jogos de azar, a Secretaria Pública do Estado do Ceará divulgou em 22 de novembro de 1949 uma nota oficial que dizia:

No objetivo de reforçar e ampliar a campanha já em curso contra os JOGOS DE AZAR praticados nesta capital e seus subúrbios e como alguns setores do interior do Estado (...) vem publicamente solicitar de todas as autoridades também competentes ao combate dos referidos jogos o apoio e colaboração direta às atividades da Polícia. (...) Com mais amplo apoio e solidariedade efetiva por parte de todos, notadamente da Imprensa escrita e falada desta capital, cuja cooperação é de imprescindível importância para o melhor êxito da campanha encetada.¹²⁵

Parte da imprensa de Fortaleza procurava moldar opiniões e geralmente apresentava o controle social como meio amparador para os mais pobres, finalmente acreditava ter conseguido em larga escala incitar as autoridades a se manifestarem com mais ardor e arrebatamento contra os jogos de azar praticados por populares. Afinal, o jornal há pouco desafiava a polícia com as perguntas: “Onde estão as autoridades policiais do Estado? Em que mundo, em que lugar elas se encontram? No Ceará agora é assim...”¹²⁶ Logo, voltava à pauta a extração do bicho em concorrência com a Loteria Estadual na sexta-feira, onde os “banqueiros do bicho zombam das autoridades competentes.”¹²⁷ A confiança popular no jogo do bicho o fazia varonil, mesmo a contragosto das escritas da lei e dos jornais.

No último dia do ano 1949, a *Gazeta de Notícias* para contrastar a falta de transparência do jogo do bicho com as demais loterias legalizadas, afirmou que se a polícia estava a coibir severamente o jogo do bicho, o resultado desse só poderia vir de outro estado, mas tal alcance não era possível, pois as “empresas postais e telegráficas, de acordo com a lei de repressão aos jogos

¹²⁴ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 08 de maio de 1948.

¹²⁵ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 24 de novembro de 1949.

¹²⁶ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 24 de agosto de 1949.

¹²⁷ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 10 de dezembro de 1949.

de azar, não podem receber nem transmitir avisos, telegramas ou qualquer correspondência sobre os referidos jogos.”¹²⁸ E a *Gazeta* foi conversar com o diretor do Correios e Telégrafos para corroborar o previsto em lei.

A *Gazeta de Notícias* que estava tornando-se matriz nas caçadas ao bicho, adentrou o ano 1950 com a mesma intensidade dos anos 1940 em alardear contra tal jogo, principalmente quando entendia que os jogos de azar em alguma situação estavam a ofender os costumes de um lugar pretendido como civilizado, afinal este jornal se dizia em “defesa de um povo (...) [e] encertou a campanha contra o jogo em geral, inclusive o do bicho”, afirmando que não recuaria “enquanto não extirpá-lo pela raiz.”¹²⁹ O jornal estava disposto em cobrar das autoridades e declarou que iria exigir dos agentes policiais serviços imediatos.

As queixas da *Gazeta de Notícias* contra a inoperância policial diante o bicho foi tomada de sobressalto quando verificaram no *Diário do Ceará*, de 14 de janeiro de 1950, nota do governo estadual se referindo ao jogo do bicho como “jogo inocente e divertimento dos pobres.” Logo, o então governador do Ceará, Faustino de Albuquerque¹³⁰, foi acusado pelo jornal *Gazeta de Notícias* de contrariar a legislação do Governo Federal de 1946 que proibia a prática e exploração do jogo de azar, sendo considerado benévolo e conivente com a jogatina em Fortaleza, bem como o delegado da Ordem Política e Social, Wanderley Girão Maia.

O jornal *Gazeta de Notícias*, que encabeçara as campanhas moralistas, passou a restringir mais intensamente contra os jogos de azar a partir de certa rigidez da legislação em voga desde 1946, mas, sobretudo quando a imprensa fortalezense em 1948 constatou que passados dois anos da famigerada lei sobre as bancas de jogos, em Fortaleza a jogatina permanecia praticamente inalterada. O então governador do Ceará, Faustino de Albuquerque, era visto como dono de uma personalidade forte e pouco avesso a negociar querelas de âmbito político. Faustino de Albuquerque notabilizou-se por ler “atentamente todas as críticas e ataques da imprensa ao seu Governo,

¹²⁸ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 31 de dezembro de 1949.

¹²⁹ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 03 de janeiro de 1950.

¹³⁰ Faustino de Albuquerque e Sousa foi desembargador e governador do Ceará entre os anos 1947 e 1951. Seu governo ficou marcado por inúmeros atritos e conflitos com a imprensa escrita e de radiofônica.

fazendo anotações para efeito de mandar investigar fatos denunciados”.¹³¹ Contudo, o governador que fizera carreira no judiciário, não demonstrou sucesso em litígios que demandaram conciliamento político e condescendência com opiniões alheias.

Nas palavras de Pádua Campos, o governador Faustino de Albuquerque tinha “aversão ao jogo e por isso o combateu, indiferente à impopularidade daí resultante.”¹³² E combateu ao seu modo, a exemplo da economia em que extinguiu cargos “contrariando correligionários.”¹³³ Contrariando a tudo e todos, seu governo não foi dos mais calmos e parte da imprensa não estava de acordo com a escolha de Wanderley Girão Maia como delegado e à frente de órgão repressor de vanguarda, pois o consideravam pouco enérgico e pouco comprometido com o combate à vadiagem em geral, particularmente sobre os jogos de azar. Desse modo, a *Gazeta* cheia de vivacidade declarava-se como contrária aos jogos de azar e, portanto, defensora dos interesses da coletividade, uma vez que esta vinha sendo explorada por elementos que se encontravam “zombando das autoridades, desrespeitando as Leis a todo instante”. A *Gazeta* anunciava ainda como procederia em relação à posição do poder público no se que se refere a punição ao jogo do bicho:

Mandaremos os nosso repórteres entrevistar o Sr Delegado da Ordem Política e Social, dr. Wanderley Girão Maia, e o seu auxiliar imediato, Comissário José Augusto. O nosso objetivo é saber daquelas autoridades, a quem está afeta a campanha, se, efetivamente, estão executando os dispositivos da lei de repressão aos jogos de azar. Já está em tempo de se informar ao povo se banqueiros já foram processados ou multados; se populares incorreram nas mesmas penas; ou se pontos comerciais, como os denunciados em nossas edições anteriores, já foram fechados ou tiveram as suas licenças comerciais cassadas.¹³⁴

Assim como já vinha ocorrendo desde o final de 1949, a *Gazeta de Notícias* passou o mês de janeiro de 1950 divulgando os resultados do bicho, os locais em que as apostas foram realizadas, os nomes de quando alguém era preso e as fotos de comprovantes dos jogos feitos. Após o desentendimento entre governo estadual e imprensa escrita, foram noticiadas mais prisões de pessoas ligadas ao bicho, certamente se tratou mais de uma

¹³¹ CAMPOS, Pádua. **Faustino de Albuquerque e Souza. IN.: Revista do Instituto do Ceará – Anno XCVI, 1982. p. 291-294.**

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

¹³⁴ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 03 de janeiro de 1950.

medida para abrandar os discursos que propriamente uma contraposição delineada a identificar e extirpar o bicho ou outro azar.

A primeira metade do século XX em Fortaleza foi marcada por inúmeros conflitos e repressões. A cidade moderna negociava a destruição da velha, os tratados oscilavam e os acirramentos afluíam em direções que enveredavam por trajetórias a confundir os desamparados e incapacitar os protegidos por algum apadrinhamento. Os jogos de azar, especialmente o jogo do bicho, demonstraram a ineficiência da dissonância entre a certeza das leis e a incerta escrita da *poule*. O desejo por parte de alguns sujeitos em realizar suas fantasias à revelia da proibição se mostrou débil diante dos costumes populares. Era forte o teor de campanhas apregoando a defesa de valores morais e regras de convívio, mas a experiência do jogo do bicho estabeleceu a certeza da trajetória ambígua entre o poder da lei e a vontade popular, extrapolando qualquer escrito e persistindo culturalmente.

Desse modo, desde o primeiro Código Penal republicano brasileiro, em 1890, passando por muitas variantes, até os Decretos-leis de 1946 que estabeleceu mais uma vez a proibição dos jogos de azar, estes não apenas sobreviveram como se fortaleceram. Concomitante e subsequente às leis, os periódicos fortalezenses se empenharam por vezes em promover manifestações e matérias repressivas aos jogos de prática e aproximação, sobretudo, de populares. Em vista disso, a *Gazeta de Notícias* em 1928 apregoou de forma insatisfatória os entremeios entre autoridades e práticas de jogos, perscrutando que:

Dizem que as autoridades policiaes encetaram uma campanha contra os antros de jogatina. Apesar dessa empreitada de saneamento, os jogos de azar não tiveram fim. Por um motivo ou outro, os profissionaes encontram meios de continuar placidamente a vida sedentária e ociosa¹³⁵

O jornal em sua resenha, já no fim da década de 1920, atestou que a campanha contra os jogos desencadeada pela polícia não estava a lograr êxito. A imprensa fortalezense se auto conferia e instituíam em operação a regular os hábitos presenciados ao longo da cidade. E expandiu a questão situando locais de jogos, centros de organização insensatos com a lógica do trabalho, e assim continuou a matéria:

¹³⁵ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 15 de março de 1928.

E o que é mais escandaloso é que, na mais íntima vizinhança da Praça do Ferreira, há uma toca de jogadores. É na rua do Pará, esquina com a Major Facundo, nos altos da casa 'Bahiana'. Este jornal, sentinella da moralidade cearense, não podia contemplar, silencioso, essa desenfreada jogatina. Parece que até ali não chegaram as vistas da policia. Joga-se, abertamente, às barbas das autoridades.¹³⁶

Além de revelar os pontos de jogo, a folha fez a associação de práticas diversionais que se furtavam da moralidade pública, exibindo não apenas aos leitores comuns, mas à polícia atividades que deveriam ser revogadas. Logo a reportagem acrescentou:

Naquelle foco de vício, até míseras prostitutas se reúnem, à noite, augmentando, destarte, as offensas à moralidade. Aliás, a policia se tem interesse em zelar pela pureza dos costumes citadinos, devia considerar outro caso, que exige a prophylaxia urgente das autoridades. Já não nos referimos aos bordéis que há muitos annos circundam a Praça do Ferreira num peçonhento escarneo à dignidade familiar. Alludimos ao transito de meretrizes que, ainda às primeiras horas da noite, afrontam o pudor das famílias, nas proximidades do Cabaré e dentro delle. Quem volta dos cinemas ou de qualquer outra diversão, em companhia da esposa e das filhas, muitas vezes passa pelo dissabor de tropeçar com horizontaes naquellas adjacências. Ainda não surgiu um pulso forte que refreiasse essas afrontas à moralidade. Ahi fica o nosso grito.¹³⁷

E o grito da imprensa de Fortaleza foi perdurável pelas próximas décadas. A associação de atividades desejadas e censuradas moralmente foi produto de longos escritos jornalísticos e judiciários. Sobre a prostituição, em meados de 1947, o poder público por meio do Secretário de Polícia tinha por propósito “sanear moralmente o trecho central da cidade que serve de ‘zona livre’”.¹³⁸ Jogo e prostituição, jogo e álcool, jogo e ociosidade, todas foram práticas que ferveram e suscitaram opiniões e solicitações de acabamento, mas essas experiências diligenciaram e se fizeram faina mesmo envolta de condenações e invenções modernas.

A sintetizar os periódicos fortalezenses em 1930, de modo repressivo aos jogos de azar, a folha *Correio do Ceará* convidava seus leitores para assistirem a briga de galos, “Aza Branca Filho x Sapequinha”¹³⁹, registrando os confrontos do espaço urbano e rural. Porém, à medida que a cidade aspirou

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003. p. 148.

¹³⁹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 14 de agosto de 1930.

ares modernos, no cenário dos jogos os galos deram lugares aos “malandros que vegetam na nossa heroica Fortaleza” e por uma desavença em jogo de bilhar houve uma “encrenca dos diabos e o [jogador] Barroso grudou-se com os outros dois, no cimento do Café Ypiranga, o local do jogo.”¹⁴⁰ Em princípios dos anos 1930, segundo o rol de contravenções do Tribunal de Justiça do Ceará, ocorreram muitas prisões e inquéritos policiais envolvendo pessoas a praticar jogos proibidos.¹⁴¹ Em meio a repressões e apreensões, o *Correio do Ceará* declarou “guerra ao jogo do bicho”¹⁴² e, prática habitual dos populares, a *Gazeta de Notícias* em plena gestão Vargas focalizou o jogo e locais conhecidos: “A Praça do Ferreira, o coração da cidade, e as ruas centrais estão contaminadas de toda sorte de esconderijos para cambistas”.¹⁴³ As repressões não estavam a funcionar, tanto que o jogo de azar já estava presente na vida urbana de Fortaleza em todas as suas esferas.

Em início de 1940, a *Gazeta de Notícias* criticou a relação contraditória do governo estadual em arrecadar com o jogo, quando na verdade deveria combatê-lo e não admitir sua ocorrência. Segundo a *Gazeta*, “a jogatina era uma endemia e o jogo de azar estava se alastrando rapidamente, assumindo aspecto de uma calamidade social”.¹⁴⁴ Se o Estado estava a arrecadar com licenças aos jogos de azar, o periódico acima afirmava que “quem melhor e mais lucrava não eram as instituições pias, mas meia dúzia de exploradores contumazes dos incautos e dos viciados”.¹⁴⁵ Mesmo com as proibições legislativas, a política local era conduzida, não raras vezes, por posições clientelísticas e marcadas por favores e relações que estruturavam os diferentes interesses das autoridades diante a sociedade.

Durante a segunda metade dos anos 1930 e até o primeiro decênio dos anos 1940, Fortaleza em nome de uma demanda de desenvolvimento, alternou o combate dos jogos populares com certa organização em nutrir seus interesses a partir de tarifações sobre o mesmo. Com a proibição ao jogo em 1944 e, sobretudo, em 1946, atuar na contextualização do (i)legal a enfrentar

¹⁴⁰ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 17 de março de 1933.

¹⁴¹ A contar os processos crimes organizados pelo Arquivo Público do Estado do Ceará, entre 1910 e 1950, há 41 processos de contravenção penal, sendo 26 de jogos proibidos e destes 21 tratam diretamente sobre a ação de jogo do bicho.

¹⁴² *Correio do Ceará*, Fortaleza, 13 de abril de 1932.

¹⁴³ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 25 de novembro de 1937.

¹⁴⁴ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 20 de janeiro de 1940.

¹⁴⁵ *Idem*.

costumes populares exigia mais aparência e apelos, atestando que “a jogatina desenvolvida age como sangue-sugas de pequenas economias de família, levando ao infortúnio vários lares”.¹⁴⁶ A posição do jogo do bicho era tão notável, que o jornal *O Povo* em dezembro de 1949 disse “ser o jogo do bicho uma instituição nacional”.¹⁴⁷ Como visto anteriormente, em diversos períodos, este jogo foi classificado como de fundamento nacional, de impressão popular e sem a chancela oficial. O jornal *O Povo* afirmou que

O jogo do bicho apareceu no Brasil sob o pretexto de proteger os animais do antigo Jardim Zoológico, do Rio de Janeiro. E, logo que passou a ser proibido, caiu, como se diz, no gosto do povo, desenvolvendo-se e espalhando-se.¹⁴⁸

Acontece que o jogo do bicho já nasceu proibido, visto que o Código Penal de 1890 classificava essa modalidade de sorteio como de azar. Todavia, quando a diversão extrapolou os muros do Zoológico do Barão de Drummond, foi que as autoridades resolveram repreender e combater grupos populares que promoviam essa jogatina.¹⁴⁹ Despontava uma entre tantas atividades que deveriam sofrer a proibição policial, a publicidade da repressão até sinalizou essa relação ambígua entre o legal e ilegal, pois

De início, manteve-se oculto e entre oculto e a descoberta, há continuado, protegido por outros. (...) Nunca o venceram. Ele tem fôlego de muitos gatos. Uma perseguição acesa se exerce contra ele, depois esfria e o bicho goza de liberdade desabusada e franca. (...) As combinações nasceram quando terminada por proibição policial a exibição do quadro no Jardim. O jogo passou, então, a ser feito pelo final da loteria. (...) No Ceará, se contam a seu respeito, os lances mais desopilantes e gaiatos notadamente, no que concerne à decifração de sonhos. (...) Será possível acabar com o bicho? A lei fracassou ante a sólida “instituição nacional”, tão sólida que há protegido muitos figurões cheios de “virtudes”! “Enquanto o povo se diverte”, já escreveu alguém, “estraga-se menos do que bebendo”. É bem difícil exterminar o vício-atração e prisões de cambistas humildes não solucionam o problema, nem resolvem.¹⁵⁰

No momento em que o bicho espalhou-se pelo domínio popular, tornou-se um fenômeno de resistência cultural, enfrentando delegados e organizações repressoras, a paixão pelo divertimento nutriu estruturas antagônicas e dialéticas. Quando a ação policial se fez mais rígida e as quermesses do bicho

¹⁴⁶ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 05 de fevereiro de 1941.

¹⁴⁷ *O Povo*, Fortaleza, 26 de dezembro de 1949.

¹⁴⁸ *Idem*.

¹⁴⁹ MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou, leva!:** o jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890 – 1960). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

¹⁵⁰ *O Povo*, Fortaleza, 26 de dezembro de 1949.

tiveram de ser abandonadas, o jogo era comercializado dentro de carros¹⁵¹ e assim transitou entre os fortalezenses, gente que não abandonava da sorte. A postura do jornal pressupõe o desastre das leis em combater os jogos de azar, e conduz, ainda que sem intenção, à consagração do jogo em mãos populares. Acoplado a uma desigualdade e divisão nos divertimentos, o bicho foi “instituição nacional” devido à criatividade popular, ainda quando subentendida por motejo e tradução das fantasias (ir)reais. O jornal *O Povo* esclareceu a perspectiva do desbaratamento da lei pela seguinte anedota:

Tendo ido a um enterro e enquanto aguardava o término da cerimônia da encomendação do defunto, vizinho à porta de entrada da capela do cemitério ouvi um rapaz interpelar a outro: “Godofredo, tu já se soltastes?” E o interpelado respondeu: “Saí ‘nestante’, depois de me tomarem a caderneta e o apurado. Lá mesmo no xadrez, ‘sube’ da milhar e da centena de hoje”.¹⁵²

É paradoxal essa invenção de operação em meio a processos de modernização, o imaginário popular em forma de jogo sendo resistência perante as leis que a consideravam (consideram) contravenção, assim, atividade ilegal que permanece e resiste às ideologias do moderno, comporta o ócio e é meio de se trocar o trabalho formal pelo concorrido sonho imaginário próprio dos grandes prêmios de loteria. Sofrendo às perseguições da polícia, o mercado de jogos azar popular sobreviveu e se enraizou num contexto alternativo ao da moral burguesa moderna e ganho econômico prestigiado pelo trabalho. Assim, de acordo com o antropólogo Roberto DaMatta, o jogo do bicho foi se compondo na sociedade brasileira a duelar com estratégias do poder disciplinador, em suas palavras:

Menos, portanto, do que algo reacionário, deslocado ou francamente tradicional, como seria trivial afirmar, essas sínteses provam que a sociedade brasileira é algo vivo e dinâmico. Que ela aceita adiando e resiste acasalando. Adotando como não poderia deixar de ser, o novo ao seu modo.¹⁵³

E os populares conseguiram driblar os expedientes que se ofereciam próspero ao combate à suas diversões. O jornal *Gazeta de Notícias*, em plena

¹⁵¹ Os jornais de maior circulação em Fortaleza ao longo dos anos 1940 descrevem essa prática como algo corrente no submundo do jogo, principalmente quando do aumento da repressão ao jogar.

¹⁵² *O Povo*, Fortaleza, 26 de dezembro de 1949.

¹⁵³ DAMATTA, Roberto. **Águias, burros e borboletas**: um estudo antropológico do jogo do bicho. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 34.

marcha contra faustos das classes mais pobres, anunciou sob o título de “uma boa pista para o combate à criminalidade”, que

A nossa reportagem, hoje conseguiu fazer jogo nos seguintes e conhecidos pontos da cidade: Guilherme Rocha, 331 (pela terceira vez pos nós denunciado) e no botequim Peixe Frito, à rua Pedro Borges, nas imediações da Praça do Ferreira (pela segunda vez). Os jogos de azar geralmente são praticados aonde é mercada a cachaça. E nesses estabelecimentos, além de ser, também, praticada a venda do jogo do bicho joga-se, no seu interior, o bozó.¹⁵⁴

Em série de denúncias, os jornais denotavam a proliferação e sucesso dos jogos que agitavam o comércio cotidiano popular. A associação criminosa entre os jogos de azar e o álcool eram práticas comuns pelos periódicos, a *Gazeta* além de denunciar pontos de jogos e os resultados do jogo do dia anterior, acrescentou que

Não se conformando só com a venda de bebidas alcoólicas, que tantos crimes há fomentado para o registro da crônica policial, (...) dando uma demonstração clara de desrespeito aos princípios de nossa gente e às leis do país, ainda vendem ali o jogo do bicho sabendo eles que é o mesmo uma grave contravenção penal, o que já está por demais esclarecido, não só pelas Notas Oficiais do Sr. Major Secretario de Polícia e Segurança Pública, como também pela nossa campanha de reestruturação da moral de nosso regime.¹⁵⁵

Para a imprensa fortalezense a presença da atividade do jogo, como o álcool, era uma insistência e ameaça aos *bons costumes*, ataque contra a moral a depreciar as leis e sua ocorrência justificaria a intensa campanha de espionagem e denúncias contra essas práticas essencialmente populares. Contudo, os poderes públicos não eram consoantes na repressão ao jogo, e não estava no devido tom aguardado pelas elites, representando dissonâncias com o apregoado e aguardado pelos jornais. Existia, assim, nesses periódicos, discursos a reclamar que as autoridades públicas se interessassem da causa, de modo que:

A campanha [contra os jogos de azar], de nossa parte, reconhecemos mesmo sem falsa modéstia, está eficientíssima. De parte da Delegacia de Ordem Política e Social, temos as nossas dúvidas, porque, com essa não é a primeira vez que denunciemos pontos aonde é executada a contravenção e, até hoje, ainda não vimos nenhuma providência.¹⁵⁶

¹⁵⁴ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 07 de janeiro de 1950.

¹⁵⁵ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 06 de janeiro de 1950.

¹⁵⁶ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 07 de janeiro de 1950.

A campanha continuou a se dinamizar, transcrevendo resultados do bicho, apontamentos de locais, debatendo a eficiência das autoridades e se expressando a intimidar as apostas de populares. Nesses discursos, os jornais buscavam não apenas denunciar os pontos de jogos ou promover suas ideias referentes às práticas populares, mas principalmente, despertar e desafiar os poderes públicos a impugnarem continuamente contra parte da diversidade encontrada pelos populares em se divertirem. Assim, a *Gazeta de Notícias* resumiu sua campanha em janeiro de 1950:

A Gazeta, quando se dispôs a encetar sua vigorosa campanha contra a prática do jogo do bicho, tinha, como foi esclarecido, o único objetivo de ajudar as autoridades, no sentido de garantir a observância da lei, contra os jogos de azar. E foi com esse intento que desenvolvemos nosso esforço, denunciando contraventores e mostrando a trapaça a que o jogo do bicho estava reduzido, transformado em arapuca a extorquir dinheiro dos incautos, sendo ainda um cancro social dos mais daninhos. (...) Nossos esforços, ao que parece, serão recompensados em benefício, aliás, da coletividade, pois a ela é que prestávamos serviços, com a nossa campanha. Segundo soubemos o Sr. Delegado de Ordem Política e Social está decidido a acabar, de uma vez por todas, com a prática daquele jogo, intensificando, nova blitz contra a prática do mesmo, fechando, inclusive, todos os pontos em que for constatada a sua venda, o que é, aliás, permitido pela Lei de Contravenção.¹⁵⁷

Nesta intrincada rede de campanhas, essas “intensificações de blitz” ocorriam principalmente quando a imprensa redobrava a cobrança em defesa de bons costumes. Dessa forma, entre campanhas desejadas e efetivadas, articuladas entre órgãos de imprensa e poderes públicos, tem-se nas palavras do historiador Marcos Luiz Bretas que:

Lidar com os medos da elite fazia parte da tarefa da polícia, e no caso do jogo é perceptível que a repressão não era uma política permanente, executada pelos policiais de rua, mas sim campanhas ocasionais chefiadas pelos delegados ou comissários, que prendiam alguns jogadores para constar.¹⁵⁸

Ainda que Marcos Bretas estivesse a pensar em outro espaço, Rio de Janeiro nos anos 1930, suas palavras sintetizam a civilidade e urbanidade em Fortaleza nos anos 1920 a 1950, onde a repressão aos divertimentos públicos militou a vigiar a modernidade, reprimir figuras e atividades entendidas como incivilizadas. O combate ao que era entendido como imoral, portanto ilícito,

¹⁵⁷ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 25 de janeiro de 1950.

¹⁵⁸ BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade**: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 62.

parecia depender muito mais da iniciativa privada, ou melhor, do caráter pessoal de quem ocupava cargo ou função, do que propriamente um cumprimento comum das leis.

Estabelecido por muitas repetições, representando segmentos sociais por imagens estereotipadas, observando o ocioso, o jogador e o bêbado, pressupondo verdades inquestionáveis e solicitando reforços da polícia, estes jornais (principalmente o *Correio do Ceará*, *O Povo* e a *Gazeta de Notícias*) se apresentavam como os guardiões da moral pública e caminhos de distinção num período que Fortaleza desejava modernizar-se e delimitar a esfera de pobreza e ressaltando traços de civilização moderna. Justamente com esse propósito que a *Gazeta* publicou em março de 1950 que a polícia havia empreendido uma campanha “contra a malandragem na cidade”, e assim prosseguiu a notícia na capa do periódico:

O major José Rabelo Machado, Secretario de Polícia e Segurança Pública, decidiu iniciar uma campanha contra os maus costumes. (...) A campanha desenvolve-se presentemente no centro da cidade, mas o major José Rabelo Machado planeja estendê-la aos bairros, com o objetivo de limpar a cidade dos malandros que perturbam a ordem pública ou atentam contra os foros de povo civilizado.¹⁵⁹

No interior das campanhas, as representações procuravam atacar as práticas comumente associadas aos populares e reproduziam suas hipóteses como se fossem as mesmas ou devessem ser semelhantes aos do poder público. E quando essa similitude não ocorria, os textos tornavam-se irados e/ou irônicos contra quem ocupasse cargos de comando. Assim, em março de 1950, o jornal *O Povo* se indispôs diante o suceder de jogos e retumbou: “parece até que a polícia não vê nada...”¹⁶⁰ Portanto, as autoridades públicas enxergavam não aquilo que era descortinado pelo sentido da visão, ou não apenas, mas enxergavam sim apenas aquilo que gostariam de criar ou localizar.

Os jornais empreenderam grande esforço contra os jogos de azar, defendendo campanhas de reestruturação da moral e do regime familiar, eram implacáveis nos preceitos comportamentais dos populares. Por sua vez, em matéria de retalhamento do lazer, os jogos de azar pareceram comover os corações – mentes e bolsos – dos fortalezenses e lançando sortes em feição

¹⁵⁹ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 11 de março de 1950.

¹⁶⁰ *O Povo*, Fortaleza, 03 de março de 1950.

de contrapoderes que, numa cidade de relações desiguais de poder, permitiram ao jornal *Gazeta de Notícias* simbolizando o fracasso de campanhas opressoras, afirmar em 1956 sob o título “Desanda a jogatina”:

A jogatina nesta cidade campeia de modo hediondo e escandaloso, todos os jogos de azares se verificam nestes últimos dias, prejudicando o comércio e aos cidadãos pobres que deixam de fazer a sua feira aos domingos, que perdem totalmente as economias, produto do seu trabalho semanal. Para os interessados do jogo, há uma grande fonte de renda, tiram lucros fabulosos o que vem em detrimento dia a dia a outros menos favorecidos da fortuna.¹⁶¹

A outrora oratória de representar pelo discurso jornalístico métodos e procedimentos contrários às diversões dos fortalezenses permanecia ainda depois da metade da década de 1950. O policiamento, as campanhas jornalísticas, as leis, o poder público e a sociedade repressiva de Fortaleza não conseguiram extirpar os jogos de azar da vida urbana. As relações cotidianas foram travadas envoltas de atividades de lazer por processos e transformações a permitir a exploração de jogos, legitimando as praticadas em clubes e as vezes acatando as ilegalidades em contravenção pelas esquinas da Fortaleza moderna e modernizada.

¹⁶¹ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 04 de janeiro de 1956.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na primeira metade do século XX, em uma bela tarde de sol, em alguma esquina da Praça do Ferreira ou mesmo em alguma via central ali por perto, um fortalezense de veste de linho branco e com o chapéu a quebrar a luz intensa poderia estar a investir em jogos de azar sob o olhar auspicioso de guardas da moralidade. Talvez esse sujeito não fosse natural de Fortaleza, visto que esta cidade conviveu em grande quantidade com forasteiros, descendentes das secas.

Esse hipotético personagem inquilino de Fortaleza, elucidado pela letra da música de Di Melo, “só não morro sem dinheiro, não quero ficar para trás, no dia que eu penetrar do outro lado da vida eu não volto mais”, talvez tenha sido bem a postura daqueles que relutaram em obrigar-se com as configurações conservadoras de uma cidade a se remodelar socialmente desigual, diferenciada por e para ricos e pobres.

Fortaleza se desenvolveu diferenciando as marcas contextualizadas pelos interesses de grupos locais, criando territórios de interesses próprios, fundamentados em normas ao discurso do poder e realçadas por litígios e contrapoderes a reagir ao desafio das autoridades e atos repressivos.

O chapéu que quebrava o sol estava a cobrir as aspirações de quem quebrava as escritas da elite política conservadora. E escrevendo por símbolos a decodificar bichos ou expectativas, esperavam alimentar projetos e inserções numa cidade construída sob o signo de muros a manter distintos lazeres incentivados e diversões gravadas e representadas em jornais a merecer a atenção da polícia.

A cidade que muito planejou urbanisticamente, mas pouco efetivamente executou, foi transformada ao longo do século XX por impulsos e demandas que fugiram do controle da pretensão do poder público. Dessa maneira, o sistema repressor procurou vigiar, normatizar e preservar bons costumes através de códigos administrativos regimentais. O Código Municipal de 1932, assim como as demais leis, tinham por objetivo causar uma série lesão e destituir práticas comumente populares. E esses mecanismos afetaram no âmbito das diversões.

Entre controvérsias da ortografia judiciária e seu cumprimento, os segmentos dominantes da sociedade em Fortaleza utilizaram os escritos que se impunham para vislumbrarem padrões sociais civilizadores. Por outro lado, como impacto direto desses procedimentos, o resultado foi a conduta de populares impulsionados pela vontade de se divertirem a suspenderem, ainda que por meio de choques e não oficialmente, a solidez das leis e tornaram o desvalor dos jogos de azar em máxima a agitar o comércio, praças, casas e a universalidade própria das ruas que não se conformam com subtrações e fracionamentos a influenciar no resultado dos jogos.

Por fim, o excesso de leis e decretos acerca da temática dos jogos de azar foi o princípio para se notar o desastre e ineficácia das leis. Portanto, os jogos de azar foram uma resistência à modernidade e outra leitura da situação, ou seja, como rebeldia e invenção o caminho dos jogos de rua girou pelo indicativo de azar e imoral e enfrentou ações tortuosas que dinamizaram o jogo proibido. Assim, parece que o nosso hipotético inquilino enroupado em linho branco se encontrava na iminência da lei e no interior de ser moral ou imoral, quando diante as diversões a optar pela fuga da sorte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Gustavo. **O micróbio do crime: repressão policial à vadiagem e higienismo no Recife (1922-1926)**. In: Os anos 1920: histórias de um tempo. Organizadores: Natália Barros, Antonio Paulo Rezende, Jailson Pereira da Silva. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, Chico. **Jogo dos Bichos**. São Paulo: Moderna, 1995.

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica: Poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade, 1810-1933**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, USP, Brasil, 2012.

ANJOS, F. W. **Ramos Cotoco e seus “Cantares Bohêmios”**: trajetórias (re)compostas em verso e voz (1888-1916). Dissertação (Mestrado em História e Culturas) – Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil, 2009.

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880 – 1925)**. IN Ó, Alarcon Agra do, et all. A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural. 2 ed. João Pessoa: Ideia, 2003.

ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza**. Fortaleza: INESP, 2007.

BARBOSA, Carlos Henrique Moura. **Policiando o sertão: policiais militares, poderes locais e ordem pública no Ceará da Primeira República**. Tese (Doutorado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 2014.

BARROS, José D’Assunção. **Cidade e história**. – 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou, O ofício de historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2001.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiográfica**. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza provincial: rural e urbana.** Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CAMPOS, Eduardo. **A memória imperfeita: ideias, fatos e costumes.** Fortaleza: Expressão gráfica e editora LTDA, 1993.

CAMPOS, Pádua. **Faustino de Albuquerque e Souza.** IN.: Revista do Instituto do Ceará – Anno XCVI, 1982. p. 291-294.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: o Estado policial na Era Vargas.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, 1991.

CARDOSO, Gleudson Passos. **Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso.** 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

CARRADORE, Hugo Pedro. **Folclore do jogo do bicho.** Edição da Tribuna Piracicabana, Piracicaba, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil: o longo caminho.** 14^a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações;** Lisboa. Difel, 1988.

COMMELIN, P. **Mitologia grega e romana.** Tradução Eduardo Brandão. 4^a ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

COSTA, Raul Max Lucas da. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935).** Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil, 2009.

COUCEIRO, Sylvia. **Entre festas, passeios e esportes: o Recife no circuito das diversões nos anos 1920.** In.: Os anos 1920: histórias de um tempo. Organizadores: Natália Barros, Antonio Paulo Rezende, Jailson Pereira da Silva. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CRUZ, A. S. **Aracaju, automóveis e cinemas: traços da modernidade no início do século XX.** IN SOUZA, A. Clarindo B. Populares na cidade: vivências de trabalho e de lazer. Antonio Clarindo Barbosa de Souza (org.). – João Pessoa: Ideia, 2011.

DAMATTA, Roberto. **Águias, burros e borboletas**: um estudo antropológico do jogo do bicho. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DAMATTA, Roberto. **Explorações**: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês**: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FONTELES NETO, F. L. **A violência nos registros policiais: uma perspectiva histórica**. IN: Mardônio e Silva Guedes (Org.). Documentos – Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará. 4. Ed. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006, v. 1.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo. HUCITEC; Salvador. EDUFBA, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. São Paulo: Global Editora, 2004.

GARCÍA MARQUEZ, Gabriel. **Cem anos de solidão**. Tradução de Eric Nepomuceno. 80ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem**: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GIRÃO, Blanchard. **O Liceu e o Bonde na paisagem sentimental da Fortaleza** – Província/ Memórias. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1997

GIRÃO, Raimundo. Plano de Urbanização de Fortaleza: subsídios para sua História. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza. CE, v. 57, p. 105, 1993.

GOMES, Maria Adaiza Lima. **“O baluarte do decoro e da moralidade”**: o jornal O Nordeste e sua atuação no combate aos “maus costumes” (1922-1927). Dissertação (Mestrado em História e Culturas) – Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil, 2015.

GOMES, Maria Adaiza Lima. **Paixão arraigada no seio da população**: os jogos de azar no cotidiano fortalezense (1900-1930). XIII Encontro Estadual de História do Ceará - Comunidades e Identidades: Histórias para quem?, 2012, Sobral.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1978, 3ª ed. p. 54-55. Trecho extraído do texto de In.: PRESTES, A. L. Era Vargas: autoritarismo e repressão (1930-1945). 2011. Texto apresentado no Encontro de Aprofundamento Temático, realizado no dia 17 de setembro de 2011.

GRINBERG, Keila. **A história nos porões dos arquivos judiciais**. In.: Carla B. Pinsky; Tania Regina de Luca. (Org.). O historiador e suas fontes. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota Jucá. **Fortaleza: cultura e lazer (1945-1960)**. IN.: Uma nova história do Ceará/ organização, Simone de Sousa; Adelaide Gonçalves ... [ET al] – 4. ed. rev e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003. 2ª ed.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Motal. **Fortaleza, estampada na imprensa e representada na literatura**. IN: SOUZA, Antônio Clarindo de.. (Org.). Os populares na Cidade: vivência de trabalho e lazer. 1. Ed. João Pessoa, PB: Ideia, 2011, v. 1.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KRELLING, Carolina Malagoli. **A noção de jogo de azar entre o direito brasileiro e o direito italiano: aspectos penais e civis dos jogos de azar nos séculos XIX e XX**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Centro de Ciências Jurídicas. Brasil, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 4 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

LIMA, Filgueiras. João Pergunta e o Ceará. **Revista Educação Nova, ano I**, .n.1, p.17, jan. 1932.

LIMA, Marcos Melo de. **A vadiagem e os vadios: controle social e repressão em São Luís (1870-1888)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil, 2014.

LOPES, Marciano. **Royal Briar**. A Fortaleza dos anos 40. 2ª Edição. Fortaleza-CE, 2012.

LUSO, João. **Ares da Cidade**. Rio de Janeiro, 1935. In: SOARES, S. S. F. O jogo do bicho: a saga de um fato social brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou, leva!**: o jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890 – 1960). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MAYOL, Pierre. **O bairro**. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou**: crônicas históricas da Fortaleza Antiga. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

MONTEIRO, Bianca Miucha. **Sinhô: a poesia do Rei do samba**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil, 2010.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução Neil R. da Silva. – 5ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NAPOLITANO, Marcos; WASSERMAN, Maria Clara. **Desde que o samba é samba**: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. *Rev. bras. Hist.* [online]. São Paulo, v.20, n.39, p.167-189, 2000. Acesso em 07 de Março de 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882000000100007>.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Tradução Celso Nogueira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará/ Frederico de Castro Neves. – Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará**. In.: Uma nova história do Ceará/ organização, Simone de Sousa; Adelaide Gonçalves ... [et al] – 4. ed. rev. e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

NIREZ, Miguel Ângelo de Azevedo. **Cronologia Ilustrada de Fortaleza**. BNB, 2001.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução ao Jornalismo Cearense** – edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará - Arquivo Público do Ceará, 2006.

NOGUEIRA, João. **Enterros nos tempos antigos**. Revista do Instituto do Ceará (histórico, geográfico e antropológico). Tomo. 48. P. 75-81, 1934.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, v. 27, p. 7-23, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O espetáculo da rua**. 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

PINTO, Rodrigo M. S.. **Do Passeio Público à Ferrovia: o futebol proletário em Fortaleza (1904-1945)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil, 2007.

PONTE, Sebastião Rogério. **A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle**. IN.: Uma nova história do Ceará/ organização, Simone de Sousa; Adelaide Gonçalves ... [ET al] – 4. ed. rev e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860-1930)**. 5. ed. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – 1980-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

RAMOS, Graciliano. **S. Bernardo**. 79ª ed. – Ed. revista. – Rio de Janeiro: Record, 2004.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. **A aquarela do Brasil: reflexões preliminares sobre a construção nacional do samba e da capoeira**. Cadernos de Campo. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Antropologia, USP, SP, v. 3, 1993.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na Seca de 1932 – 2ª edição**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

RODRIGUES, Cristiane. **A construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886- 1906)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

ROLNIK, Raquel. **História Urbana: História na Cidade?** In:Cidade & Cidades: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Ana Fernandes e Marco Aurélio A. de F. Gomes (org.) UFBA/Arquitetura.1997.

SAMPAIO, Dorian. **Anuário do Ceará – 1975**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Gráfica Barbero, 1975.

SEVCENKO, Nicolau. **A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos no Rio**. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil – volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Entre o fio e a rede: a energia elétrica no cotidiano de Fortaleza (1945-1965)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, 2008.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Fortaleza: imagens da cidade**. 2. ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. **Rumores**: a paisagem sonora de Fortaleza (1930-1950). Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SILVA, Jonas da. **Roteiro de uma nova estrutura**. Fortaleza: Composto e impresso no jornal A Fortaleza, 1965. IN.: BARROS, Luciana Ximenes. Nas trilhas de um guerreiro: trajetória, visão de mundo e prática política de um trabalhador. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) – Universidade Estadual do Ceará, UECE, Brasil, 2011.

SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. **Humor, vergonha e decoro na cidade de Fortaleza (1850-1890)**. Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2009.

SOARES, S. S. F. **O jogo do bicho**: a saga de um fato social brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

SOUSA, F. G. R. B. **Territórios de confronto**. – Campina Grande: EDUFCG, 2006. (Coleção Outras Histórias, n. 3).

SOUZA, A. Clarindo B. (Org.); FALCÃO, Luiz Felipe (Org.). **Cidades médias do Brasil na historiografia contemporânea**. Campina Grande: EDUFCG, 2012.

SOUZA, A. Clarindo B. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil, 2002.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória, dor. Tradução de Tomaz Tadeu. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In: Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VIRILIO, Paul. **A arte do motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.